

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO, EMPREENDEDORISMO. PESQUISA, PÓS-
GRADUAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO – AGEUFMA.
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM CULTURA E SOCIEDADE–
PGCULT

VALERIA CRISTINA LOPES DOS SANTOS SOUZA

FAKE NEWS DO KIT GAY COMO DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE – Análise das
produções de discursos em 2018 a 2023

São Luís

2025

VALERIA CRISTINA LOPES DOS SANTOS SOUZA

FAKE NEWS DO KIT GAY COMO DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE – Análise das
produções de discursos em 2018 a 2023

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade-PGCULT da Universidade Federal do Maranhão, como requisito à obtenção do título de Mestre em Cultura e Sociedade.

Orientadora: Prof.^a Dra. Ana Caroline Amorim Oliveira

São Luís

2025

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Souza, Valeria Cristina Lopes dos Santos.

FAKE NEWS DO KIT GAY COMO DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE :
análise das produções de discursos em 2018 a 2023 /
Valeria Cristina Lopes dos Santos Souza. - 2025.
122 f.

Orientador(a): Ana Caroline Amorim Oliveira.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Cultura e Sociedade/cch, Universidade Federal do Maranhão,
São Luís, 2025.

1. Fake News. 2. Kit Gay. 3. Dispositivo de
Sexualidade. 4. Interdisciplinaridade Crítica. I.
Oliveira, Ana Caroline Amorim. II. Título.

VALERIA CRISTINA LOPES DOS SANTOS SOUZA

FAKE NEWS DO KIT GAY COMO DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE – Análise das produções de discursos em 2018 a 2023

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade-PGCULT da Universidade Federal do Maranhão, como requisito à obtenção do título de Mestre em Cultura e Sociedade.

Orientadora: Prof.^a Dra. Ana Caroline Amorim Oliveira

Data da Aprovação: __/__/__.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dra. Ana Caroline Amorim Oliveira (orientadora)
Doutora em Antropologia
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof.^a Dra. Zilmara de Jesus Viana de Carvalho
Doutora em Filosofia
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof.^o Dr. Francisco Gleidson Vieira dos Santos
Doutor em Antropologia
Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)

A luta por tornar a vida vivível
está profundamente ligada à luta pelo
reconhecimento de certas formas de existência.
- *Judith Butler*.

AGRADECIMENTOS

A caminhada da pesquisa é sempre um percurso coletivo, ainda que muitas vezes solitário. É preciso reconhecer e agradecer a todos, todas e todes que estiveram comigo, de diferentes maneiras, nesse processo.

À minha família, meu alicerce inabalável: ao meu esposo, por sua paciência, incentivo e companheirismo em cada etapa; às minhas filhas, pela doçura, pelo amor e pelas pausas necessárias que me lembraram do que realmente importa. Vocês são minha inspiração diária.

À minha orientadora, por sua escuta atenta, pelas provocações críticas e pela generosidade intelectual que ampliou meus horizontes e fortaleceu meu percurso acadêmico. Sua Orientação foi farol em tempos de incerteza.

Ao programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (PGCULT), por proporcionar um espaço plural, interdisciplinar e de resistência ao pensamento único. Agradeço à coordenação e aos professores e professoras, que com seus ensinamentos e questionamentos ajudaram a construir este trabalho.

Aos colegas de turma, por todas as trocas, afetos e experiências compartilhadas ao longo dessa jornada. Nossos encontros - presenciais ou virtuais - foram essenciais para sustentar os desafios e para alimentar o desejo de seguir adiante.

A todas, a todos e todes que, de algum modo, contribuíram para que este trabalho existisse, o meu mais sincero obrigado. Esta dissertação é também fruto de vocês.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar a produção de discursos das *Fakes News* do “Kit Gay” como dispositivo da sexualidade nas campanhas políticas brasileiras de 2018 a 2023. Trata-se de uma investigação de caráter interdisciplinar, que compreende o fenômeno das *fake news* como um problema situado na confluência entre antropologia, filosofia política, estudos de gênero e comunicação digital. A pesquisa busca compreender como essas narrativas falsas operam como uma tecnologia discursiva que fortalece projetos conservadores, restringe direitos sexuais e reprodutivos e legitimam práticas de violência simbólica e material contra corpos dissidentes. O estudo insere-se no campo das relações entre desinformação, política e subjetivação, articulando contribuições da antropologia contemporânea, da teoria social crítica e dos estudos feministas em diálogo com conceitos de dispositivo da sexualidade em Michel Foucault (2017; 2023), performatividade de gênero em Judith Butler (2019; 2023; 2024), interseccionalidade e marcadores sociais da diferença Avtar Brah (2016) e colonialidade do poder Aníbal Quijano (2005). A metodologia adotada é qualitativa, de caráter crítico, combinando procedimentos da netnografia, da análise documental, e da análise do discurso foucaultiana, em diálogo com perspectivas decoloniais. Foram analisados conteúdos circulados nas redes sociais, declarações públicas de agentes políticos e materiais utilizados em campanhas eleitorais entre 2018 e 2023. A pesquisa ancora-se em um referencial teórico interdisciplinar, crítico, interseccional e decolonial, fundamentado nos trabalhos de Judith Butler (2019; 2023; 2024), Michel Foucault (2017; 2023), Avtar Brah (2016) e Aníbal Quijano (2005). Os resultados revelam que as *fake news* do “kit gay” operam como dispositivos de poder que atualizam estratégias de controle social por meio da mobilização de pânico morais. Essas narrativas articulam discursos de proteção da infância e da moral cristã com ataques à diversidade sexual e de gênero, produzindo efeitos de exclusão e marginalização de corpos dissidentes. Identificou-se a atuação de uma disciplina sobre a sexualidade que regula e normatiza corpos não conformes, ao mesmo tempo em que reitera a colonialidade do poder por meio da articulação entre raça, classe e gênero. Em contraponto, observam-se práticas de resistência nas redes sociais e no espaço público, por meio de alianças performativas que disputam os sentidos de gênero e ampliam a luta por cidadania sexual. Conclui-se que as *fake news* do “kit gay” não são apenas desinformações isoladas, mas compõem um dispositivo articulado que reforça a heteronormatividade e os projetos conservadores no Brasil. Ao mobilizarem o medo moral como estratégia política, tais narrativas afetam diretamente a cidadania de sujeitos dissidentes, mulheres e população LGBTQIA + e fragilizam o tecido democrático. Contudo, as agências emergentes, especialmente nas redes digitais e nos movimentos sociais, revelando fissuras nos regimes de verdade, abrindo caminhos para reexistência e a disputa simbólicas por reconhecimento e direitos.

Palavra-Chave: *Fake News*; Kit Gay; Dispositivo de Sexualidade; Interdisciplinaridade Crítica.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the production of discourses surrounding the *fake news* known as the “Gay Kit” as a dispositif of sexuality in Brazilian political campaigns between 2018 and 2023. It is an interdisciplinary investigation that understands *fake news* as a phenomenon located at the intersection of anthropology, political philosophy, gender studies, and digital communication. The research seeks to understand how these false narratives operate as a discursive technology that strengthens conservative projects, restricts sexual and reproductive rights, and legitimizes practices of symbolic and material violence against dissident bodies. The study is situated within the field of relations between disinformation, politics, and subjectivation, articulating contributions from contemporary anthropology, critical social theory, and feminist studies in dialogue with Michel Foucault’s concept of the dispositif of sexuality (2017; 2023), Judith Butler’s theory of gender performativity (2019; 2023; 2024), Avtar Brah’s intersectionality and social markers of difference (2016), and Aníbal Quijano’s concept of the coloniality of power (2005). The methodology adopted is qualitative and critical in nature, combining procedures from netnography, documentary analysis, and Foucauldian discourse analysis, in dialogue with decolonial perspectives. The corpus includes content circulated on social media, public statements by political agents, and materials used in electoral campaigns between 2018 and 2023. The research is grounded in an interdisciplinary, critical, intersectional, and decolonial theoretical framework, drawing on the works of Judith Butler (2019; 2023; 2024), Michel Foucault (2017; 2023), Avtar Brah (2016), and Aníbal Quijano (2005). The findings reveal that the *fake news* surrounding the “Gay Kit” operate as dispositifs of power that update strategies of social control through the mobilization of moral panics. These narratives articulate discourses of childhood protection and Christian morality with attacks on sexual and gender diversity, producing effects of exclusion and marginalization of dissident bodies. The study identifies the operation of a disciplinary regime over sexuality that regulates and normalizes nonconforming bodies, while simultaneously reiterating the coloniality of power through the articulation of race, class, and gender. Conversely, practices of resistance emerge in social networks and public spaces through performative alliances that dispute meanings of gender and expand struggles for sexual citizenship. It is concluded that the *fake news* of the “Gay Kit” are not merely isolated instances of disinformation but constitute an articulated dispositif that reinforces heteronormativity and conservative projects in Brazil. By mobilizing moral fear as a political strategy, these narratives directly affect the citizenship of dissident subjects, women, and the LGBTQIA+ population, weakening the democratic fabric. Nevertheless, emerging forms of agency—especially within digital networks and social movements—reveal fissures in regimes of truth, opening paths for re-existence and symbolic struggles for recognition and rights.

Keywords: *Fake News*; Gay Kit; Dispositif of Sexuality; Critical Interdisciplinarity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Página do Perfil de Dom Lancellotti no <i>X</i> (antigo <i>Twitter</i>).....	30
Figura 2 - Página de Dom Lancellotti no <i>X</i> , postagem: 30 ago. 2018.....	30
Figura 3 - Página do Congresso em Foco no <i>X</i> (antigo - <i>Twitter</i>).....	79
Figura 4 - Página do Jornal O Globo no <i>X</i> (antigo - <i>Twitter</i>) Post: 16 outubro de 2021.....	79
Figura 5 - Página de Jair Messias Bolsonaro no <i>X</i> (antigo - <i>Twitter</i>).....	79
Figura 6 - Página de Jair Messias Bolsonaro no <i>X</i> (antigo - <i>Twitter</i>).....	79
Figura 7 - Página da UOL Notícias no <i>X</i> (antigo - <i>Twitter</i>) Post: 04 novembro de 2022.....	82
Figura 8 - Página da UOL Notícias no <i>X</i> (antigo - <i>Twitter</i>) Post: 04 novembro de 2022.....	82
Figura 9 - Página de Eduardo Bolsonaro no <i>X</i> (antigo - <i>Twitter</i>).....	84
Figura 10 - Página de Eduardo Bolsonaro no <i>X</i> (antigo - <i>Twitter</i>) Post: 13 setembro de 2017.....	84
Figura 11 - Página de Eduardo Bolsonaro no <i>X</i> (antigo - <i>Twitter</i>) - Post: 20 outubro de 2017.....	84
Figura 12 - Página de Eduardo Bolsonaro no <i>X</i> (antigo - <i>Twitter</i>) - Post: 13 outubro de 2019.....	84
Figura 13 - Página de Silas Malafaia no <i>Instagram</i>	87
Figura 14 - Página de Silas Malafaia no <i>Instagram</i> - Post: 7 setembro de 2022.....	87
Figura 15 - Página de Michele Bolsonaro no <i>Instagram</i>	89
Figura 16 - Página de Damares Alves no <i>Instagram</i>	89
Figura 17 - Página de Marcos Feliciano no <i>Instagram</i>	89
Figura 18 - Página de Eduardo Bolsonaro no <i>X</i> (antigo - <i>Twitter</i>) - Post: 21 julho de 2018.....	91
Figura 19 - Página de Eduardo Bolsonaro no <i>X</i> (antigo - <i>Twitter</i>) - Post: 21 julho de 2018.....	91
Figura 20 - Página de Damares Alves no <i>Instagram</i> - Post: 09 setembro de 2025.....	93
Figura 21 - Página de Silas Malafaia no <i>Instagram</i> - Post: 29 de setembro, 2025.....	95
Figura 22 - Página de Silas Malafaia no <i>Instagram</i> - Post: 30 de setembro, 2025.....	95
Figura 23 - Página de Silas Malafaia no <i>Instagram</i> - Post: 30 de setembro, 2025.....	95
Figura 24 - Página de Silas Malafaia no <i>Instagram</i> - Post: 30 de setembro, 2025.....	95
Figura 25 - Página de Damares Alves no <i>Instagram</i> - Post: 29 de setembro, 2025.....	95
Figura 26 - Página de Damares Alves no <i>Instagram</i> - Post: 30 de setembro, 2025.....	95
Figura 27 - Página de Damares Alves no <i>Instagram</i> - Post: 30 de setembro, 2025.....	95

Figura 28 – Página de Damares Alves no <i>Instagram</i> - <i>Post</i> : 30 de setembro, 2025.....	95
Figura 29 – Página de Jair Bolsonaro no <i>Instagram</i> - <i>Post</i> : 03 de setembro, 2019.....	99
Figura 30 – Página de Jair Bolsonaro no <i>Instagram</i> - <i>Post</i> : 14 de novembro, 2015.....	99
Figura 31 – Página de Eduardo Bolsonaro no <i>Instagram</i> - <i>Post</i> : 13 de setembro, 2017.....	101
Figura 32 – Página de Jair Bolsonaro no <i>Instagram</i> - <i>Post</i> : 13 de setembro, 2017.....	105
Figura 33 – Página de Jair Bolsonaro no <i>Instagram</i> - <i>Post</i> : 09 de janeiro, 2023.....	107
Figura 34 – Página de Jair Bolsonaro no <i>Instagram</i> - <i>Post</i> : 09 de janeiro, 2023.....	107
Figura 35 – Página de Jair Bolsonaro no <i>Instagram</i> - <i>Post</i> : 09 de janeiro, 2023.....	107
Figura 36 – Página de Jair Bolsonaro no <i>Instagram</i> - <i>Post</i> : 09 de janeiro, 2023.....	107
Figura 37 – Página de Jair Bolsonaro no <i>Instagram</i> - <i>Post</i> : 07 de outubro, 2022.....	108
Figura 38 – Página de Jair Bolsonaro no <i>Instagram</i> - <i>Post</i> : 07 de outubro, 2022.....	108

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - De acordo com Kozinets (2014) (<i>PEWS</i>).....	60
Quadro 2 - Etapas da participação e análise em pesquisa netnográfica: adaptação da abordagem de Kozinets (2014).....	60

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADVEC	Assembleia de Deus Vitória em Cristo
BHS	Brasil Sem Homofobia
ESH	Escola Sem Homofobia
JN	Jornal Nacional
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer e mais
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/agênero, Pan/Poli, Não-binárias e mais
MDH	Ministério dos Direitos Humanos
MINC	Ministério da Cultura
MMFDH	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
MCD	Modernidade, Colonialidade, Decolonialidade
PCDOB	Partido Comunista do Brasil
PLC	Projeto de Lei na Câmara
PNE	Plano Nacional de Educação
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
X	<i>Xis</i> , antigo <i>Twitter</i>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 <i>FAKE NEWS DO KIT GAY</i>: CONTROLE E ANÁLISE TEMPORAL (2018-2023).....	18
1.1 O Kit Gay como dispositivo de Sexualidade e Poder.....	32
1.2 Narrativas e Disputas no Congresso Nacional.....	37
2 METODOLOGIA:ANALISE DOCUMENTAL E NETNOGRÁFICA.....	49
2.1 Fontes Documentais e Critérios de Seleção.....	68
2.2 Procedimentos de Coleta: Redes sociais, Mídias e Discurso Político.....	70
2.3 Análise de Discurso como Ferramenta Metodológica	72
3 PRODUÇÃO DE DISCURSOS E ESTRATÉGIAS DE DISSEMINAÇÃO.....	75
3.1 Mapeamento das Narrativas da <i>Fake News</i> sobre o “kit Gay”.....	77
3.2 Significante Vazios e Estratégias de Controle Social.....	88
3.3 Implicações Políticas e Culturais no Contexto Brasileiro.....	94
4 <i>FAKE NEWS DO KIT GAY</i>: PERFORMATIVIDADE, PODER E CONTROLE SOCIAL.....	97
4.1 <i>Fake News</i> e Performatividade nas Redes Sociais.....	98
4.2 Produções de Verdade, Subjetivação e Poder.....	101
4.3 Padrões de Interação e Perfis de Usuários com Maior Engajamento.....	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
REFERÊNCIAS.....	117

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o Brasil tem sido atravessado por intensos conflitos políticos e socioculturais, marcados pela circulação massiva de desinformação nas redes digitais. As chamadas *fake news* assumiram papel central nesse cenário, não apenas pela distorção de fatos, mas por sua capacidade de mobilizar afetos, produzir pânicos morais e sexuais e reorganizar disputas simbólicas no espaço público. Entre essas narrativas destacam-se as *Fake News* do “Kit Gay”, amplamente acionadas no debate político brasileiro, sobretudo em contextos eleitorais, como mecanismo de ataque às políticas de gênero, à diversidade sexual e aos direitos de grupos historicamente marginalizados e racializados.

A presente dissertação tem como objetivo *Analisar a produção de discursos das Fake News do Kit Gay como dispositivo da sexualidade nas campanhas políticas brasileiras de 2018 a 2023*. Parte-se da compreensão de que tais narrativas operam para além da simples desinformação, configurando-se como uma tecnologia discursiva que atua na construção de pânicos morais, na regulação das identidades de gênero e sexualidade e na reprodução de lógicas de controle social, especialmente em contextos de avanço do conservadorismo moral no Brasil.

A relevância da pesquisa reside no fato de que as *Fake News* do “Kit Gay” impactam diretamente o debate público, as políticas educacionais e as agendas de direitos humanos, em especial aquelas voltadas à população LGBTQIA +. Ao acionar discursos que associam gênero e sexualidade à ameaça moral, essas narrativas contribuem para a legitimação de práticas de exclusão, violência simbólica e material, além de reforçarem hierarquias sociais sustentadas por marcadores como gênero, raça, sexualidade e classe. Assim, investigar esse fenômeno permite compreender como a desinformação se articula a projetos políticos autoritários e a disputas contemporâneas por hegemonia cultural.

Do ponto de vista teórico, a pesquisa adota uma abordagem interdisciplinar. Dialoga-se com Michel Foucault (2017; 2023), especialmente a partir da noção de dispositivo da sexualidade, compreendido como uma rede heterogênea de saberes, poderes, discursos e práticas que regulam corpos e condutas, útil para compreender o “Kit Gay” como uma engrenagem discursiva que opera na normatização dos corpos e na produção de verdades. As contribuições de Judith Butler (2019; 2023; 2024) permitem compreender como essas narrativas reiteram normas de gênero e sexualidade por meio da performatividade, ao mesmo tempo que produzem precarizações e abrem possibilidades de resistência.

A teoria da *colonialidade do poder*, formulada por Aníbal Quijano (2005), oferece subsídios para analisar como essas *fake news*, reatualizam hierarquias coloniais e racializadas no contexto brasileiro. Soma-se a isso o conceito de interseccionalidade, conforme Avtar Brah (2016), como operador analítico fundamental para apreender a coimplicação entre diferentes marcadores sociais da diferença nos efeitos produzidos por esses discursos. Por fim, mobiliza-se a noção de significantes vazios, de Ernesto Laclau (2013), para compreender como a expressão “kit gay” condensa sentidos difusos, afetivos e antagonismos, funcionando como elemento estratégico nas disputas políticas e discursivas.

No plano metodológico, a dissertação adota uma abordagem qualitativa, articulando Netnografia e análise do discurso, com base nos referenciais de Robert Kozinets (2014), Christine Hine (2000), Tom Boellstorff (2008) e Daniel Miller (2014), aplicando essa estratégia à investigação das redes sociais digitais como espaço de circulação e amplificação das *fake news*. A netnografia é empregada para investigar as redes sociais digitais como espaços privilegiados de circulação, amplificação e disputas em torno das *Fake News* do “kit gay”, enquanto a análise do discurso possibilita examinar a materialidade das enunciações, seus efeitos de poder e os regimes de verdade que sustentam tais narrativas. O corpus da pesquisa é composto por conteúdos veiculados em plataformas digitais e disponíveis na *internet*, materiais midiáticos e documentos políticos e parlamentares produzidos no período entre 2018 a 2023.

Esta dissertação constitui-se como desdobramento da monografia intitulada “A atuação da *Fake News do Kit Gay* como dispositivo da sexualidade – produção de discursos e disputas pela hegemonia”, defendida em fevereiro de 2022 no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), sob orientação da professora Dra. Marilande Martins Abreu. Na pesquisa de graduação, o foco analítico concentrou-se no período de 2010 a 2018, com ênfase na emergência histórica da *Fake News* do “Kit Gay”, nos principais acontecimentos políticos e sociais associados ao tema e na formação inicial das produções discursivas que passaram a circular no espaço público brasileiro.

A presente dissertação amplia, aprofunda e reorienta aquele percurso investigativo, tanto do ponto de vista temporal quanto teórico-metodológico. O recorte é estendido para o período de 2018 a 2023, incorporando os desdobramentos ocorridos após a consolidação dessas narrativas nas eleições presidenciais de 2018, bem como seus efeitos prolongados no debate público, nas políticas de gênero e nas dinâmicas de controle e resistência no ambiente digital. Trata-se, portanto, de uma continuidade analítica que preserva o objeto empírico da monografia, mas o reinsere em um novo enquadramento teórico e metodológico, próprio do nível de mestrado, com maior densidade conceitual, aprofundamento etnográfico e ampliação das

categorias analíticas, especialmente no que se refere ao dispositivo da sexualidade, à performatividade, à colonialidade do poder e aos marcadores sociais da diferença.

Esta pesquisa, desenvolvida a partir de questões não exploradas na monografia, é submetida ao Mestrado em Cultura e Sociedade (PPGCULT), inserido na Linha de Pesquisa I (LPI) – Expressões e Processos Socioculturais do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (PPGCULT), alinhada à Linha de Pesquisa em Teoria Antropológica, vinculado ao Grupo Perspectivas - Grupo de Pesquisa em Antropologia Simétrica e Cosmopolíticas, coordenado pela professora Dra. Ana Caroline Amorim Oliveira, esta pesquisa dialoga com a tradição da teoria antropológica contemporânea, especialmente nos campos da antropologia do digital, dos estudos de gênero e das epistemologias críticas.

Do ponto de vista metodológico e epistemológico, esta pesquisa se inscreve no campo da etnografia crítica, compreendida não como aplicação de um método fechado, mas como uma forma de produção de conhecimentos situados, relacional e interpretativo. Em diálogo com Mariza Peirano (2014), a etnografia é aqui entendida como prática teórico-analítica que se constrói no encontro entre pesquisadora, campo e categorias analíticas, permitindo apreender as disputas de sentido que atravessam a vida social. O campo, neste trabalho, não é concebido como um espaço delimitado previamente, mas como um conjunto de relações, discursos, afetos e controvérsias que se atualizam nas redes digitais, nos debates públicos, nos discursos políticos e religiosos e nas práticas cotidianas de circulação da desinformação.

A perspectiva etnográfica adotada privilegia a observação das disputas simbólicas em torno do “kit gay” como fenômeno social em movimento, atento às formas pelas quais diferentes atores, políticos, lideranças religiosas, influenciadores digitais e usuários comuns, produzem, negociam e reiteram sentidos sobre gênero, sexualidade, moralidade e infância. Nesse processo, minha posição como pesquisadora não é neutra, mas situada, implicada e reflexiva, reconhecendo que a produção do conhecimento antropológico emerge da imersão no campo e da interlocução contínua com os materiais empíricos.

Essa abordagem dialoga de forma direta com a contribuição de Lélia Gonzalez (2020; 2023), ao reconhecer que as disputas discursivas analisadas são atravessadas por relações estruturais de raça, gênero, classe e sexualidade, herdeiras de uma história colonial que organiza hierarquias sociais e epistemológicas no Brasil. A interseccionalidade crítica, mobilizada neste estudo a partir de Avtar Brah (2016), não opera apenas como um recorte temático, mas como uma categoria analítica central para compreender como as *Fake News* do “kit gay” produzem efeitos diferenciados sobre corpos racializados, generificados e sexualmente dissidentes.

No contexto das redes digitais, essas disputas de sentido são intensificadas por um ambiente marcado pela aceleração da circulação de informações, pela saturação de estímulos e pela produção contínua de conteúdo. Nesse sentido, dialoga-se com Byung-Chul Han (2022), especialmente no que se refere à noção de densidade informacional e a transformação da comunicação em excesso de dados, afetos e opiniões. Para Han, o acúmulo desmedido de informações não produz necessariamente esclarecimentos, mas pode gerar confusão, fadiga cognitiva e dificuldade de distinção entre verdade e falsidade, condições favoráveis à proliferação de *fake news* e à intensificação de pânicos morais.

Assim, a análise das *Fake News* do “Kit Gay” considera não apenas o conteúdo das narrativas, mas também o ambiente digital que possibilita sua rápida circulação, repetição e naturalização. As plataformas digitais são compreendidas como espaços de produção de subjetividade, nos quais algoritmos, performances discursivas e afetos coletivos contribuem para a consolidação de regimes de verdade moralizantes e excludentes.

A dissertação está organizada em quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais. O **Capítulo 1**, intitulado *Fake News do Kit Gay: Contexto e Análise Temporal (2018-2023)*, apresenta o contexto histórico e político da circulação dessas narrativas, analisando os principais acontecimentos que marcaram sua intensificação no período, como as eleições presidenciais, a pandemia de Covid-19 e as disputas em torno das políticas de gênero. O **Capítulo 2**, *Metodologia: Análise Documental e Netnográfica*, detalha o percurso metodológico da pesquisa, explicitando as escolhas teóricas, os procedimentos de construção do corpus e a articulação entre a netnografia e a análise do discurso.

O **Capítulo 3**, *Produções de Discursos e Estratégias de Disseminação*, examina como as *Fake News* do “Kit Gay” são construídas, circulam e se consolidam nas redes digitais, identificando os principais significantes vazios, as estratégias discursivas mobilizadas e os atores envolvidos nesse processo, além da recepção dessas informações no contexto brasileiro. No **Capítulo 4**, *Fake News do Kit Gay: performatividade, poder e controle social*, analisa os efeitos dessas narrativas sobre a produção de subjetividades, as formas de controle moral e as possibilidades de resistência, evidenciando as relações entre discursos, performatividade e poder no contexto brasileiro.

Nas *Considerações Finais*, são retomados os principais achados da pesquisa, destacando sintetizando os resultados obtidos, destacando as contribuições teóricas, metodológicas e sociais, bem como suas limitações e possibilidades para investigações futuras sobre desinformação, gênero, verdade, sexualidade e poder.

1 *FAKE NEWS DO KIT GAY*: CONTEXTO E ANÁLISE TEMPORAL (2018 -2023)

Este capítulo tem como objetivo analisar o contexto e os desdobramentos temporal das *Fake News* do chamado “Kit Gay” entre 2018 e 2023, investigando como essas narrativas foram produzidas, disseminadas e mobilizadas em disputas políticas no Brasil. Busca-se compreender os principais momentos de sua circulação, os atores envolvidos, bem como os impactos gerados no debate público e nas políticas de gênero e sexualidade.

Observa-se que, nas últimas décadas, a ascensão das redes sociais e das tecnologias digitais transformou profundamente as dinâmicas de produção, circulação e consumo das informações. Nesse cenário, as *fake news* emergem não apenas como distorções factuais, mas como dispositivos discursivos que articulam relações de poder, moldam subjetividade e engendram disputas culturais. Entre essas narrativas, o “kit gay” desponta como um caso emblemático, mobilizando discursos que atravessam os campos políticos, religiosos e midiáticos, ao mesmo tempo em que configuram pânicos morais e produzem efeitos concretos sobre corpos generificados e dissidentes.

A investigação aqui desenvolvida parte da compreensão de que as *fake news* do chamado “kit gay” não constituem fenômenos isolados ou episódicos, mas operam como dispositivos discursivos inseridos no entrelaçamento entre sexualidade, poder e controle social. Trata-se de compreender como essas narrativas se estabilizam historicamente, circulam socialmente e produzem efeitos concretos na regulação dos corpos, das identidades e das políticas públicas.

Para tal, torna-se necessário examinar as condições históricas, políticas e sociais que possibilitaram a emergência dessas narrativas, bem como as estratégias discursivas e tecnológicas que sustentam sua disseminação e legitimidade no espaço público. O enfoque adotado desloca o debate da mera circulação de desinformação para a análise das lógicas de poder que organizam tais discursos, evidenciando suas conexões com regimes de verdade, moralidades sexuais e disputas políticas contemporâneas.

Este capítulo inaugura a contextualização e a análise temporal do objeto no período compreendido entre 2018 e 2023, delineando elementos fundamentais para a compreensão das microfísicas que atravessam a produção e a circulação das *fake news* do “kit gay”. Ao fazê-lo, estabelece também o percurso teórico que fundamenta a construção metodológica das análises documentais e netnográfica desenvolvidas ao longo da pesquisa.

A reflexão mobiliza contribuições de Michel Foucault (2017; 2023), Judith Butler (2019; 2023; 2024), Aníbal Quijano (2005), Avtar Brah (2016), Robert Kozinets (2014), Christine Hine (2000) e Tom Boellstorff (2008), entre outros, para pensar a produção de discursos, as estratégias de disseminação e as intersecções entre gênero, poder, colonialidade e tecnologia.

Nesse enquadramento, o contexto político brasileiro das últimas décadas revela-se central para a análise. A emergência e a consolidação de narrativas como o “kit gay” articulam-se a disputas em torno de políticas de diversidade, educação e sexualidade, evidenciando como projetos conservadores mobilizam a desinformação como tecnologia de controle moral e político. É nesse cenário que se inscreve o veto ¹ em 2011, pela então presidenta Dilma Rousseff (PT)², ao programa Escola Sem Homofobia (ESH), criado pelo programa Brasil Sem Homofobia (BSH) do Plano Nacional de Educação (PNE), sob intensa pressão de setores conservadores, episódio que se torna um marco relevante para compreender a genealogia e a persistência dessas narrativas no debate público brasileiro.

Nas palavras de Dilma, conforme noticiado pelo G1 (2011):

Não aceito propaganda de opções sexuais. Não podemos intervir na vida privada das pessoas”, afirma em cerimônia no Palácio do Planalto. A presidente disse, ainda, que o governo defende a luta contra práticas homofóbicas. “O governo pode, sim, ensinar que é necessário respeitar a diferença e que você não pode exercer práticas violentas contra os diferentes”. Segundo a presidente, a situação está em estudo: “É uma questão que o governo vai revisar, não haverá autorização para esse tipo de política de defesa A, B ou C. Agora, lutamos contra a Homofobia (Nathalia Passarinho, G1, 25 maio, 2011).

Nesses termos, a tessitura do “kit gay” envolve uma multiplicidade de relações que se entrecruzam nos campos político, religioso e conservador, por meio das condutas de agentes políticos e religiosos. Nesse movimento, ideias de “nação” e “masculinidades” passaram a ser apresentadas como ameaçadas pelo que se convencionou chamar “ideologia de gênero”. O gênero, quase como um fantasma social, passou a ser associado a hierarquias masculinistas e a temas caros ao Estado e à Igreja.

Nesse sentido, Clifford Geertz (2012, p. 67) compreende a religião como um sistema simbólico capaz de estabelecer disposições duráveis e motivações profundas, ao revestir concepções de mundo com uma outra factualidade que as torna socialmente realistas.

¹ LARCHER, Marcello; TORRES, Renata. Pressão de bancadas faz governo cancelar kit sobre homossexualidade. Brasília, DF: Agência Câmara dos Deputados, 25 Maio. 2011. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/215309-pressao-de-bancadas-faz-governo-%20cancelar-kit-sobre-homossexualidade> Acesso em: 24 Ago.2021.

² QUEIROGA, Louise. É # FAKE que PT distribuiu mamadeiras eróticas para crianças em creches pelo país. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2021/10/28/e-fake-que-pt-distribuiu-mamadeiras-eroticas-para-criancas-em-creches-pelo-pais.ghtml> . Acesso em: 12 Ago 2021.

A religião, enquanto sistema de símbolos, comunica significados complexos, media a experiência dos indivíduos com o sagrado e orienta estados de ânimo e motivações morais que organizam comportamentos sociais. Nas suas palavras nos apresenta a religião como,

[...] (1) um sistema de símbolos que atua para (2) estabelecer poderosas, penetrantes e duradouras disposições e motivações nos homens através da (3) formulações de conceitos de uma ordem de existência geral e (4) vestindo essas concepções com tal aura de facticidade que (5) as disposições e motivações parecem singularmente realistas.

Enfatizando assim, a religião é como um sistema de símbolos (símbolos sagrados é um *ethos* de um povo), e este serve para comunicar significados complexos, e ajudam a mediar a experiência dos indivíduos com o sagrado e o transcendente. Por outro lado, enfatiza que a religião se constitui em estabelecer estados de ânimos (afetivo) e de motivações (agir) moralmente para conseguir (salvação) tais estados, orientam os comportamentos dos indivíduos dentro da sociedade (Geertz, 2012).

No contexto brasileiro, as concepções religiosas de realidade frequentemente assumem estatuto de verdade inquestionável para os fiéis, constituindo uma teia de significados que articula crenças, práticas e rituais. Ao analisar a emergência do “kit gay” como símbolo associado ao nacionalismo, à família e à religião cristã, evidencia-se sua conexão com a retórica populista de Jair Bolsonaro, eleito presidente em 2018. Na pesquisa monografia, observou-se que os significantes como “Deus”, “Pátria” e “Família” foram amplamente mobilizados nas redes sociais como regimes de enunciação de verdade.

No campo religioso, setores evangélicos passaram a protagonizar debates na esfera pública. O crescimento numérico das igrejas evangélicas no Brasil e sua atuação cotidiana, pautada por crenças e valores específicos, contribuíram para a ampliação³ de sua influência política (Prandi; Santos; Bonato; 2019, p.47). A proposta do então presidente de erradicar a chamada “ideologia de gênero” inclui a tentativa de excluir a qualquer discussão sobre gênero e sexualidade no ambiente escolar.

Nesse cenário, destaca-se o pastor Silas Malafaia, presidente da igreja Assembleia de Deus Vitória em Cristo (ADVEC), apontado por Cleonardo Júnior (2019), por meio de sua pesquisa intitulada: “*Como os evangélicos discutem política? A constituição do crente-cidadão entre jovens universitários da igreja de Silas Malafaia.*”, como um dos principais porta-vozes do ideário do “crente-cidadão”. Esse conceito expressa um *ethos* congregacional marcado pelo

³ ARAÚJO, Victor. **Jornal da USP**, 06 jun. 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/igrejas-evangelicas-apresentaram-crescimento-vertiginoso-no-brasil-nas-ultimas-decadas/>. Acesso em: 14 Jun 2024.

empreendedorismo e pelo individualismo, heranças do protestantismo histórico e do “desencantamento do mundo” (Weber, 2004).

Segundo Weber (2004), o protestantismo ascético, especialmente o calvinismo, promoveu uma racionalização da vida cotidiana ao eliminar elementos mágicos e místicos da prática religiosa, transformando a vocação profissional em mandamento divino. O desencantamento do mundo levou os indivíduos a buscarem a salvação por meio de uma vida disciplinada, orientada pelo trabalho como dever moral e espiritual.

A ascese cristã, que de início fugira do mundo para se retirar da solidão, a partir do claustro havia dominado eclesiasticamente o mundo, enquanto a ele renunciava. Ao fazer isso, no entanto, deixou de modo geral intacta a vida cotidiana no mundo com seu caráter naturalmente espontâneo. Agora ela ingressa no mercado da vida, fecha atrás de si as portas do mosteiro e se põe a impregnar com sua metódica justamente a vida mundana *de todo dia* a transformá-la numa vida racional *no mundo*, não *deste* mundo, não *para este* mundo (Weber, 2004, p. 139).

Enfatiza Weber (2004), “O protestantismo despiu-se tanto quanto possível dos três mais antigos e poderosos elementos concomitantes ao sagrado: o mistério, o milagre e a magia”. O resultado foi a internalização de uma ética que valorizava o trabalho árduo, a frugalidade e a disciplina, características que, segundo Weber, contribuíram para o desenvolvimento do espírito do capitalismo moderno. Deste modo, o desencantamento do mundo conforme formulado por Max Weber, evidencia o processo de racionalização da vida social e religiosa, no qual práticas mágicas e místicas são substituídas por uma ética da vocação, da disciplina e da responsabilidade individual diante do trabalho como expressão da salvação.

Embora Weber (2004) analisasse um contexto histórico específico, o processo de racionalização e moralização da vida social por ele descrito permanece central para compreender como determinadas éticas religiosas continuam a organizar práticas, discursos e formas de regulação moral no espaço público contemporâneo. No contexto brasileiro, esse movimento se reatualiza quando valores cristãos passam a ser mobilizados politicamente como critérios de normalização, vigilância e exclusão de determinadas demandas sociais.

A presença de determinados agentes religiosos e parlamentares no debate público brasileiro, especialmente entre os anos 2000 e 2010, tornou-se decisiva para moldar a forma como as demandas de mulheres e pessoas LGBT passaram a ser disputadas na arena política.

Entre esses agentes, líderes como Silas Malafaia, ele^{4 5}, o deputado federal e pastor Marcos Feliciano^{6 7} e o então senador Magno Malta⁸ atuaram como articuladores de um discurso moral fortemente ancorado na defesa da “família cristã”. Essa atuação não se limitava a manifestações pontuais: ela se materializa em pronunciamentos, mobilizações digitais, audiências públicas e participações constantes na mídia religiosa, produzindo um ambiente de vigilância moral que ultrapassa a esfera estritamente religiosa.

⁴ Silas Malafaia – Nascido em 14 de setembro de 1958 no Rio de Janeiro, é um pastor evangélico brasileiro, líder da Assembleia de Deus Vitória em Cristo (ADVEC). Além de sua atuação pastoral, é conhecido por seu trabalho televangelista, apresentando o programa “Vitória em Cristo” há mais de 37 anos, sendo um dos programas evangélicos mais antigos da televisão brasileira. Malafaia é graduado em Psicologia pela Universidade Gama Filho e possui formação em Teologia pelo Instituto Bíblico Pentecostal. (Associação Vitória em Cristo. *Pr. Silas Malafaia: uma voz profética no Brasil*. Disponível em: <https://www.vitoriaemcristo.org/noticia/185/pr--silas-malafaia--uma-voz-prof-tica-no-brasil>. Acesso em: 28 maio. 2025); (Silas Malafaia. *Minha História*. Disponível em: <https://www.silasmalafaia.com/minha-historia/>. Acesso em: 28 maio. 2025).

⁵ Ele é presidente da Editora Central Gospel, fundada em 1999, que se destaca na publicação de livros e materiais religiosos, incluindo a tradução de autores internacionais e a produção de Bíblias de estudo. Além disso, exerce o cargo de vice- presidente do Conselho Inter denominacional de Ministros Evangélicos do Brasil (CIMEB), entidade que reúne aproximadamente 8.5000 pastores de diversas denominações evangélicas no país. Malafaia é conhecido por suas posições conservadoras em temas como família, sexualidade e política, frequentemente expressando suas opiniões em programas de televisão e redes sociais. Em sua vida pessoal, é casado com Elizete Malafaia e tem três filhos: Silas Filho, Talita e Taísa, além de ser avô. (Associação Vitória em Cristo. *Pr. Silas Malafaia: uma voz profética no Brasil*. Disponível em: <https://www.vitoriaemcristo.org/noticia/185/pr--silas-malafaia--uma-voz-prof-tica-no-brasil>. Acesso em: 28 maio. 2025); (Silas Malafaia. *Minha História*. Disponível em: <https://www.silasmalafaia.com/minha-historia/>. Acesso em: 28 maio. 2025).

⁶ Marcos Antônio Feliciano – Nasceu em 12 de outubro de 1972, em Orlândia (SP). É pastor evangélico ligado à Assembleia de Deus e fundador da catedral do Avivamento, igreja de orientação neopentecostal. Além da atividade religiosa, é empresário, autor de diversos livros e produtor de conteúdo religioso em áudio e vídeo. Iniciou sua carreira política como deputado federal em 2011, eleito pelo Partido Social Cristão (PSC) com mais de 211 mil votos, destacando-se entre os mais votados evangélicos do país. (**CÂMARA DOS DEPUTADOS**. Deputado Marcos Antônio Feliciano (PL-SP). Brasília, DF: Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/160601/biografia>. Acesso em: 28 Maio 2025); (UOL NOTÍCIAS. Comissão de Direitos Humanos elege pastor polêmico como presidente. UOL, 7 mar.2013. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/03/07/comissao-de-direitos-humanos-elege-pastor-polemico-como-presidente.htm>. Acesso em: 28 maio. 2025).

⁷ Feliciano presidiu a Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados em 2013, mandato que gerou forte reação social e midiática devido a declarações polêmicas sobre temas como homossexualidade e aborto. Em 2016, foi um dos dez deputados que votaram contra a cassação de Eduardo Cunha. Desde então, passou por diversos partidos: foi expulso do Podemos(PODE) em 2019, ingressou no Republicanos em 2020 e, em 2021, filiou-se ao Partido Liberal (PL), legenda pela qual exerce mandato atualmente (**CÂMARA DOS DEPUTADOS**. Deputado Marcos Antônio Feliciano (PL-SP). Brasília, DF: Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/160601/biografia>. Acesso em: 28 Maio 2025); (UOL NOTÍCIAS. Comissão de Direitos Humanos elege pastor polêmico como presidente. UOL, 7 mar.2013. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/03/07/comissao-de-direitos-humanos-elege-pastor-polemico-como-presidente.htm>. Acesso em: 28 maio. 2025).

⁸ Magno Pereira Malta – Nascido em 1957 em Macarani (BA), é pastor evangélico, cantor e político. Iniciou sua carreira em 1993 como vereador em Cachoeiro de Itapemirim (ES), foi deputado estadual e federal e tornou-se senador pelo Espírito Santo, em 2002,2010 e novamente em 2023, após ser reeleito em 2022 com 821.189 votos. Presidiu CPIs como as do Narcotráfico e da Pedofilia e consolidou-se como uma das principais lideranças conservadoras do PL, atuando especialmente em pautas de “defesa da família”, combate à pedofilia e segurança pública.(**BRASIL**. Senado Federal. Perfil do senador Magno Malta. Brasília, DF: Senado Federal, [s.d]. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/631>. Acesso em: 28 Maio 2025); (MIRANDA, Stéfane. Magno Malta é eleito para o Senado pelo Espírito Santo. Poder360, Brasília, DF, 2 out.2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/eleicoes/magno-malta-e-eleito-para-senado/> .Acesso em: 28 maio.2025).

Nos espaços observados, tanto parlamentares quanto midiáticos, esses atores buscavam enquadrar as reivindicações dos movimentos Lésbicos, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT)⁹ como expressões de um “ativismo” supostamente ameaçador à ordem social. Esse enquadramento produziu efeitos concretos sobre modos de aparecimento dessas populações: ampliou sua exposição a leituras estigmatizantes, justificou propostas legislativas excludentes e reforçou barreiras institucionais ao reconhecimento de direitos. Assim, mais do que simples opositores políticos, esses agentes se consolidam como produtores de uma contranarrativa moral que orientou sensibilidades, modulou percepções públicas e alimentou regimes de discriminação que atravessaram práticas sociais e institucionais.

Esses grupos religiosos e políticos engajaram-se intensamente no debate sobre o chamado “kit contra homofobia”, por meio de pronunciamentos na televisão, na *internet* e nas redes sociais. O material foi apresentado por esses atores como um projeto inadequado ou mesmo como uma estratégia para promover um suposto “império homossexual” no país (Souza, 2022), discursos que se tornou um dos pilares da difusão de desinformações sobre políticas educacionais.

Como exemplo, a presente pesquisa recupera um dado coletado na monografia referente ao ano de 2012, no contexto das discussões sobre o Projeto de Lei na Câmara (PLC) 122/2006, que buscava criminalizar práticas discriminatórias motivadas por orientação sexual e identidade de gênero. À época senador, Magno Malta recorreu a argumentos contraditórios, sustentando:

[...] não concordando com aquilo que elas querem no PLnº 122 -, que todos os meus eleitores são potenciais assassinos de homossexuais [...] o que eles querem é o inicial, que é o projeto de lei da Iara Bernardi: se você não aluga o seu imóvel para um homossexual, você paga sete anos de cadeia; se você demite um homossexual, cinco anos; se você não admite, cinco anos de cadeia; se você não aceita o ato afetivo, sete anos de cadeia. Ora, eu posso não alugar uma casa para um negro, eu posso demitir um portador de deficiência, eu posso não admitir um índio e não ir preso! Eu posso não aceitar o gesto afetivo de um casal heterossexual na porta da minha casa e diz: “Vão se beijar de outro lado, minhas crianças estão aqui”, mas, com homossexual, eu não posso, porque, com um simples boletim de ocorrência, eu pego sete anos de cadeia. Essa é a lei que eles querem, Senador Armando. Vão criar um império homossexual no Brasil? (BRASIL, 2012).

⁹ LGBT – refere-se a **Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero**. Ela é utilizada como forma de identificar coletivamente diferentes grupos de orientações sexuais e identidades de gênero que historicamente têm sido marginalizadas. O termo começou a se consolidar nos anos de 1990, como um esforço político e identitário para representar de forma mais inclusiva as demandas desses grupos, em substituição à designação genérica “comunidade gay”. Segundo o Dicionário de Estudos de Gênero e Sexualidade (LOURO, 2018), “o uso da sigla LGBT evidencia a necessidade de visibilidade e diferenciação entre distintos grupos que compõem a diversidade sexual e de gênero, recusando a homogeneização de experiências sob uma identidade única”. (LOURO, 2018).

Este trecho evidencia o conflito entre valores conservadores e reivindicações por igualdade de direitos, além de demonstrar estratégias discursivas que apelam ao medo moral e à distorção de propostas legislativas. Sob a perspectiva dos direitos humanos e das políticas públicas, torna-se essencial analisar a maneira como tais discursos contribuem para a formação e circulação de *fake news*, bem como seus impactos na formação de políticas inclusivas e na manutenção de resistências estruturais. A popularização de termos estigmatizados e sensacionalistas não apenas mobilizaram apoios políticos, como também reforçaram práticas de exclusão e legitimaram formas de violência simbólica, questões que permanecem relevantes para compreender os efeitos sociais dessas narrativas, especialmente no cenário pós-eleitoral 2018.

No dia 15 de maio de 2012, realizou-se na Câmara de Deputados o IX Seminário LGBT, coordenado pelo deputado, jornalista e também professor Jean Wyllys do Partido Socialismo e liberdade (Psol/RJ) e pela deputada Manuela d'Ávila do Partido Comunista do Brasil (PcdoB/RS). O evento destacou a necessidade de enfrentar a invisibilidade do *bullying* motivado por gênero e sexualidade no ambiente escolar, ressaltando a importância de políticas de respeito às diferenças. Em pronunciamento durante o seminário, o deputado Jean Wyllys afirmou: “O objetivo último desse seminário é recuperar toda aquela discussão que foi forçosamente enterrada dando invisibilidade ao tema da educação, do bullying e das políticas de educação para a erradicação do bullying” (BRASIL, 2012).

O **tema** do seminário “*Sexualidade na infância e na adolescência, papel de gênero e bullying*”, sob o **lema** “*Respeito à diversidade se aprende na infância*”, situava-se em um contexto de crescente intolerância e disputas político-discursivas envolvendo gênero e sexualidade. Nesse período, ganhou destaque o livro *Aparelho Sexual e Cia: um guia inusitado para crianças descoladas*, de Hélène Bruller e ilustrado pelo cartunista Zep¹⁰, cuja compra de 28 exemplares pelo programa Livro Aberto do Ministério da Cultura (MinC), destinados a bibliotecas públicas, passou a ser utilizado como evidência material nas narrativas que associavam o suposto “kit gay” a uma tentativa de “sexualização precoce” de crianças. A partir

¹⁰ VEIGA, Edison. **Livro popularizado pela fake news de Bolsonaro sobre “kit gay” faz 20 anos**. Material do livro, deturpado por apoiadores, serviu para alimentar uma série de fake news a respeito do suposto “kit gay”. Brasil de Fato, 28 Jun. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/06/28/livro-popularizado-pela-fake-news-de-bolsonaro-sobre-kit-gay-faz-20-anos>. Acesso em: 03 set.2021. G1, 2016.

Livro de educação sexual alvo de boato foi comprado pelo MinC. G1, 21 Jan. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2016/01/livro-de-educacao-sexual-alvo-de-boato-foi-comprado-pelo-minc.html>. Acesso em: 29 Ago. 2021.

LEONARDI, Ana Carolina; VAIANO, Bruno. **Este aqui é o livro “misterioso” que o Bolsonaro levou ao Jornal Nacional**. SUPER INTERESSANTE, 29 Ago. 2018. Disponível em: <https://super.abril.com.br/comportamento/esse-e-o-livro-pornografico-que-o-bolsonaro-levou-ao-jornal-nacional/>. Acesso em 20 Set. 2021.

desse episódio consolidou-se uma disputa política que ultrapassou o campo educacional e tornou-se um marco na construção de *fake news* que influenciaram intensivamente o debate público no Brasil.

No ambiente virtual, em 2014, foi aprovada a **Lei do Marco Civil na Internet (Lei n° 12.965/2014)**¹¹, que garante a neutralidade de uso e liberdade de expressão. Destrinchando alguns aspectos: no **Capítulo I. Disposições Preliminares, o Art. 2º** afirma que “a disciplina do uso da *internet* no Brasil tem como fundamento o respeito à liberdade de expressão”. Já o **Art. 3º** reforça: “a disciplina do uso da *internet* no Brasil tem os seguintes princípios: I - a garantia da liberdade de expressão, comunicação e manifestação de pensamento, nos termos da Constituição Federal”. Esses trechos evidenciam o reconhecimento da *Internet* como espaço de exercício da cidadania, assegurando que nenhuma regulamentação ou prática na rede deve promover censura prévia, exceto nos limites constitucionais - como no caso de discurso de ódio ou incitação à violência.

Outro ponto relevante encontra-se no **Capítulo II. Dos Direitos e Garantias dos Usuários**, especificamente no **Art. 7º**, que declara “o acesso à *internet* é essencial ao exercício da cidadania, e ao usuário são assegurados os seguintes direitos: I - inviolabilidade da intimidade e da vida privada, sua proteção e indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;” Esse artigo antecipa os princípios que mais tarde seriam consolidados na **Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)**, estabelecendo limites ao poder das plataformas e do Estado sobre as informações pessoais. Assim, o Marco Civil reconhece a *internet* como ferramenta de fortalecimento da cidadania, garantindo direitos fundamentais como a privacidade e a segurança de dados.

Já no **Capítulo III, Da Provisão de Conexão e de Aplicações de Internet**, na **Seção I Da Neutralidade de Rede**, o **Art. 9º** estabelece “o responsável pela transmissão, comutação ou roteamento tem o dever de tratar de forma isonômica quaisquer pacotes de dados, sem distinção por conteúdo, origem e destino, serviço, terminal ou aplicação”. Este é um dos pilares do Marco Civil, pois impede que operadoras priorizem ou bloqueiem determinados conteúdos, mantendo a igualdade de acesso a todos os serviços. Garante-se, assim, que todos

¹¹ Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 - marco civil da Internet. Art.1º Esta lei estabelece princípios, garantias, deveres para o uso da internet no Brasil e determina as diretrizes para atuação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em relação à matéria. (BRASILIA, 2016. **TJDFT – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS**. Marco Civil da Internet. Brasília, DF, TJDFT – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos territórios, 2016. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/marco-civil-da-internet>. Acesso em: 16 Dez. 2021).

os usuários, produtores e consumidores de conteúdo tenham o mesmo espaço de visibilidade e circulação na rede.

A consolidação do Marco Civil da *Internet* como marco regulatório garantiu fundamentos importantes como liberdade de expressão, a neutralidade da rede e a proteção da privacidade. No entanto, à medida que essas garantias foram sendo exercidas no ambiente virtual, emergiram novos desafios. A abertura proporcionada por essas diretrizes legais impulsionou a expansão dos debates políticos nas plataformas digitais, tornando-as arenas de disputas simbólicas, ideológicas e afetivas.

A partir dessa regulamentação, os debates políticos intensificaram-se progressivamente por meio de plataformas como *Facebook*, *Twitter*, e *Whatsapp*, estendendo-se pelos anos seguintes (2015 a 2018) e permanecendo relevantes até os dias atuais. Tais debates fortaleceram tanto os elos quanto os conflitos entre diferentes instâncias - familiares, escolares, midiáticas e nas redes sociais -, transformando as mídias virtuais em espaços públicos onde movimentos sociais expressam suas demandas e disputam narrativas.

Contudo, é imprescindível refletir sobre como os órgãos reguladores têm dialogado com essas novas demandas sociais e políticas, e de que forma as institucionalizam, especialmente no tocante à proteção de dados e ao combate às violências digitais e simbólicas -, estas, por vezes, com desdobramentos em violências físicas e psicológicas. Diante disso, surgem questões urgentes: quais os desdobramentos dessas dinâmicas digitais? E quais discursos sustentam e alimentam a produção de *fake news*?

Ao analisar, por exemplo, como as *Fakes News do “Kit Gay”* moldaram a percepção e os vínculos cotidianos, evidencia-se a maneira como a desinformação foi mobilizada para intensificar disputas em torno das políticas de gênero e da sexualidade no Brasil, sobretudo com base em discursos conservadores e heteronormativos. Essas narrativas sensacionalistas e distorcidas foram cruciais no cenário eleitoral de 2018, sendo utilizadas como estratégias de mobilização afetiva e moral.

Com isso, busca-se aprofundar a análise a partir do período de 2018, observando como o dispositivo da sexualidade e as tecnologias de gênero se reconfiguram até 2023, e quais foram seus principais efeitos sociais e políticos. Quais estruturas normativas de poder permanecem ativas nos discursos sobre sexo e sexualidade? E de que maneira esses discursos ainda alimentam políticas anti-gênero, censura e violação de direitos da comunidade LGBTQIAPN+? Assim, torna-se evidente a necessidade de se pensar em novas formas de regulação, proteção e responsabilização no campo das comunicações digitais, a fim de conter os efeitos da desinformação e promover uma *internet* verdadeiramente democrática.

Esse cenário ganhou contornos ainda mais complexos a partir das eleições de 2018, quando a ascensão de grupos conservadores impulsionou uma inflexão significativa no panorama político e discursivo do país. Com a vitória de Jair Bolsonaro, então candidato pelo Partido Social Liberal (PSL), consolidou-se um projeto político marcado por retóricas polarizadoras, discursos moralizantes e fortes presenças nas mídias digitais. Bolsonaro foi eleito presidente da República com 55,54% obteve (55.205.640 votos), derrotando Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores (PT), que obteve 44,46% (44.193.523 votos), conforme dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)¹².

A vitória de Bolsonaro consolidou a ascensão de forças políticas ligadas ao conservadorismo moral, ao militarismo, à defesa da família tradicional e ao combate ao chamado *marxismo cultural*, e à esquerda petista. Além disso, formaram-se bancadas expressivas no Congresso Nacional, como a bancada evangélica, e ruralista e a da segurança pública - popularmente conhecida como a *bancada BBB* (Bíblia, Boi e Bala)-, que reforçam pautas de costumes e contribuíram para a disseminação de discursos polarizados e de ódio, sobretudo nas redes sociais.

Entre os principais grupos que apoiaram sua candidatura destacam-se: **1. Bancada BBB:** Composta por parlamentares das frentes da Bala (segurança pública), do Boi (agronegócio) e da Bíblia (evangélicos), essa bancada teve um papel de destaque na sustentação de discurso conservador e na mobilização dos eleitores em torno das pautas como o armamento da população, defesa da família tradicional e combate à ideologia de gênero. **2. Movimento Brasil Livre (MBL):** Inicialmente alinhado ao bolsonarismo ¹³, o MBL foi um dos principais articuladores das manifestações pelo *Impeachment* de Dilma Rousseff e apoiou pautas liberais na economia e conservadoras nos costumes ¹⁴. **3. Setores Evangélicos Conservadores:** Lideranças de grandes Igrejas Neopentecostais, como a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) ¹⁵, mobilizando suas bases em apoio a Bolsonaro, influenciando significativamente o voto evangélico, que representou uma parcela expressiva do eleitorado do candidato. **4.**

¹² **TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.** Presidente do TSE anuncia eleição de Jair Bolsonaro para Presidente da República. Brasília: TSE, 28 out. 2018. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2018/Outubro/presidente-do-tse-anuncia-eleicao-de-jair-bolsonaro-para-presidente-da-republica>. Acesso em: 19 maio. 2025.

¹³ **BOLSONARISMO:** Movimento social de extrema-direita, cujo principal expoente é o ex-presidente da República, Jair Bolsonaro. Defende o conservadorismo, a manutenção do sistema capitalista e reivindica uma intervenção militar nos moldes da Ditadura Civil de 1964. Opera por meio de discursos de ódio contra seus opositores, sobretudo de campo de esquerda, e na difusão de fake news (notícias falsas) e de pautas conspiratórias e anticientíficas (Silvia et al. 2025).

¹⁴ **MBL.** Movimento Brasil Livre. Disponível em: <https://mbl.org.br/>. Acesso em 19. maio. 2025.

¹⁵ **UNIVERSAL.** Igreja Universal do Reino de Deus. Disponível em: <https://www.universal.org/>. Acesso em 19. maio. 2025.

Empresariado Liberal: Empresários e representantes do mercado financeiro viram em Bolsonaro a oportunidade de implementar reformas econômicas liberais, como a reforma da previdência e a redução do tamanho do Estado.

Esse novo arranjo político fortaleceu a presença de uma base parlamentar robusta no Congresso Nacional, composta por deputados e senadores alinhados aos projetos bolsonarista; ideologias ultraconservadoras e marcou um período de intensa desinformação, como ferramenta de mobilização e ataque a opositores, especialmente em relação a temas de gênero, sexualidade e educação. Essa base foi fundamental para a aprovação de pautas conservadoras e para a sustentação política do governo nos primeiros anos de mandato (Della Coletta; Benites, 2018).

O cenário mundial avança em alguns aspectos relacionados à equidade de gênero e aos direitos das populações dissidentes. No entanto, o dispositivo da sexualidade continua operando fortemente em discursos e práticas que buscam a regulação moral e política dos corpos. No Brasil, esse dispositivo se manifestou de maneira explícita em atuações nas redes sociais do então presidente eleito Jair Messias Bolsonaro. Um episódio emblemático desse funcionamento foi noticiado pela grande mídia brasileira, o portal G1, em 2019, a partir de um conteúdo publicado pelo presidente em sua página na rede social *X* (antigo Twitter):

O presidente Jair Bolsonaro aumentou ainda mais a polêmica sobre pornografia e carnaval nas redes sociais [...]. Ele havia compartilhado, nas vésperas, um vídeo de um bloco de carnaval em São Paulo em que dois homens dançam sobre um ponto de táxi. Em determinado momento, um deles coloca o dedo no ânus e se abaixa para que o outro urine nele”.

[...] o presidente tuitou: “O que é golden shower?” (G1, 2019).

Após esta postagem, segundo o próprio G1, Bolsonaro atingiu a marca de 3,5 milhões de seguidores no *X - Twitter*, mobilizando um volume expressivo de interações digitais. Este fato revela como a sexualidade, especialmente quando relacionada à homossexualidade ou expressões não normativas de gênero é utilizada como ferramenta de mobilização política nas redes. As ideias que circulam nesse ambiente não apenas refletem a cultura dominante, mas moldam, configurando trocas simbólicas que atuam sobre os corpos, os desejos e as subjetividades. A sexualidade heteronormativa, ao ser reiterada em discursos oficiais ou populares, torna-se um vetor de desinformação e de injúria, funcionando como dispositivo político de disputa e controle.

Assim, o gênero pode ser compreendido como um significante simbólico central nas disputas políticas contemporâneas. Sua manipulação discursiva impacta diretamente a produção de leis, políticas públicas e percepções sociais. Cleyton Feitosa (2021), em sua

pesquisa intitulada “Do “Kit Gay” ao ministério da Família”; a desinstitucionalização das políticas públicas LGBTI+ no Brasil”, demonstra como o governo Bolsonaro promoveu o desmonte sistemático das políticas públicas voltadas à população LGBTQ+. Uma das ações simbólicas desse processo foi a mudança de nome do Ministério dos Direitos Humanos (MDH), que passou a ser chamado de Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), a partir de 2019. Essa renomeação reflete a orientação ideológica do governo, centrada na família nuclear heterossexual como referência normativa.

Feitosa constata que:

o processo de desinstitucionalização manejado pelo Governo Bolsonaro rebaixou o grau de institucionalidade da participação social que agora não acontece mais em arenas públicas permanentes e abertas a todo o Movimento, mas de maneira descontinua, fragmentada, imprevisível, pouco transparente em reuniões fechadas de gabinete e restrita a atores e a organizações específicas, sob critérios desconhecidos (Feitosa, 2021, p.79).

Diante disso, avançamos na compreensão do “Kit Gay” como dispositivo de sexualidade e poder, cuja função é produzir pânico morais, silenciar debates educacionais e impactar negativamente os corpos dissidentes. A narrativa construída em torno dessa *fake news* reforça estereótipos, marginaliza expressões de gênero não normativos e institui esses corpos como “perigosos” ou “desviantes”. Os discursos que giram em torno da suposta ameaça da “ideologia de gênero” lançam dúvidas e medos infundados: será que ensinar sobre diversidade de gênero e sexualidade às crianças brasileiras seria equivalente a promover o abuso infantil, a pedofilia ou até mesmo “transformá-las” em homossexuais? Essas associações infundadas alimentam ódio, reforçam preconceitos e legitimam práticas autoritárias, mas também produzem resistências e agências, como apresentada abaixo.

Nas redes sociais, o perfil de Dom Lancellotti (@domlancellotti), que se autodeclara “*Brazilian Gay Conservative*” e fundador da página no *Twitter* “Gays com Bolsonaro”, atua como um dos principais agentes de propagação das chamadas “*Fake News* do Kit Gay” em 2018. Com sede em Fortaleza, Ceará, Dom possui um número expressivo de seguidores em sua página na rede social - mais de 192 mil no *X* (ex- *Twitter*) - e sua atuação digital remonta ao ano de 2009. Em um dos seus *tweets*, datado de 30 de agosto de 2018, ele declara: “URGENTE! Estão chamando o kit gay de *fake news* e dizendo que não foi distribuído em escolas. Não foi porque o Bolsonaro denunciou! Mas tem coisa muito pior sendo distribuída e a mídia está calada: Bicho-papão!”

Figura 1 - Página do Perfil de Dom Lancellotti no X (antigo Twitter)



Fonte: Captura de Tela (*printscreen*), 2025.¹⁶

Figura 2 - Página de Dom Lancellotti no X, postagem: 30 ago. 2018.



Fonte: Captura de Tela (*printscreen*), 2025.¹⁷

A publicação no período eleitoral 30 de agosto de 2018, como demonstrado na figura 2, traz imagens e trechos deturpados do livro *Sexo não é bicho-papão*, de Marcos Ribeiro¹⁸, que, no contexto da educação sexual, visa a promover informações adequadas para crianças e adolescentes sobre seus corpos, afetos e sexualidade. Podemos compreender a partir da noção de *dispositivo de sexualidade*, conforme trabalhada por Foucault, que a sexualidade não é apenas um dado biológico ou uma expressão natural, mas sim um campo atravessado por saberes, práticas e estratégias de poder. O dispositivo de sexualidade é justamente esse conjunto de mecanismo e discursos que produzem, regulam e normatizam os corpos, os desejos e os modos de subjetivação.

¹⁶DOMLANCELLOTTI. Perfil de Dom Lancellotti no X (antigo Twitter). Disponível em: https://x.com/domlancellotti?t=hyQXbScpDdAnh5_8JUvIwg&s=08. Acesso em: 03 abr. 2025.

¹⁷DOMLANCELLOTTI. Perfil de Dom Lancellotti no X (antigo Twitter). Disponível em: https://x.com/domlancellotti?t=hyQXbScpDdAnh5_8JUvIwg&s=08. Acesso em: 03 abr. 2025.

¹⁸RIBEIRO, Marcos. *Sexo não é bicho-papão: educação sexual para crianças*. 15. ed. Rio de Janeiro: Record, 2025.

No caso de Dom Lancellotti, sua agência enquanto *influencer gay conservador* revela uma apropriação e deslocamento da pauta sexualidade: ao invés de tensionar normas heteronormativas, seu discurso opera na reiteração de um regime de verdade (práticas) moralista e higienista sobre os corpos e os saberes sexuais. Ao denunciar o “kit gay” e afirmar que livros como *Sexo não é bicho-papão* estariam promovendo uma “ideologia de gênero”, ele reforça os mecanismos de controle sobre o discurso da sexualidade infantil, reativando pânico morais e convertendo a educação sexual em um suposto instrumento de perversão.

Nesse sentido, sua performance discursiva nas redes não apenas ativa o dispositivo de sexualidade, como também colabora para a sua manutenção, ao transformar o debate sobre educação sexual em uma arena de suspeição e medo, materializando discriminações e discursos de ódio. Foucault nos lembra que a sexualidade é menos interditada do que regulada, e aqui se observa com nitidez essa regulação: o que se pode ou não dizer às crianças sobre seus corpos, quem está autorizado a falar sobre isso e como o saber científico e pedagógico é substituído por uma retórica política marcada por desinformação, religiosidade e moralismos.

Além disso, ao se apresentar como um “Gay com Bolsonaro”, Dom tensiona a ideia de pertencimento político dentro da população LGBTQIA+, desarticulando alianças tradicionais com pautas progressistas e antirracistas e mostrando como o dispositivo de sexualidade pode operar não apenas pelo silenciamento, mas também pela produção estratégica de sujeitos desviantes normalizados. Ele se inscreve como sujeito de norma, mesmo sendo parte do grupo social historicamente marginalizado/racializado pelo mesmo sistema de poder que agora defende (Michel Foucault, 2023); (Avtar Brah, 2016); (Quijano, 2005).

A estratégia discursiva de Dom Lancellotti, portanto, não apenas colabora com o dispositivo de sexualidade foucaultiano, mas também exemplifica o que Butler (2023;2024) descreve como a reprodução do regime heteronormativo sob a aparência da dissidência. Sua performance/agência enquanto “gay conservador” é politicamente eficaz por tensionar o campo progressista, mas ontologicamente precária: ela produz o mesmo discurso que torna vidas dissidentes vulneráveis à exclusão, à violência simbólica e ao apagamento proposto pela colonialidade do poder.

Essas estratégias discursivas no digital revelam, como bem analisa Michel Foucault (2023), que a sexualidade não é apenas uma expressão individual ou uma construção histórica que opera como tecnologia de poder. Para o autor, o sexo, e, por consequência a sexualidade, foi progressivamente “colocado em discurso” e passou a ser um campo de interesse político e científico, sobretudo a partir do século XIX. Nesse processo, certos corpos e práticas foram

normalizados, enquanto outros foram patologizados, silenciados ou expostos como anormais, mas neste mesmo sistema produzem agências múltiplas.

Foucault (2023) nos mostra que o poder moderno não age apenas pela repressão, mas também pela produção de saberes e pela administração das vidas. A sexualidade se transforma, então, em um dispositivo, ou seja, um conjunto de discursos, instituições, práticas e regulamentações, que organiza o que se pode dizer, saber e viver sobre o corpo, o prazer e a identidade. A escola, a medicina, a família, os meios de comunicação e, atualmente, as redes sociais digitais, tornam-se espaços privilegiados para essa regulação.

O uso político da sexualidade, como evidenciado nas declarações e práticas do governo Bolsonaro, revela a lógica do dispositivo foucaultiano: não se trata de suprimir o sexo, mas de fazê-lo circular em discursos que o patologizam, moralizam e o colocam a serviço da vigilância e do controle social. Nesse contexto, o pânico moral em torno do “kit gay” não é um desvio ocasional, mas uma engrenagem do próprio funcionamento desse dispositivo, que opera articulando medo, desinformação e violência simbólica contra sujeitos dissidentes da norma heterossexual.

A seguir, aprofundaremos como o “kit gay” se institui, se torna oficial e pode ser compreendido como um *dispositivo de sexualidade e poder*, examinando os elementos discursivos, institucionais e políticos que o constituem, os efeitos que produz sobre os corpos e identidades dissidentes, e sua centralidade nos projetos de regulação moral da vida pública brasileira.

1.1 O “Kit Gay” como Dispositivo de Sexualidade e Poder

Iniciaremos apresentando como o **dispositivo da sexualidade**, conforme formulado por Michel Foucault (2023), articula-se com o **poder** na forma como discursos moldam corpos, práticas e identidades. No contexto contemporâneo, essa articulação pode ser compreendida a partir da análise dos discursos institucionais que historicamente produziram saberes sobre a sexualidade, especialmente durante os séculos XIX e XX. Nesse período, discursos médicos, jurídicos e escolares não apenas nomearam e categorizaram a homossexualidade, como também a patologizaram e disciplinaram, construindo-a como uma anormalidade a ser controlada.

A sexualidade, para Foucault, não é um dado natural que o poder simplesmente tenta reprimir. Ao contrário, ela constitui-se como ponto estratégico do exercício do poder: é por meio dela que se incita o discurso, se produzem saberes e se organizam práticas de

vigilância e normalização. Como ele afirma, a sexualidade é “[...] um ponto de passagem particularmente denso pelas relações de poder; [...]” (Foucault, 2023, p. 112), sendo o próprio funcionamento do poder inscrito nos corpos e subjetividades.

Dentro dessas estratégias, o dispositivo da sexualidade é construído historicamente através de dispositivos institucionais e discursivos que a organizam e regulam. Um exemplo contemporâneo dessa lógica pode ser observado na circulação da *Fake News* conhecida como “Kit Gay”, que mobilizou discursos políticos e religiosos como instrumentos de regulação e controle. A disseminação dessa narrativa gerou pânico moral e reforçou a vigilância sobre a educação sexual no Brasil, direcionando o debate público para uma lógica de medo e disciplinamento dos corpos infantis e adolescentes.

Nesse cenário, o dispositivo da sexualidade opera intensamente: reforça a heteronormatividade, patologiza identidades dissidentes e legitima a intervenção estatal e social sobre os corpos. Gênero, sexo e sexualidade tornaram-se , assim, alvos centrais de um movimento de poder que se articula por meio de discursos que convocam ansiedades sociais, ressentimentos e medos coletivos, funcionando como técnicas de controle e normatização.

A *Fake News* do “Kit Gay”, portanto, pode ser compreendida como um dispositivo que emerge com força no contexto das eleições de 2018, funcionando como uma tecnologia de poder que mobiliza discursos morais, religiosos e políticos para produzir efeitos de verdade sobre gênero e sexualidade. Esse dispositivo não apenas incita discursos sobre a infância e a educação, como também desloca o debate público para temas sensíveis, convertendo-os em ameaças simbólicas à “família tradicional” e à “inocência das crianças”.

Operando como um mecanismo de vigilância discursiva, o “*kit gay*” passa a produzir, circular e naturalizar suspeitas sobre práticas pedagógicas, associado a diversidade sexual à perversão e à doutrinação ideológica. Assim, o dispositivo se inscreve nas malhas do biopoder, ao tentar regular os corpos infanto-juvenis, disciplinar identidades dissidentes e reforçar uma moral sexual normativa.

É nesse mesmo movimento que, nas campanhas políticas de Jair Bolsonaro, o “*kit gay*” foi associado a supostos conteúdos de livros didáticos, apresentados publicamente como evidência de uma “ameaça” à infância. Essa estratégia discursiva não apenas reafirmou o pânico moral, mas também transformou o material pedagógico em objeto de disputa política, censura e controle ideológico. O livro didático, nesse cenário, torna-se um campo de batalhas simbólicas, onde se confrontam projetos de sociedade, subjetividade e futuro.

Como parte do material utilizado e oficializado, dentre outras *fake news*, para sustentar os discursos de desinformação ligados ao projeto Escola Sem Homofobia (ESH), o

livro paradidático *Aparelho Sexual e Cia: um guia inusitado para crianças descoladas*, de Hélène Bruller (2001), foi instrumentalizado como suposta evidência da existência do chamado “kit gay”. Embora o livro nunca tenha integrado oficialmente o projeto ESH, sua circulação foi mobilizada politicamente como se representasse um exemplo do que estaria sendo distribuído nas escolas públicas. Durante a campanha presidencial de 2018, Jair Bolsonaro exibiu o exemplar em rede nacional no Jornal Nacional, transformando-o em uma peça-chave de sua retórica eleitoral. Essa estratégia de manipulação simbólica e moral contribuiu para consolidar sua imagem junto a setores conservadores da sociedade e influenciou diretamente o resultado das eleições.

Nesse contexto, é possível compreender a sexualidade não como uma essência oculta a ser revelada, mas como um dispositivo histórico e político, tal como propõe Michel Foucault (2023). Para o autor, a sexualidade é uma rede de práticas e saberes que envolve a estimulação dos corpos, a incitação ao discurso, a produção de conhecimentos e o exercício do poder-saber. A mobilização discursiva do “kit gay”, portanto, integra esse dispositivo ao operar como uma estratégia de controle social, produzindo pânicos morais e regulando as formas legítimas de expressão da sexualidade, especialmente aquelas que fogem da normatividade heterossexual.

Dessa forma, este dispositivo da sexualidade, conforme proposto por Michel Foucault (2023), está intrinsecamente ligado à produção de saber-poder. A sexualidade, longe de ser apenas um dado biológico ou instintivo, é moldada discursivamente, regulada e vigiada por meio de práticas sociais que incitam a fala sobre o prazer e o desejo. O foco reiterado no prazer sexual não é neutro: ele funciona como um mecanismo de controle, fazendo com que os indivíduos internalizem normas e expectativas sobre seus corpos e condutas.

Nesse dispositivo, articula-se um par indissociável: “prazer” e “discurso”, ou mais precisamente “prazer” e “verdade”. Foucault (2023, p.85) aponta que há um “saber do prazer” que é, simultaneamente, um “prazer de saber o prazer” - ou seja, o prazer não é apenas experimentado, mas também investigado, narrado, vigiado. A sexualidade torna-se, assim, um domínio no qual se produz verdade sobre os sujeitos, diferentemente, mas em articulação, com o dispositivo disciplinar que atua diretamente sobre o corpo.

Além disso, em sua concepção de biopoder, Foucault (2023, p.150) demonstra como o poder moderno se desloca para formas de regulação da vida. A anátomo-política do corpo humano, uma de suas faces, concentra-se no adestramento dos comportamentos, concebendo o corpo como uma máquina a ser treinada, produtiva e útil. Nesse sentido, os

discursos em torno da sexualidade operam como tecnologias políticas que organizam, hierarquizam e normalizam os sujeitos dentro da lógica do poder.

Quando tratamos das práticas confessionais, observa-se que elas se expandem para as redes sociais, configurando-se como espaço centrais da comunicação contemporânea. Dessa forma, essas práticas moldam as subjetividades sexuais e submetem saberes. As *fake news* operam como mecanismos de moralidade sexual, o que exige a análise de suas bases nas influências do cristianismo. Nesse contexto, práticas utilizadas para submeter o desejo à autoridade religiosa reforçam normas heteronormativas e disciplinam identidades por meio da produção de “verdades”, fundamentadas nesse mesmo discurso religioso.

Desse modo, o processo de interação - de amizades e/ou namoro, entre outros - é praticado na *internet*. É nesse momento que a confissão acontece, sendo capturada pelos algoritmos, que se expressam por meio de descrição narrativa, fluxograma e por pseudocódigos (Ascencio; Campos, 2002, p. 4). Esses algoritmos seguem um fluxo de endereçamento e ramificações, identificam postagens e publicações, determinando quais devem ser entregues, e quais não devem ser, para mais ou menos pessoas e para quais perfis devem ser direcionadas (Ascencio; Campos, 2002).

A *internet*, por meio das redes sociais e dos robôs (*bots*), torna-se espaços de captura e direcionamento, correlacionando as afinidades de cada usuários, que as informa por meio de um clique, como podemos observar nesta reportagem do *O GLOBO* em 2023,

Pioneira no métier Cátia Damasceno, fisioterapeuta de Brasília especializada em saúde pélvica feminina e pompoarismo, entrou nas redes em 2013 e, de lá pra cá, viu muita coisa mudar neste universo virtual. Hoje, com mais de 9 milhões de inscritos no Youtube e quase 7 milhões de seguidores no Instagram, ela é, sem dúvidas, a “genital influencer” de maior audiência no país. “O interesse e a curiosidade aumentaram muito nos últimos tempos. A tecnologia e a facilidade de acesso a vídeos tornaram a sexualidade em assunto do dia a dia. Há quase dez anos, quando comecei, eu tinha dificuldade até para conseguir entrevistados” lembra Cátia, que chega a receber, por dia, cerca de três mil mensagens inbox de mulheres só no Instagram – elas são 94% dos seus seguidores, garante – com perguntas e elogios. (Inês, 2023)

Assim, como é possível observar nessa reportagem, a especialização médica ligada a temas da saúde feminina (saberes) ainda prevalece sobre os debates em torno da sexualidade brasileira, que têm como foco questões relacionadas ao feminino. Isso evidencia como assuntos dessa natureza têm conquistado espaço nas redes sociais, alcançando popularidade e promovendo novas discussões e novos endereçamentos, tornando-se parte do cotidiano e de uma sistematicidade de gênero.

O discurso em torno do chamado “kit gay” intensifica debates sobre gênero e sexualidade ao mesmo tempo em que exemplifica como o poder, segundo Michel Foucault, se

exerce não apenas pela repressão, mas também pela produção de discursos e saberes sobre o sexo. No contexto contemporâneo, temas como liberação sexual, empoderamento feminino e autonomia de corpos dissidentes circulam amplamente, sobretudo nas redes sociais. Entretanto, é preciso interrogar - como faz Foucault - se esses discursos representam de fato uma libertação ou se operam como parte de uma engrenagem mais ampla de poder.

Em *História da Sexualidade: A vontade de Saber*, Foucault (2023, p.11) afirma que “o sexo é colocado sob a vigilância de discursos múltiplos: médicos, psiquiátricos, pedagógicos, políticos e religiosos”. Ao invés de haver um silêncio em torno da sexualidade, o que ocorre é uma proliferação de falas e normativas sobre o sexo. Isso significa que mesmo os discursos de liberdade, muitas vezes reforçam o dispositivo da sexualidade ao categorizar, nomear e normatizar condutas.

Assim, o poder não reprime a sexualidade, mas a incita - produzindo saberes, práticas de controle e mecanismos de normalização. Como destaca o autor, “ há uma multiplicação das instâncias que falam do sexo, falam dele o tempo todo e dizem a verdade a seu respeito” (Foucault, 2023, p.23). Nessa lógica o discurso sobre o “kit gay” não está fora do dispositivo, mas é uma de suas atualizações mais eficazes, pois mobiliza medo e proteção da infância para reforçar normas sexuais e de gênero.

Essas narrativas, especialmente no contexto das disputas no Congresso Nacional e nas campanhas políticas de 2018, articulam-se com discursos religiosos, morais e médico-pedagógicos. Disfarçadas de preocupações com a inocência infantil ou integridade da família, essas falas operam como estratégias de disciplinamento dos corpos e exclusão de identidades dissidentes do espaço público.

Sob o pretexto de defender a moral e a nação, o discurso político se apropria de um léxico técnico - muitas vezes falsos ou distorcido - para retirar direitos, silenciar debates sobre diversidade e atribuir responsabilidades individuais a qualquer conduta que fuja à norma heterossexual e cisgênero. Dessa forma, ao invés de abrir espaço para a emancipação, os discursos da “libertação” são reelaborados como uma forma mais sutil e eficaz de sujeição.

Dessa maneira, o discurso em torno do “kit gay” revela-se como uma engrenagem atualizada do dispositivo da sexualidade, que opera por meio da produção de verdades, da gestão dos corpos e da normatização dos prazeres. Longe de representar uma ruptura com os mecanismos de controle, tais discursos reafirmam estruturas de poder que, ao incitar falas sobre o sexo e a moralidade, reforçam a vigilância e a disciplina social.

É nesse contexto que se inscrevem as disputas políticas e simbólicas travadas no espaço legislativo, onde projetos de lei, pronunciamentos públicos e campanhas eleitorais

mobilizam a sexualidade como arena estratégica de controle e exclusão. A seguir, analisaremos como essas narrativas se consolidam no Congresso Nacional e como se articulam com interesses religiosos, morais e partidários na definição das fronteiras do que pode ou não ser dito, ensinado e vivido.

1.2 Narrativas e Disputas no Congresso Nacional

No contexto político brasileiro, o uso do discurso “Kit Gay” no Congresso Nacional (CN) e agendas legislativas por grupos políticos tornou-se parte dos argumentos nas disputas eleitorais desde de 2018. Esses discursos foram utilizados com objetivos específicos, consolidando e naturalizando essa ferramenta como meio de polarização dos debates. É possível observar como a discursividade gerada por esse dispositivo se originou no Congresso Nacional e alcançou a população civil, configurando-se em narrativas específicas que se disseminaram de forma interativa nas redes sociais.

Conforme mencionado anteriormente, as articulações relacionadas à supostas existências de um material voltado para a formação de professores na escola pública, por meio do Programa Escola Sem Homofobia (ESH) em 2010, tornaram-se um elemento central e o ápice de disputas em instâncias municipais, estaduais e federais. Destacamos, a seguir, alguns pontos relevantes que marcam essas narrativas.

Um período de destaque está circunscrito entre os anos de 2013 e 2014, momento das manifestações de rua em oposição a partidos de relevância nacional, como o Partido dos Trabalhadores (PT). Essas manifestações foram acompanhadas por mudanças nas matrizes econômica e em grandes instituições financeiras, como: (1) Redução de Juros, (2) Uso intensivo do BNDES, (3) Política Industrial, (4) Desonerações, (5) Planos para Infraestrutura, (6) Reformas do setor elétrico, (7) Desvalorização do Real, (8) Controle de Capitais, (9) Proteção ao produto nacional (Singer, 2011 - 2016; p.18 - 16). Tais medidas, implementadas durante o Governo Dilma Rousseff (2011-2014), foram consideradas afrontosas por economistas e setores financeiros.

Pontos específicos, relacionados à economia, como a erradicação da pobreza no país, fomentaram disputas políticas e discussões sobre direitos que transitavam entre propostas voltadas tanto para os mais ricos quanto para os mais pobres, gerando polarização política distintas. Neste contexto, as primeiras manifestações nas redes sociais, bem como os apoios a candidatos e frentes partidárias, transformaram as “eleições brasileiras” um dos temas mais populares no *Twitter* em 2014, com *hashtags* de destaque, como #Aecio45PeloBrasil e #

DilmaMudaMais¹⁹. Casos emblemáticos, como a declaração do presidenciável Levy Fidelix em rede nacional - “aparelho excretor não reproduz”²⁰ -, provocando grande repercussão no *Twitter*, onde seus discursos de enfrentamento às minorias foram amplamente debatidos.

Ao compreender os aspectos das políticas públicas voltadas à população LGBT no Brasil, torna-se evidente como essas disputas mobilizam as dinâmicas do dispositivo “Kit Gay”, que atua em contingências frente às demandas sociais, políticas de ruas e manifestações *online*, **sofrendo influência de organizações internacionais conservadoras, como a Organização Internacional das Famílias (IOF), que atua politicamente contra os avanços em direitos sexuais e reprodutivos**. Nesse contexto, as mobilizações pela Comissão dos Direitos Humanos e Minorias (CDHM) em 2014 abriram espaço para candidaturas à presidência da Comissão, coincidindo com a entrega, no mesmo ano, do relatório sobre violação de direitos humanos durante o período da Ditadura Militar (1946 -1988) pela Comissão Nacional da Verdade (CNV).

Segundo Avtar Brah (2016), as articulações entre racismos, gênero, classe, frente às diferenças enquanto experiências, são marcadas por narrativas históricas e processos contingentes. As desinformações, nesse cenário, são sempre relacionais, impactando na perpetuação de desigualdade, estigmatização de identidades dissidentes e no reforço de normas sociais conservadoras. Dessa forma, analisaremos como as atuações no Congresso Nacional estão imbricadas nas relações socioculturais e políticas, impulsionadas pelo discurso de ódio às minorias.

Assim, nos anos de 2015 a 2016, movimentos populares de luta pelos direitos femininos e da comunidade LGBT, como: o Movimento Feminista e o Movimento LGBT, ganharam as ruas. Contudo, foi nas redes sociais que temas como: PL 5.069, que trata da “Tipificação como crime contra a vida o anúncio de meio abortivo e prevê penas específicas para quem induz a gestante à prática de aborto”²¹, a intolerância religiosa sofrida pela menina Kayllane Campos – apedrejada ao sair de um culto religioso²² - , a performance de Viviany

¹⁹ **BBC NEWS BRASIL**. #SalaSocial: Destino de Lobão e eleições no Brasil dominam Twitter mundial. BBC NEWS, 27 out. 2014. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/10/141026_salasocial_eleicoes2014_trending_rs. Acesso em: 19 Dez. 2024.

²⁰ AZEVEDO, Reinaldo. *Fidelix e outros têm direito de usar boca como aparelho excretor!*. **Veja**, São Paulo, 23 fev. 2017. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/fidelix-e-outros-tem-direito-de-usar-boca-como-aparelho-excretor>. Acesso em: 19 Dez. 2024.

²¹ **BRASIL. Câmara dos Deputados**. Projeto de Lei nº 5.568, de 14 de maio de 2013. Altera artigos da Lei nº 9.503/97 que institui o Código Nacional de Trânsito Brasileiro e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2013. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565882> . Acesso em: 23 Jan 2025.

²² **G1**. 16 jun., 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/06/menina-vitima-de-intolerancia-religiosa-diz-que-vai-ser-dificil-esquecer-pedrada.html> . Acesso em: 23 Jan. 2025.

Beleboni (mulher trans)²³ crucificada em cima do trio elétrico na Parada do Orgulho LGBT em São Paulo, e discursos de líderes religiosos como o de Marcos Feliciano na Câmara sobre “Cristofobia” e como Silas Malafaia nos púlpitos das igrejas ganharam grande destaque (Cleonardo, 2019).

O discurso sobre o “gênero” incita medo, ansiedade e insegurança e, neste contexto, produz novos temores contemporâneos que atuam em favor dos objetivos estabelecidos pela religião e pela moralidade. Consequentemente, reforça-se um código referencial baseado nas figuras materna e paterna, que se relacionam com outros significantes vazios, associando o gênero à pedofilia à zoofilia. Essa construção discursiva configura uma abordagem cruel, que vincula o tema a perversidades sexuais e abusos infantis. Dessa forma, retiram-se direitos em nome da religião e da moralidade cristã. E esses entrelaçamentos chegam a confrontos em meio a demandas populares das classes trabalhadoras. Assim a temática de gênero reúne medos e convicções desta classe.

Segundo Cleonardo (2019), o pastor e deputado do Partido Social Cristão (PSC), Silas Malafaia, criticou a percepção seletiva da intolerância religiosa, destacando que a imprensa e outras instituições ignoram episódios de intolerância contra símbolos cristãos durante uma parada gay, enquanto dão ênfase a casos como o da garota do candomblé, associando-o diretamente à comunidade evangélica. Malafaia menciona o artigo 208 do Código Penal, que trata do vilipêndio religioso, para argumentar sobre tratamento desigual dado aos episódios.

Nas palavras de Cleonardo,

Assim, a categoria “intolerância”, muito cara aos ativistas dos Direitos Humanos, habita o discurso daquele que é considerado um inimigo dos movimentos LGBT e Feminista. É da mesma forma que Malafaia dá início à sua intervenção no debate promovido pela comissão especial do Estatuto da Família (Cleonardo, 2019, p.84)

O Estatuto da Família é um projeto de lei brasileiro PL 6.583/2013²⁴, proposto em 2013 pelo deputado Anderson Ferreira (PR-PE), que visa definir legalmente o conceito de família. Ele foi aprovado em uma comissão especial da Câmara dos Deputados em 2015 e gerou

²³ [...] Ela se prendeu à cruz, encenando o sofrimento de Jesus, para “representar a agressão e a dor que a comunidade LGBT tem passado”. “Nunca tive a intenção de atacar a igreja. A ideia era, mesmo protestar contra a homofobia”, explicou. DANTAS, Carolina. ‘Representei a dor que sentimos’, diz transexual ‘crucificada’ na Parada Gay. **G1**, 08 Jun. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/06/representei-dor-que-sentimos-diz-transexual-crucificada-na-parada-gay.html>. Acesso em 15 set.2021.

²⁴ **BRASIL. Câmara dos Deputados.** Projeto de Lei nº 6.583, de 16 de outubro de 2013. Dispõe sobre o Estatuto da Família e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2013. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=597005>. Acesso em: 19. maio. 2025.

ampla controvérsia. O projeto estabelece que: “Família é o núcleo formado a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio do casamento ou da união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes”.

Essa definição exclui casais homoafetivos, famílias ampliadas, monoparentais não consanguíneas, e outras configurações familiares reconhecidas social e juridicamente no Brasil. Nesse sentido, tais articulações, configuram-se como um processo de exclusão e retrocesso jurídico. O Estatuto da Família contradiz decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que **reconhecem a união homoafetiva como entidade familiar**²⁵. Ele representa um retrocesso no reconhecimento da diversidade das formas de organização familiar no país.

O fundamentalismo religioso, como parte desse projeto, pois é **fortemente apoiado por setores conservadores**, como os que integram a Frente Parlamentar Evangélica. A defesa de uma “família tradicional” revela uma tentativa de impor uma moral **cristã como universal** sobre a legislação civil, estando fortemente conectado com os interesses desses setores.

Deste modo, a instrumentalização da política acontece no uso do Estatuto como bandeira política que reflete a disputa simbólica em torno do que se entende por “valores” no debate público, e é usado para antagonizar movimentos feministas e LGBTQIAPN+, como citado no trecho, com base em Cleonardo (2019). A desconexão com a realidade social acontece de maneira explícita, pois, esta proposta ignora a pluralidade de arranjos familiares no Brasil, o que incluem avós e netos, tios e sobrinhos, casais do mesmo sexo, entre outros. O IBGE já reconhece essa diversidade em seus censos.

Assim, o Estatuto da Família é um projeto que, sob o pretexto de proteger a família, tenta restringi-la a um modelo heteronormativo, patriarcal e cristão, desconsiderando os avanços dos direitos civis no Brasil. Sua análise exige uma abordagem crítica sobre os usos políticos e morais da legislação, especialmente no contexto de discursos conservadores e de intolerância às sexualidades e aos gêneros dissidentes.

O Estatuto da Família, ao definir família como uma união entre um homem e uma mulher ou entre um dos pais e seus descendentes, atua como um dispositivo jurídico que consolida a colonialidade do poder, conforme analisa Aníbal Quijano (2005). Ao privilegiar um modelo familiar heterossexual, nuclear e patriarcal, o projeto ignora a pluralidade de formas de

²⁵ **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS**. União homoafetiva como entidade familiar. Brasília: TJDF, 24 jan. 2025. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/consultas/jurisprudencia/jurisprudencia-em-temas/direito-constitucional/uniao-homoafetiva-como-entidade-familiar>. Acesso em: 20 maio. 2025.

organização familiar presentes na sociedade brasileira e deslegitima juridicamente outras experiências de cuidado, afeto e parentesco. Essa tentativa de normatizar a vida cotidiana pela via do direito revela uma estratégia de manutenção de uma lógica colonial e eurocentrada, que busca regular corpos e relações a partir de um ideal de família que já não corresponde à realidade da maioria da população.

A proposta também evidencia uma profunda relação entre gênero, poder e exclusão, especialmente ao mobilizar a heterossexualidade como norma. Judith Butler (2023), ao discutir a performatividade de gênero em *Problemas de Gênero*, argumenta que os corpos são inteligíveis dentro das normas sociais apenas quando performam identidades coerentes com a matriz heterossexual. Assim, corpos e relações dissidentes - como os casais homoafetivos, famílias transfetivas ou arranjos coletivos - são posicionados como ameaças à ordem, pois desestabilizam a naturalização das normas sexuais e de gênero. O Estatuto, nesse contexto, funciona como um instrumento de regulação da diferença, transformando-a em desvio a ser corrigido.

Essa construção de *desvio* é parte de um dispositivo discursivo de intolerância, frequentemente mobilizado por grupos religiosos e conservadores. Em *Quem tem medo de gênero?* (2024), Butler analisa como o termo *gênero* tem sido transformado em um inimigo simbólico, criando um campo discursivo no qual a proteção da família passa a significar o ataque a corpos dissidentes. No Brasil, o uso da *defesa da família* como bandeira política serve para deslegitimar movimentos feministas, LGBTQIAPN+ e de direitos humanos, sendo uma ferramenta discursiva eficaz para fomentar pânicos morais e consolidar projetos autoritários de sociedade.

A esse respeito, Avtar Brah (2016) contribui para análise ao demonstrar como as diferenças sociais, raciais, sexuais e culturais se tornam marcadores de exclusão. Ao invés de reconhecer a diferença como constitutiva do social, projetos como o Estatuto a transformaram em desigualdade, ao legitimar apenas um modelo familiar e relegar os demais à invisibilidade ou marginalização. A definição normativa de família, portanto, não apenas exclui, mas também hierarquiza os modos de vida, estabelecendo quais vidas são dignas de reconhecimento e proteção legal.

Outro momento relevante foi o *Impeachment* de Dilma Rousseff (2016) sob os acionamentos a Deus, Pátria e Família. O *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016, não foi apenas um processo jurídico-político, mas também um evento carregado de simbolismos e mobilizações discursivas que evocaram valores religiosos e morais, especialmente os ligados aos significantes vazios “**Deus, Pátria e Família**”.

Essa tríade não é apenas um conjunto de palavras, mas um *símbolo-mestre* termo proposto por Geertz (2012) no livro *A Interpretação das Culturas*, isto é, um conjunto de significantes que condensam sentidos amplamente compartilhados e mobilizados para legitimar projetos políticos e morais. Na história brasileira, esse lema foi central durante o Estado Novo de Getúlio Vargas e reatualizado pela Ditadura Civil-Militar (1964-1985), carregando consigo o ideal de ordem, moralidade conservadora e hierarquia social. O uso dessa fórmula durante o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016 reativa um imaginário autoritário, que associa o “bom governo” a valores religiosos cristãos, nacionalismos e moral familiar tradicional - excluindo, portanto, as pautas feministas, populares e progressistas associadas à presidenta deposta.

Durante o processo de votação na Câmara dos Deputados, esses valores foram reiteradamente performados por parlamentares que dedicavam seus votos “à família”, “a Deus” ou “pela Pátria”, muitas vezes em tons messiânicos, religiosos ou ultranacionalistas. O conteúdo jurídico do processo - que envolvia supostas “pedaladas fiscais” - foi sendo progressivamente deslocado por uma carga simbólica que apresentava Rousseff como uma ameaça à ordem moral tradicional. A presença cada vez mais atuante de grupos evangélicos conservadores na política nacional, aliados a setores do agronegócio e militares, amplificou esse enquadramento moralizante.

Na deposição de uma mulher que representava um governo de centro-esquerda, foi atravessada por elementos de gênero. Dilma foi deslegitimada não apenas por suas ações políticas, mas por um julgamento simbólico de seu corpo e sua voz - associada à histeria, à frieza ou à inadequação. A exaltação de “família” nesse contexto reforça uma ordem patriarcal simbólica, em que a mulher deve ocupar um espaço privado, e não poder público. A mobilização simbólica da “família tradicional” funcionou como um marcador contra a “ameaça” de projetos de lei progressistas e a presença de corpos femininos dissidentes no poder.

O uso de “Deus” em contextos políticos funciona como uma forma de sacralização da autoridade e moralização do discurso político. A invocação do nome divino durante o processo de *impeachment*, como ocorreu em muitos votos parlamentares (“Por Deus, pela minha família, voto sim!”), não foi apenas retórica, mas um rito de purificação moral simbólica contra um governo acusado de corrupção e desordem. Essa dicotomia estabelece um campo de batalha simbólico: de um lado, os defensores da “ordem moral”; de outro, os representantes do “caos”, da “imoralidade”, do “comunismo” e do “feminismo”.

Já o uso da palavra “Pátria” nesse enunciado remete a um nacionalismo seletivo, que define quem é ou não “verdadeiramente brasileiro”. Esse processo de construção do inimigo

interno cria uma alteridade perigosa: os que não rezam por esse tripé (Deus, Pátria e Família) são considerados traidores, corruptos ou inimigos da nação. Isso remete à lógica do “nós versus eles”, características de regimes populistas e autoritários, em que a política é simbolicamente moralizada e os adversários são convertidos em inimigos da ordem.

Assim, ao invocar “Deus, Pátria e Família”, os atores políticos criaram um **nós** moralmente elevado, em oposição a um **eles** corrupto, feminista, comunista, desviante. Essa linha de separação reitera desigualdades e estigmatiza corpos generificados, racializados, dissidentes - que passaram a ser vistos como ameaças morais e políticas. Assim o *impeachment* é também um processo de construção simbólica de inimigos, no qual certos sujeitos deixam de ser considerados legítimos participantes do corpo político nacional.

Para Laclau (2013), um *significante vazio* é um termo que pode agregar múltiplas demandas sociais heterogêneas, servindo como um ponto de unificação simbólica para a construção de uma identidade coletiva. Nesse contexto, a tríade funcionou como esse significante vazio. Cada um desses termos carrega um alto valor afetivo e moral, mas não tem conteúdo fixo - permitindo que diferentes grupos (religiosos, conservadores, militares, antipetistas, neoliberais) projetarem suas próprias demandas e frustrações nesse lema.

Ao analisar esse processo à luz das contribuições de Judith Butler (2023), especialmente suas formulações sobre performatividade de gênero e inteligibilidade dos corpos, pode-se afirmar que o *impeachment* também funcionou como um dispositivo que visou punir um corpo dissidente da norma. Rousseff, enquanto mulher, ex-guerrilheira e ocupante de um cargo de alto poder institucional, rompeu com os *scripts* de gênero esperados para mulheres na cena política. Conforme Butler (2023), corpos que não se conformam às normas hegemônicas de gênero - que não “fazem gênero corretamente” - tornam-se suscetíveis à exclusão, à violência simbólica e material, e à não inteligibilidade.

A presidenta foi constantemente desautorizada em sua capacidade racional, emocional e política, sendo retratada como “desequilibrada”, “intransigente” ou “inadequada” ao papel que ocupava. Esse tipo de discurso, que atravessa tanto o campo político quanto o midiático, produz o que Butler chamaria de uma “matriz de inteligibilidade” que regula quem pode aparecer como sujeito legítimo no espaço público. Dilma, ao não corresponder à figura de mulher dócil e conciliadora, foi alvo de um processo de deslegitimação que transcende a técnica jurídica - trata-se de uma punição simbólica a um corpo feminino que ousou disputar e exercer poder.

Desse modo, o *impeachment* pode ser compreendido não só como uma manobra política, mas como um ritual normativo de reafirmação de uma ordem cis-heteropatriarcal. A

evocação de “Deus, Pátria e Família” atua como dispositivo de reatualização de normas sociais que tentam regular os corpos, os desejos e os afetos permitidos na esfera política - num gesto claro de exclusão e disciplinamento dos corpos desviantes.

A ampla aceitação desse conservadorismo moral e religioso no imaginário social brasileiro está enraizada em uma longa história do colonialismo, escravidão e evangelização que instituiu valores patriarcais e cristões como referência de ordem e moralidade. Esses valores se naturalizam ao longo do tempo, sendo reproduzido pela repetição, nas instituições (Família, Escola, Igreja, Estado) como pilares da identidade nacional. A ideia de um “povo brasileiro” ordeiro, temente a Deus e defensor da Família tradicional, embora excludente e idealizadora, se cristalizou como modelo universal de cidadania e pertencimento. Assim, discursos que evocam tais valores continuam encontrando eco e legitimidade na sociedade, sobretudo em momentos de crise política/econômica, quando o medo, a insegurança e o desejo de restauração da “ordem” tornam-se afetos políticos potentes.

Desde a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder, a relação entre política e religião tornou-se uma questão central, sobretudo com o crescimento e influência das bancadas evangélicas e católicas no Congresso Nacional (CN). No caso de Dilma Rousseff, esse embate foi ainda mais evidente, pois sua identidade política não estava diretamente vinculada à religião, diferentemente de Luiz Inácio Lula da Silva, que apresentava um discurso mais conciliador com grupos cristões. Além disso, Dilma sempre demonstrou maior alinhamento ao princípio do Estado laico, o que gerou resistência entre setores religiosos conservadores.

Durante o processo de *impeachment*, a narrativa religiosa foi amplamente acionada para justificar sua destituição, funcionando como ferramenta política. Deputados e senadores evocaram, de forma recorrente, Deus e a defesa da família tradicional em seus discursos, associando o governo Dilma a uma suposta ameaça ideológica. Eduardo Cunha ²⁶, então presidente da Câmara e evangélico fervoroso, desempenhou papel crucial na tramitação do processo, promovendo alianças estratégicas nos setores religiosos a fim de fortalecer a retórica

²⁶ Eduardo Cosentino da Cunha: (Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1958) é um economista e político brasileiro, atualmente filiado ao Republicanos. Exerceu o cargo de deputado federal entre fevereiro de 2003 e setembro de 2016, quando teve o mandato cassado pelo plenário da Câmara dos Deputados. Foi presidente desta Casa de 1º de fevereiro de 2015 até renunciar ao cargo em 7 de julho de 2016, época em que ficou conhecido por ser um dos protagonistas da crise política de 2014 e por ter instaurado e conduzido o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Membro da igreja Assembleia de Deus Ministério de Madureira, compôs a bancada evangélica na Câmara. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Perfil do parlamentar - Eduardo Cunha. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/74173/biografia>. Acesso em: 20 maio. 2025. G1. Câmara cassa mandato de Eduardo Cunha por 450 votos a 10. G1, 12 set. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/09/camara-cassa-mandato-de-eduardo-cunha-por-450-votos-10.html>. Acesso em: 20 maio. 2025.

de que Dilma representa valores contrários aos princípios cristãos. Nas palavras de Cunha, segundo a Agência Câmara de Notícias (2016): ““Que Deus tenha misericórdia desta Nação. Voto sim”, disse Cunha, ao ser chamado a votar pelo 1º secretário da Câmara, deputado Beto Mansur (PRB-SP)”.

O voto de Bolsonaro foi um dos mais emblemáticos da sessão de *impeachment*. Em vez de se basear em argumentos jurídicos ou técnicos, ele mobilizou símbolos ideológicos, militares, religiosos e familiares, situando seu discurso no campo da disputa moral e política. Assim, Jair Messias Bolsonaro (PSC-RJ), se pronunciou:

Perderam em 1964. Perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve... Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra a Folha de S. Paulo, pela memória do Cel. Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff!

E concluiu: “Pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo, e por Deus acima de todos, o meu voto é "sim"! ”

Bolsonaro faz menção a disputas históricas, e a frase: **“Perderam em 1964. Perderam agora em 2016”**, estabelece um paralelo entre o golpe civil-militar de 1964 e o *impeachment* de 2016, reforçando a visão de que ambos foram vitórias da “ordem” contra a “ameaça comunista”. Ele interpreta esses dois momentos como derrotas da esquerda. Essa analogia histórica deslegitima o processo democrático, ao tratar o *impeachment* como uma continuidade de um regime autoritário.

Ao dizer **“pela família e pela inocência das crianças em sala de aula”**, Bolsonaro mobiliza um discurso conservador, insinuando que governos de esquerda teriam promovido a corrupção moral ou sexual das crianças - uma retórica que depois seria posteriormente intensificada nas *fake news* do “kit gay”. Trata-se de um exemplo de **pânico moral**, utilizado como instrumento de mobilização política.

Ao mencionar negativamente a *Folha de S. Paulo*, Bolsonaro reforça uma prática comum do populismo autoritário: **desacreditar a imprensa tradicional** e construir uma narrativa de que os veículos críticos ao governo são vistos como inimigos do povo. Dessa forma, legítima o ataque à imprensa nacional. A referência ao coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, reconhecido oficialmente como torturador pelo Estado brasileiro, é o ponto mais polêmico do voto. Ao chamá-lo de **“o pavor de Dilma Rousseff”**, Bolsonaro não apenas celebra um agente da ditadura, como também faz escárnio da trajetória de resistência da então presidenta, que foi presa e torturada durante o regime militar. Isso configura uma grave afronta à memória histórica, aos direitos humanos e à democracia.

Quando faz menção ao nacionalismo religioso, “**Brasil acima de tudo, Deus acima de todos**”-, utiliza uma frase que se tornaria um dos **principais lemas de seu governo**. Ela une nacionalismo e religiosidade cristã, pilares de sua base ideológica. Essa construção sugere que seus valores são absolutos, acima do debate político ou institucional.

O voto de Jair Bolsonaro foi menos um posicionamento técnico sobre o *impeachment* é mais um **manifesto ideológico**, repleto de simbologias autoritárias, moralistas e militares. Foi um prenúncio do bolsonarismo como movimento político conservador, que cresceria nos anos seguintes com base na polarização, no revisionismo histórico e na retórica do “inimigo interno”. Seu discurso, ao exaltar a ditadura e seus agentes, representa uma ameaça à consolidação da democracia e aos valores dos direitos humanos.

Nesse contexto, um dos temas que refletiu à Dilma Rousseff por parte de grupos religiosos foi a questão do aborto. Durante sua campanha presidencial de 2010, Dilma chegou a defender a descriminalização do aborto sob perspectiva da saúde pública, o que gerou uma forte reação de lideranças evangélicas e católicas. Diante da crescente pressão política e religiosa, a então candidata recuou e assinou a carta “Carta aberta ao povo de Deus” comprometendo-se a não apoiar mudanças na legislação sobre o tema. Esse movimento estratégico foi essencial para sua eleição, mas também evidenciou o peso das lideranças religiosas na definição das pautas políticas no Brasil (Machado, 2012).

De acordo com reportagem do *portal G1* (2007), quando ocupava o cargo de ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff inicialmente se posicionou favorável à descriminalização do aborto, mas posteriormente recuou em suas afirmações. Em sabatina no jornal *Folha de S. Paulo*, declarou que “era um absurdo que no Brasil não houve descriminalização do aborto”. Contudo, em 2009, afirmou que “abortar não é fácil para mulher alguma. Duvido que alguém se sentisse confortável em fazer um aborto. Agora isso não pode ser justificado para que não haja a legalização. O aborto é uma questão de saúde pública”. Já em 2010, declarou “Eu duvido que alguma mulher (...) defenda e ache o aborto uma maravilha. O aborto é uma agressão ao corpo. Além de ser uma agressão, dói, além de doer, imagino que a pessoa saia de lá muito baqueada”.

Apesar desse recuo, a desconfiança permaneceu. Setores religiosos conservadores continuaram associando Dilma e o PT a políticas “anti-família” e a uma suposta agenda de “destruição dos valores cristãos”. No contexto do *impeachment*, esse discurso foi intensificado como forma de justificar sua retirada do cargo. Durante a votação do afastamento na Câmara, por exemplo, muitos parlamentares, incluindo o próprio presidente da Casa, como citado

anteriormente, mencionaram a defesa da família e de Deus como princípios que estariam sendo restaurados com a saída da presidenta.

Dessa forma, o processo de *impeachment* constitui-se como um marco no avanço do conservadorismo no Brasil. Não apenas selou o fim do governo Dilma Rousseff, como também abriu o espaço para o avanço do discurso ultraconservador nas eleições de 2018. A mobilização em torno dos significantes “Deus, Pátria e Família” serviu como um ensaio para a ascensão de Jair Messias Bolsonaro. O moralismo religioso que ajudou a derrubar Dilma Rousseff foi o mesmo que, anos depois, fortaleceu a narrativa bolsonarista, sustentada pela defesa de pautas antiaborto, antifeministas e anti-LGBTQIA+.

Nesse contexto, as práticas religiosas foram historicamente moldadas por disputas de poder que estabeleceram fronteiras entre o que seria reconhecido como religião legítima e o que seria relegado à esfera da magia, superstição ou crime. Paula Montero (2006, p. 50) analisa esse processo ao afirmar que “As formas religiosas foram se constituindo e se modificando em função de um jogo de forças que opôs a eficácia simbólica daquilo que contextualmente fosse definido como mágico e a legitimidade social do que fosse assumido como religioso”. Assim, as criminalizações de práticas populares - como o curandeirismo e a feitiçaria - integrou um esforço de organização da ordem pública moderna (Monteiro, 2006, p.51), revelando como os saberes e rituais dissidentes foram excluídos em nome de uma racionalidade dominante.

A essa leitura de Monteiro (2006) soma-se a perspectiva de Aníbal Quijano (2005), que amplia o debate ao situar a religião como um dos pilares da colonialidade do poder. Para ele, a religião opera como um instrumento de controle simbólico, cultural e epistemológico que sustenta a modernidade/ colonialidade, sendo fundamental para a imposição de um sistema de conhecimento europeu e cristão, que subalterniza cosmovisões africanas e indígenas.

Ao aproximar essas duas análises, percebe-se que tanto Monteiro (2006) quanto Quijano (2005) evidenciam como o campo religioso é atravessado por mecanismos de poder que organizam não apenas o que é criado, mas também quem tem legitimidade para crer e como deve fazê-lo. Monteiro (2006) observa esse processo em sua dimensão histórica e institucional, enquanto Quijano o inscreve numa lógica mais ampla da colonialidade do saber e do ser.

Nesse contexto brasileiro contemporâneo, esse embate se atualiza com a atuação de narrativas como a *Fake news* do “kit gay”, que, ao circularem em ambientes religiosos conservadores, reativam esses mesmos dispositivos coloniais de exclusão. Tais narrativas operam como dispositivos de sexualidade que, ao se ancorarem em uma epistemologia cristã e europeia, reiteram fronteiras entre o aceitável e o abjeto, reforçando discursos de ódio que

deslegitimam práticas de matriz africana e indígena, e que alimentam pânico morais baseados em categorias religiosas hegemônicas.

Assim, o Congresso Nacional se torna não apenas um espaço de elaboração de leis, mas um verdadeiro campo de batalha simbólica onde narrativas ganham corpo, performam afetos e modulam percepções. A extrema direita religiosa, ao mobilizar *fake news* como a do “kit gay”, não está apenas disputando votos - está forjando sentidos, produzindo sujeitos, delimitando fronteiras do aceitável. Trata-se de uma disputa ontológica, onde o que está em jogo é o direito de existir fora da gramática colonial, cristã e patriarcal. O recurso ao medo, à perversão do outro, à ameaça às crianças, não é ingênuo: é calculado, encenado, reiterado como dispositivo de sujeição.

Essas narrativas, longe de serem ruídos ou exceções, são tecnologias políticas. Elas operam como fios invisíveis que costuram o imaginário social, demarcam o território do “bem” e do “mal” e reatualizam a lógica da colonialidade nos corpos, nos afetos e nas crenças. Para seguir desvelando esse emaranhado discursivo, faz-se necessário mergulhar nos territórios onde essas tramas se proliferam com velocidade e intensidade: os espaços digitais.

É nesse percurso que adentramos o próximo capítulo, dedicado à metodologia dessa pesquisa. A netnografia, e análise de discursos, enquanto instrumento analítico, nos permitirá observar com lente crítica os modos de circulação, interação e disputa que se dão no ambiente virtual - terreno fértil onde as *fake news* se enraízam e ganham força performática.

2 METODOLOGIA: ANÁLISE DOCUMENTAL E NETNOGRÁFICA

Este capítulo apresenta os procedimentos metodológicos que fundamentam esta investigação. Mais do que descrever técnicas e procedimentos, este momento do texto propõe um encontro: um espaço para explicitar as escolhas teórico-metodológicas que orientam o olhar lançado sobre o objeto de pesquisa. Inserida no campo dos estudos qualitativos, esta pesquisa se âncora em uma abordagem que combina análise documental e a netnografia (Kozinets, 2014), articuladas a uma leitura decolonial do mundo social.

A opção por uma netnografia não responde apenas à necessidade de compreender dinâmicas digitais, mas ao compromisso ético-político de escutar vozes historicamente silenciadas que também se encontram no espaço digital, sobretudo aquelas marcadas pelas interseções entre raça, gênero, sexualidade e território. Essa escuta, atenta e situada, é atravessada por uma postura investigativa que interroga os fundamentos coloniais da produção de conhecimento e desafia seus modos normativos de classificação e exclusão.

O referencial decolonial aqui mobilizado apoia-se na perspectiva de Aníbal Quijano (2005), que propõe o conceito de *Colonialidade do Poder* como chave analítica para compreender as hierarquias raciais, epistêmicas, de gênero e classe que seguem estruturando as sociedades mesmo após o fim do colonialismo formal. Historicamente, o pensamento decolonial surge a partir de um grupo de intelectuais latino-americanos vinculados à Modernidade, Colonialidade, Decolonialidade (MCD), como Walter D. Mignolo, Catherine Walsh, Nelson Maldonado - Torres e Ramón Grosfoguel, entre outros, que, desde o final dos anos 1990 e início dos anos 2000, passaram a articular uma crítica ao padrão eurocêntrico de conhecimento e ao silenciamento das epistemologias do Sul (Freitas, 2008).

Essa leitura crítica entende que a modernidade não pode ser separada da lógica colonial - ao contrário, ela se constitui a partir da dominação colonial e da imposição de um modo único de ser, saber e existir. Assim, os discursos são compreendidos como práticas produtoras de verdade, que naturalizam desigualdades, e operam classificações sociais baseadas em sistemas de poder historicamente construídos, legitimando regimes de exclusão.

Ao lado dessa matriz crítica, a contribuição de Lélia Gonzalez (2020; 2023), amplia o escopo da leitura decolonial ao situá-la desde o Sul Global, a partir da experiência amefricana. Sua crítica ao epistemicídio negro e indígena nos permite compreender como os discursos operam na invisibilidade dos corpos racializados, especialmente os corpos de mulheres negras

e das dissidências sexuais. Avtar Brah (2016), por sua vez, é convocada para pensar as subjetividades deslocadas e marginalizadas, contribuindo com o conceito de interseccionalidade e com uma análise sensível às múltiplas camadas de pertencimento e exclusão e diferença.

Em diálogo com as autoras e autores, Michel Foucault (2017; 2023) oferece ferramentas para compreender os discursos enquanto práticas de saber-poder, que produzem subjetividades, verdades e regimes de visibilidade. Seu conceito de *Dispositivo* é central para analisar como temas como sexualidade, gênero e moralidade são regulados socialmente. Judith Butler (2019; 2023; 2024), por sua vez, articula *Performatividade*, *Discurso* e *Vulnerabilidade*, permitindo problematizar os mecanismos normativos que tornam certos corpos inteligíveis ou abjetos no espaço público digital. Sua obra é mobilizada criticamente dentro de um escopo decolonial, a fim de pensar as possibilidades de resistência e subversão frente aos discursos que fixam identidades e reforçam lógicas excludentes.

Assim, o percurso metodológico aqui apresentado não é apenas técnico, mas político: assume o compromisso de desestabilizar regimes de verdade e visibilidade que sustentam desigualdades, criando espaço para outras formas de conhecer, resistir e existir. A pesquisa, nesse sentido, articula diferentes referenciais para investigar como as *fake news* do “kit gay” circulam no ambiente digital, operam como dispositivos de sexualidade e produzem efeitos de poder sobre os corpos generificados.

A reflexão segue com a contextualização do campo dos estudos na *internet*, reconhecendo-o como um território em constante transformação e com múltiplos atravessamentos. A escolha pela Netnografia se inscreve nesse cenário, exigindo atenção às especificidades do meio digital, suas dinâmicas efêmeras e seus desafios epistemológicos. Como destacam Frago, Recuero e Amaral (2011), investigar a *internet* implica lidar com a mutabilidade dos dados e a necessidade de justificação constante das escolhas metodológicas, com responsabilidade e reflexividade. Nesse sentido, os desafios metodológicos da pesquisa na *internet*, de acordo com Frago, Recuero e Amaral (2011, p. 29) se instaura em:

[...]considerar sua natureza constantemente mutável e efêmera, além de sua rápida e ampla adoção por pesquisadores nos mais diversos contextos de pesquisa, o que nos permite alinhar questionamentos acerca da justificativa dos estudos e sua relevância para a área e a confiabilidade e credibilidade dos dados assim obtidos.

As autoras destacam que a *internet* se configura como um espaço amplo e relevante para a pesquisa devido à sua estrutura e abrangência. Por estas características, deve ser

considerada um campo de estudo próprio. Dessa forma, é necessário priorizar a simetria e reflexividade teórica, atentando-se às definições e metáforas empregadas no campo, bem como analisar o objeto de forma responsável, de modo a compreender suas relações de poder e resistências e suas implicações para a condição humana, não-humanas e cultural de uma época. Além disso, é essencial ampliar o diálogo para incluir perspectivas que transcendem o referencial ocidental (Fragoso, Recuero e Amaral 2011).

Isso implica reconhecer que os modos de produção de conhecimento e análise dos fenômenos digitais não devem se restringir a epistemologias eurocêntricas, frequentemente fundadas em concepções universalistas e descoladas das realidades locais. Ao integrar perspectivas não ocidentais - como as Epistemologias do Sul²⁷ que propõem a valorização dos saberes produzidos historicamente subalternizados (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, mulheres camponesas, etc), sobretudo no Sul Global (Santos, 2010); os Estudos Decoloniais, que questionam a colonialidade do saber e do poder instaurada pela modernidade ocidental (Quijano, 2005; Mignolo, 2005); e os Feminismos periféricos, que articulam gênero, raça, classe e território para evidenciar as experiências de mulheres nas margens dos centros hegemônicos de poder (Gonzalez, 2020; Ribeiro, 2017) - (como as Epistemologias do Sul, os estudos decoloniais e os feminismos periféricos) é possível questionar as hierarquias de saber, os regimes de visibilidade e os dispositivos de poder que estruturam o espaço digital. Essa implicação do olhar contribui para uma abordagem mais ética, plural e situada, que valoriza narrativas e experiências muitas vezes silenciadas nos paradigmas tradicionais de análise, enriquecendo a compreensão dos fenômenos comunicacionais na contemporaneidade.

A metodologia da pesquisa deve reconhecer que a *internet* não pode ser abordada por um único quadro analítico, pois suas apropriações variam historicamente. Isso demonstra que, mesmo com seu advento, não há uma ruptura definitiva com outras fontes de informação, como as mídias tradicionais. Portanto, torna-se indispensável adotar um olhar horizontal para as interfaces midiáticas nos processos de investigação.

Assim, a compreensão da *internet* como um campo dinâmico e interativo, que se insere nas ciências humanas e sociais e aplicadas como um espaço multidisciplinar e em constantes desenvolvimento metodológico, pode ser observada na seguinte afirmação:

No contexto brasileiro das ciências humanas e das ciências sociais aplicadas, os estudos da *internet* encontram-se muitas vezes associados aos estudos de cibercultura, assim como aos estudos de interface humano-computador (IHC), entre outras abordagens (Fragoso; Recuero; Amaral, 2011, p.31).

²⁷ Pós- abissal: no sentido de ir além da divisão entre “humanos e sub-humanos”, “moderno e primitivo”, “civilizado e bárbaro” imposta pela modernidade ocidental.

Houve limitações da periodização anglo-saxã da pesquisa na *internet*, uma vez que essa abordagem frequentemente ignora as especificidades e realidades de contextos como o brasileiro ²⁸. Em resposta a essas limitações, diversas abordagens metodológicas têm se destacado entre elas: métodos qualitativos e etnográficos, influenciados pelos Estudos Culturais; que compreendem a cultura como prática social e analisam criticamente as relações entre mídia, poder e identidade, valorizando as experiências e produções simbólicas de grupos subalternizados; a Análise Estrutural de Redes, vinculada à metodologia de Análise de Redes Sociais; e estudos quali – quantitativos, que articulam dados estatísticos como interpretações contextuais e subjetivas (Fragoso; Recuero; Amaral 2011, p.31).

Assim, para distinguir as sistemáticas dos métodos, levando em consideração as singularidades dentro do grupo e a resistência dos sujeitos, compreende-se que a etnografia não pode ser reduzida a um mero método de investigação. Conforme argumenta Mariza Peirano (2014, p. 383) “Se é boa etnografia, será também contribuição teórica; mas se for uma descrição jornalística, ou uma curiosidade a mais no mundo de hoje, não trará nenhum aporte teórico”. Ou seja, a etnografia não se limita a técnicas de observação participante ou à descrição densa, mas envolve um compromisso epistemológico com os sujeitos e com o contexto cultural investigado.

Nesse sentido, o fazer etnográfico exige a compreensão do lugar ocupado do pesquisador, o reconhecimento das relações de poder implicadas na produção do conhecimento e a disposição para lidar com as incertezas e contradições dos dados. A etnografia, como destaca Mariza Peirano (2014), não se reduz a um conjunto de técnicas metodológicas; trata-se de uma forma de conhecimento situada, relacional e comprometida com escolhas políticas, éticas e interpretativas. Essa perspectiva é relevante para pensar a netnografia - uma abordagem que, embora desenvolvida em contextos digitais, herda da etnografia esse caráter epistemológico.

²⁸Esse trecho nos revela o seguinte - Nota explicativa baseada no pensamento das autoras Fragoso; Recuero; Amaral (2011) : **1. Colonialidade do Saber :** A crítica mostra modelos teóricos globais frequentemente partem de experiências dos países centrais (Norte Global), e são tratados como universais, o que invisibiliza trajetórias, usos e dinâmicas locais - especialmente no Sul Global. **2. Descompasso histórico e social:** A *internet* no Brasil e em outros países latino-americano passou por etapas diferentes, com políticas públicas específicas (como os Telecentros, os Pontos de Cultura, o Programa Nacional de Banda Larga, etc), desigualdades de acesso mais marcantes e usos sociais distintos - marcados por lutas políticas, desigualdades raciais, violências digitais, entre outros fatores. **3.Necessidade de Epistemologias Situadas:** Esse reconhecimento reforça a importância de se produzir conhecimento a partir de realidades locais, com metodologias e categorias que façam sentido no contexto estudado, em vez de simplesmente importar cronologias e teorias do Norte Global. **4. Deslocamento Crítico na Pesquisa na Internet:** Trata-se, também, de um chamado para pensar a *internet* não só como tecnologia, mas como fenômeno político, cultural e social, situado historicamente, o que requer escutar e valorizar pesquisadores e pesquisadoras de contextos periféricos.

Em diálogo com a tradição antropológica brasileira, esta pesquisa mobiliza também as contribuições de Carolina Parreiras (2017; 2020) para pensar a etnografia no contexto das plataformas digitais. Para a autora, o campo etnográfico no ambiente digital não se apresenta como um espaço previamente delimitado, mas se constitui de forma processual, a partir das interações, controvérsias e escolhas analíticas realizadas pela pesquisadora ao longo do trabalho de campo. Essa perspectiva permite compreender as redes sociais não apenas como meios técnicos de circulação de informações, mas como espaços sociais densos, atravessados por disputas morais, afetivas e políticas.

A partir dessa abordagem, a etnografia é compreendida como uma prática situada e reflexiva, na qual a posição da pesquisadora, suas interlocuções e os critérios de observação e registro integram a própria construção do objeto de pesquisa. Conforme destaca Parreiras (2017), investigar fenômenos digitais implica lidar com fronteiras porosas entre o público e o privado, exigindo atenção ética às formas de exposição, circulação e reapropriação dos discursos analisados. Tal preocupação é central neste estudo, uma vez que o corpus é composto por conteúdos públicos que mobilizam pânico morais e sexuais, produzindo efeitos concretos sobre corpos, identidades e políticas de gênero.

Nesse sentido, a contribuição de Parreiras (2020) dialoga diretamente com a concepção de etnografia proposta por Mariza Peirano (2014), ao reafirmar que o trabalho etnográfico não se reduz à aplicação de um método, mas se configura como uma forma de produzir conhecimento que articula teoria e empiria de maneira indissociável. Assim, embora a netnografia, conforme proposta por Kozinets (2014), ofereça ferramentas importantes para a observação sistemática de interações *online*, ela é aqui mobilizada de modo crítico, integrada a uma etnografia digital atenta às relações de poder, às disputas de sentidos e às implicações ético-políticas do trabalho de campo em ambientes digitais.

O pesquisador, nesse campo, precisa igualmente construir sentidos a partir de interações simbólicas e comportamentos mediados por plataformas, reconhecendo os atravessamentos culturais que se manifestam nos ambientes virtuais. Clifford Geertz (2012, p. 07), em diálogo com essa perspectiva, define a etnografia como uma tentativa de interpretar um “manuscrito estranho”, ou seja, uma cultura codificada em comportamentos. Ele afirma:

Como tentar ler (no sentido de “construir uma leitura de”) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escritos não com sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado (Geertz, 2012, p. 7).

Dentro deste universo complexo, ao buscar desconstruir os particularismos a partir dos paradigmas da antropologia e considerando as multiplicidades entre a práxis e a teoria, a

intenção não é entender a cultura como um sistema de significados a ser interpretado objetivamente - como no caso do antropólogo leitor dos textos culturais, fundamentado nas teorias interpretativas de Geertz (2012) -, nem tampouco adotar o particularismo histórico, como propôs a corrente de pensamento culturalista enfatizada por Franz Boas. Ainda que se leve em conta a cadeia estruturalista de pensamento, o objetivo não é compreender “culturas” ou ações particulares de “sociedades”, mesmo que no âmbito digital, mas sim sistemas abertos de diferentes relações sociais em graus variados de coexistências.

Trata-se, assim, de ampliar nossas perspectivas de mundo, a nossa visão de mundo, o nosso mundo, que muitas vezes se encontra limitado diante das construções discursivas nas quais estamos imersos. Ao reconhecer que o conhecimento é situado e atravessado por relações de saber-poder, torna-se imprescindível deslocar o olhar para além das narrativas hierárquicas, abrindo espaço para outras epistemologias e formas de existência. Isso implica admitir que os ambientes digitais não apenas reproduzem práticas sociais já existentes, mas também criam novos modelos de subjetivação, sociabilidade e resistência .

A netnografia, nesse sentido, torna-se uma ferramenta potente para capturar essas dinâmicas complexas, desde que orientada por um compromisso crítico e reflexivo com os contextos investigados. Ao invés de buscar verdades universais, o fazer etnográfico - inclusive no campo digital - propõe-se compreender as experiências plurais, as tensões e os significados atribuídos pelos sujeitos em suas práticas cotidianas. Essa postura exige do pesquisador uma escuta atenta, sensibilidade teórica e ética, bem como disposição para revisitar constantemente suas próprias categorias de análise e pressupostos. Afinal, como nos estudos culturais e a antropologia crítica, não se trata apenas de interpretar o mundo, mas de transformá-lo a partir da valorização das vozes silenciadas e dos saberes marginalizados.

Além disso, pode-se pensar que os sujeitos não são passivos diante as estruturas sociais - como gênero, sexualidade, religião, ideologia -, mas exercem agência conflituosa e situada (Sherry Ortner, 2011). Isso se torna útil para pensarmos como certos atores sociais como políticos, religiosos e influenciadores, mobilizam e moldam a *fake news* do “kit gay” de forma estratégica dentro de estruturas conservadoras de gênero e moralidade, em torno de seus objetivos, ainda que com diferentes graus de poder. Ao mesmo tempo, sujeitos generificados e dissidentes respondem a essas narrativas com contradiscursos, formas de resistência e reapropriação da linguagem. Isso nos permite, na Análise de Discurso (AD), compreender discursos não apenas como produtos estruturantes, mas também como espaços de disputas, onde a agência também está em jogo.

Nesse sentido, Christine Hine (2000) reforça que a etnografia envolve imersão no contexto estudado, com o objetivo de compreender o significado atribuído pelos participantes às suas experiências. Dessa forma, quando aplicada à comunicação digital, em espaços virtuais, essa metodologia se transforma na Netnografia, possibilitando a análise das práticas culturais no ciberespaço (Rocha; Montardo, 2005). Nesta pesquisa, ela se articula a uma abordagem que enfatiza a reflexividade e valoriza as vozes dos sujeitos, em diálogos com os estudos decoloniais, de gênero e feministas.

A netnografia surge com o desenvolvimento das comunidades virtuais nos anos 80. No Brasil, esses estudos ainda são escassos, mas há pesquisas que aplicam esta metodologia. Como método qualitativo, a netnografia é vista por substituir o campo físico pelo digital. Aqui, nesta dissertação, não se trata de um “não-lugar”²⁹, mas sim um território virtual que é culturalmente significativo. Essa adaptação da etnografia no contexto digital possibilita a análise interseccional das práticas comunicacionais, destacando-se pelo fato de que o objeto deste estudo está no ciberespaço e demanda uma abordagem específica para sua compreensão (Amaral; Natal; Viana; 2008).

E nessa prática epistemológica e metodológica, compreendemos que para esta pesquisa se apresenta na abordagem qualitativa, assim melhor representada pela abordagem qualitativa etnográfica inspiradas nos estudos culturais, levando em consideração que esta busca compreender os discursos explícitos e implícitos presentes na circulação de *fake news*, bem como a agência dos sujeitos envolvidos, tanto os que recebem e disseminam essas notícias, dentro de um campo estruturado de relações de poder, gênero e sexualidade, utilizando como referencial Michel Foucault (2017), entre outros abordados anteriormente. Nesse sentido, a abordagem permite examinar os processos de subjetivação, os regimes de verdade e as estratégias discursivas que sustentam e naturalizam esses discursos no espaço público e digital.

Outro aspecto que merece destaque levando em consideração a abordagem metodológica diante do panorama brasileiro de pesquisa documental presente nessa pesquisa é a análise aprofundada de interação nas relações e disputas políticas, o estudo propõe a análise de legislações, debates parlamentares e eventos político em 2018 a 2023, período marcado por disputas pelo poder acirradas em torno da educação e da moralidade sexual. No virtual, o corpo continua existindo, mas muitas vezes de maneira simbólica, imagética, afetiva. A voz, a escrita,

²⁹ Não-lugar foi abordado pelo antropólogo Marc Augé em sua obra “Non -lieux: Introdução à une anthropologie de la surmodernité”, publicada em 1992. “Se um lugar pode definir-se como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode definir-se nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não-lugar”(Augé, 1994, p. 67).

a imagem (*selfies*, *avatars*), gestos em vídeos – são extensões do corpo. O corpo se expande, mas não se anula.

A metodologia qualitativa etnográfica incluindo a **Netnografia** possibilita observar padrões de interações, conflitos discursivos e a performatividade dos atores envolvidos na disseminação das *fake news*, como os parlamentares e lideranças religiosas. Essa abordagem permite compreender o ambiente digital como um campo histórico e social complexo, onde discursos são produzidos, negociados e disputados em tempo real.

Robert Kozinets (2014), ao desenvolver o conceito de Netnografia, destaca que todas as produções no ambiente virtual são situadas. Ou seja, não ocorrem de maneira deslocadas da realidade social dos sujeitos, mas estão imersas em contextos históricos, culturais e políticos específicos. As interações *online*, portanto, refletem e reconfiguram posições sociais já existentes no mundo material.

De modo semelhante, Donna Haraway (2009) afirma com a noção de que os corpos, mesmo quando mediados digitalmente, permanecem marcados por categorias como gênero, raça, classe e deficiência. Mesmo quando não vemos completamente um corpo na tela, ele está localizado nessas condições materiais e simbólicas. Para Haraway, não há neutralidade nos modos de apresentação digital; o corpo, mesmo virtualizado, está implicado em redes de poder e conhecimento. Dessa forma, analisar a disseminação de *fake news* a partir da Netnografia requer atenção não apenas aos conteúdos compartilhados, mas também às performances identitárias dos sujeitos que os disseminam e às estruturas sociais que sustentam essas ações.

Donna Haraway (2009), ao propor o conceito de “posicionalidade situada”, rompe com a noção de objetividade neutra e universal. Para ela, todo conhecimento é corporificado e parcial, o que implica que nossas leituras sobre o mundo, inclusive no ambiente digital, são atravessadas por nossas experiências materiais e simbólicas. Isso significa que as interações virtuais, embora ocorram em plataformas tecnologicamente mediadas, não estão apartadas das opressões estruturais que marcam os corpos. Pelo contrário, a *cibercultura* e/ou a *Internet* reduz e intensifica desigualdades já presentes no mundo físico.

No contexto das *fake news* relacionadas à diversidade sexual e de gênero, como as do chamado “kit gay”, a leitura de Haraway (2009) nos ajuda a perceber que os corpos que circulam nos discursos - mesmo quando invisíveis ou abstratizados - são racionalizados, generificados e sexualizados. Eles carregam sentidos políticos que operam sobre as percepções sociais de ameaça, moralidade e controle. A imagem de um corpo que “ensina ideologia de gênero” nas escolas, por exemplo, não é neutra: ela é atravessada por marcadores sociais que ativam reações emocionais e morais específicas, servindo a interesses políticos conservadores.

Ao insistir na não-neutralidade dos saberes, Haraway (2009) também nos alerta para os riscos de naturalizar o ambiente digital como um espaço desmaterializado. O ciberespaço é habitado por corpos reais, cujas existências são constantemente reguladas, vigiadas e performadas por meio de algoritmos, visualidades e narrativas. Assim, ao abordar as *fake news* e os dispositivos de controle que elas ativam, é fundamental compreender que estamos diante de uma disputa por visibilidade, legitimidade e reconhecimento - dimensões profundamente encarnadas, mesmo quando mediatizadas por telas.

Pensando além, nos direcionando para o mapeamento e categorização das estratégias de disseminação também proposto como metodologia adequada para esta pesquisa. Considerando que a coleta de dados envolve múltiplas fontes – redes sociais (*X – Instagram*), portais de notícias, legislações e discursos parlamentares -, e a organização dos dados será feita por categorias temáticas. A análise é essencial para identificar padrões, recorrências, reincidências e os significantes vazios que estruturam as *fakes news* do “kit gay”, permitindo uma compreensão mais profunda da forma como esses discursos operam para reforçar a normatividade de gênero e controle da sexualidade, aspectos que serão detalhados nos próximos capítulos 3 e 4.

Nessa imersão de conhecimentos, é relevante compreender que as dimensões antropológicas são distintas. A abordagem tradicional da Antropologia, envolve uma imersão prolongada nas comunidades estudadas, a observação participante e a análise qualitativa dos dados coletados, considerando aspectos culturais e o ambiente em que se desenvolvem. Nesse campo de conhecimento, a etnografia se estabelece como uma metodologia aplicada, dedicada à descrição detalhada e interpretativa das práticas culturais de um grupo (Geertz, 2008); (Hine, 2000).

Por outro lado, na pesquisa mediada pelo computador, a *Netnografia* surge como uma resposta às novas dinâmicas da sociedade digital na perspectiva de demarcar as diferentes nuances existentes. Essa metodologia tem suas bases na Antropologia como área de conhecimento e empiria, além de se fundamentar na prática etnográfica. Segundo Beatriz Polivanov (2014, p.62), a “etnografia é um termo complexo, que pode adquirir acepções diversas dependendo de como é apropriado por determinada área de estudo”. Entende-se que a etnografia pode ser tanto um método de pesquisa quanto um produto resultante de investigação. A autora, em diálogo com Geertz (1978, p.15), destaca que a etnografia se trata de uma “descrição densa” que busca interpretar a cultura, indo além de meras técnicas e procedimentos, ao compreender as dinâmicas sociais e seus significados.

Assim, neste caso, a Netnografia, de acordo com Kozinets (2014, p. 9-10), é “uma forma especializada de etnografia adaptada, às contingências específicas dos mundos sociais de hoje mediado por computadores”. Essa metodologia se configura como uma abordagem de pesquisa capaz de lidar com uma ampla gama de questões relacionadas à identidade, às relações sociais, raciais e aos compartilhamentos de arquivos na *internet*. Trata-se de um duplo movimento que busca compreender as sociabilidades mobilizadas pelas tecnologias e como os usuários, a cultura, os políticos etc. interagem com elas, interpretando os limites entre o entretenimento e as enunciações de verdade que emergem do entrelaçamento de informações sociais e afetivas. Além disso, investiga, como essas informações, mobilizam trocas no espaço público das redes sociais por meio das interações discursivas.

O levantamento de dados realizados nas redes sociais compreende uma parte essencial dessa pesquisa, pois nos permite identificar os padrões de comportamento, popularidade e impactos culturais, elementos fundamentais para alcançar os objetivos gerais do estudo. Além disso, auxilia na compreensão das interações entre os interlocutores dos discursos propagadores de *fake news*. Como destaca Kozinets (2014, p. 47), “levantamentos podem nos dizer muito sobre as atividades das pessoas em comunidade *online*, e também sobre o modo como suas atividades culturais influenciam outros aspectos de suas vidas diárias”

Segundo Kozinets (2014), os levantamentos *online* são significativos para a abordagem metodológica da pesquisa sobre produções de discursos das *Fake news do Kit gay* como dispositivo da sexualidade no Brasil entre 2018 a 2023. Conforme destacado pelo autor, essas ferramentas permitem mapear os padrões, identificar as tendências e compreender as dinâmicas culturais envolvidas na disseminação dessas narrativas associadas a pânico morais, evidenciando a espacialidade e performatividade, o que Butler (2019), por exemplo, discute sobre corpos nas ruas pode ser transposto para espaços virtuais.

Nos cabe ressaltar, que entre os anos de 2018 a 2023, o Brasil vivenciou um cenário de disputas políticas, marcada pela ascensão de discursos conservadores e pela amplificação de desinformações nas redes sociais, com impactos profundos nas esferas política, social e subjetiva. Nesse período, a disseminação de *fake news* se tornou uma estratégia central de mobilização eleitoral e de manutenção de hierarquizações, sendo a chamada “ideologia de gênero” um dos principais alvos da desinformação. Neste mesmo contexto, a *internet* torna-se um símbolo da sociedade disciplinar em que vivemos, a sociedade absorve a necessidade de vigiar e estar sendo vigiada, diante dessas informações, o corpo torna-se alvo do poder (Foucault, 2017).

A circulação das *fake news* sobre o “kit gay”, por exemplo, operou como dispositivo da sexualidade nos termos foucaultianos, ao produzir pânico morais, fomentar o ódio contra corpos dissidentes e legitimar políticas excludentes, especialmente no contexto da campanha política de 2018 e nos anos subsequentes. Essa narrativa, longe de ser um caso isolado, foi amplificada por atores institucionais, religiosos e midiáticos, servindo como ferramenta para a deslegitimação de políticas públicas de diversidade, para o silenciamento de vozes, femininas/LGBTQIAP+ e para a reprodução de um imaginário social de patologizantes da sexualidade não normativa.

A relevância da presente pesquisa reside, portanto, na análise crítica desses discursos e em como eles operam como tecnologia de poder e de regulação dos corpos -nos espaços disciplinares como a *internet*-, revelando os entrelaçamentos entre moralismo político, censura epistemológica e violência simbólica. Além disso, entender esse fenômeno contribui para o debate sobre democracia, direitos humanos, estado laico e governança informacional em tempos de hiperconectividade, esvaziamentos das complexidades das identidades e ataques sistemáticos à pluralidade e às diferenças.

A Netnografia será fundamental no levantamento dos dados, possibilitando traçar o panorama de circulação dessas *fake news* nas redes sociais e em comunidades digitais, além de revelar padrões de engajamento, e a performatividade discursiva, que desafiam dicotomias como real-virtual e público-privado. Como aponta Kozinets (2014, p. 48) “os *Pews Internet Reports*/ ou *Pew Internet & American Life Project* [...] elucidam padrões interessantes de uso por diferentes grupos demográficos”³⁰. Isso pode contribuir para compreender como diferentes segmentos sociais interagem com esses discursos e quais os impactos eles geram sobre os corpos generificados. Para Kozinets, o *Pew’s Internet Reports* é uma fonte relevante que documenta a evolução do comportamento digital, servindo de apoio para pesquisas netnográfica e para a análise de dados em escala macro.

³⁰ *Pews Internet Reports* - produzidos pelo Pew Research Center, ajuda a revelar padrões de comportamento *online* entre diferentes grupos sociais e demográficos. Esses relatórios são estudos amplos que analisam como diversas populações (por exemplo, diferentes idades, gênero, classes sociais, etnias, localizações geográficas) usam a *internet* e as redes sociais, mostrando tendências, hábitos e diferenças no acesso, nos usos e nas motivações desses grupos. Quando o autor diz: “elucidam padrões interessantes”, ele está destacando que os dados fornecidos pelo *Pews* permitem entender que são essas pessoas, como elas participam do ambiente digital, que tipos de conteúdo consomem, como interagem e que sentidos atribuem às suas práticas *online*. Isso é útil para pesquisas netnográficas porque oferece um pano de fundo estatístico e sociológico para entender como grupos específicos se organizam e agem no espaço virtual.

Quadro 1 - De acordo com Kozinets (2014) (*PEWS*):

Kozinets (<i>PEWS</i>)	<u>Quadro adaptado para esta pesquisa</u>
<i>Planning:</i> escolher tema, plataforma, <i>hashtags</i> , contexto.	1. Mapear redes sociais e selecionar <i>hashtags</i>
<i>Entering:</i> Entrar nas redes e perfis, se ambientar	2. Realizar observação Netnográfica Manual
<i>Watching:</i> Observar, registrar dinâmicas e padrões	2. (continuação da observação) e 3. Aplicar Análise de Discurso (AD).
<i>Shortlisting:</i> Selecionar dados importantes para análise e interpretação	3. e 4. Aplicar análise discursiva e entender os impactos nos corpos.

Fonte: Elaboração própria com base em Kozinets (2014).

Assim, abaixo um quadro de resumos visuais das ações:

Quadro 2 - Etapas da participação e análise em pesquisa netnográfica: adaptação da abordagem de Kozinets (2014).

Etapa	Ação	Objetivo
1	Mapear redes sociais (<i>X</i> e <i>Instagram</i>) e selecionar <i>hashtags</i> (#kitgay, #ideologiadegenero)	Identificar onde e como circulam as narrativas desinformativas.
2	Realizar observação netnográfica manual das postagens.	Compreender as dinâmicas de disseminação e os atores envolvidos.
3	Aplicar Análise de Discurso (AD) nos trechos selecionados	Investigar a construção dos pânico morais e regimes de verdades.
4	Analisar os efeitos dos discursos em corpos generificados e dissidentes.	Entender os impactos sociais e as formas de agências.

Fonte: Elaboração própria, com base em Kozinets (2014) e *PEW Research Center* (s.d.).

As etapas da pesquisa seguem uma adaptação da proposta por Kozinets (2014) para netnografias, respeitando os movimentos de planejamento, entrada, observação e seleção de dados relevantes (*PEWS*), mas incorporando especificidades do fenômeno investigado, como a disseminação de desinformação e seus efeitos sobre corpos generificados. Além disso, para executar o mapeamento dos conteúdos, o levantamento de dados para analisar a frequência e os formatos em que essas narrativas aparecem, fornecendo estimativas de sua circulação. Da mesma forma, ajudará a identificar quais os grupos ou perfis são responsáveis pela propagação dessas narrativas, observando as características sociológicas e ideológicas. Como ressalta Kozinets (2014, p.47) como “levantamento são uma excelente forma de obter um determinado tipo de compreensão sobre comunidade e cultura *online*”.

Assim, considerando algumas questões relativas à etnografia e à pesquisa na *internet*. Christine Hine (2000), considera a *internet* como um artefato cultural, moldado pelo uso e pelas mudanças de contexto, assumindo diferentes significados para seus usuários. Em suas palavras: “Pode-se dizer que as ideias sobre o que é a *Internet* são moldadas socialmente, na medida em que surgem em contextos de utilização em que diferentes formas de ver a tecnologia são significativas e aceitáveis [...]” (Hine, 2000, p.30, tradução nossa)³¹. Dessa forma, em diálogo com Miller (2018), Hine (2000) concebe a *internet* como “fronteiras eletrônicas”³², nos ajudando a entender a *internet* não como um espaço fixo ou estático, mas um território dinâmico, fluido, culturalmente moldado e socialmente negociado. Esse uso metafórico diz respeito às suas complexidades e abrangências, que nos direcionam para uma explicação mais maleável de seus usos.

As conexões, portanto, são complexas e contingentes. “O acesso à *internet* é moldado e as aplicações desenvolvidas para ela são moldadas pelas expectativas sobre para que serve e como deve ser usada” (Hine, 2000, p.30, tradução nossa)³³. O uso da *internet* nos leva a compreender que ela não é apenas um meio, mas também um espaço sociocultural, que reflete todas as perspectivas e percepções dos usuários. Seus efeitos variam conforme o contexto organizacional e social, ou seja, a *internet* é um ambiente no qual o social também se constrói, não apenas uma tecnologia fixa e previsível, pois nela se produzem múltiplos significados (Hine, 2000).

³¹ “It could be said that ideas about what the Internet is are socially shaped, in that they arise in contexts of use in which different ways of viewing the technology are meaningful and acceptable [...]” (Hine, 2000, p.30).

³² Segundo a autora, a *internet* não é a mesma para todos, devemos pensar em sentidos geopolíticos - há múltiplas “*internets*” (Hine, 2000).

³³ “In another way, access to the Internet is shaped and the applications developed for it are shaped by the expectations of what it is for and how it ought to be used”(Hine, 2000, p.30).

Assim, Hine (2000) compreende a *internet* como um espaço no qual a cultura é produzida e que, além de performativa, constitui-se também como um artefato cultural tecnológico. Neste sentido, mobilizamos a *internet* a partir dessa perspectiva de expansão para repensar métodos etnográficos no estudo do ambiente virtual, que transcendem as barreiras físicas e sociais, exigindo movimentos metodológicos específicos, como os empregados nesta pesquisa.

Do ponto de vista antropológico de Daniel Miller (2018), a *internet* torna-se um espaço múltiplo, que se modela conforme o contexto de seu uso. Não se trata apenas de algo imaginário ou de relações irreais, mas de um espaço que envolve dimensões concretas de trocas, e relações múltiplas, diferenciando-se nas culturas específicas. Nas palavras do autor:

[...]o digital não é uma abstração, mas sim a criação de uma infinidade de formas e processos bastante concretos. Além disso, estes são sempre encontrados no contexto de seu uso e consequências para alguma população em particular, o que significa que eles se tornam sujeitos à diferenciação cultural. [...] a internet chinesa, onde serviços de mensagens instantâneas gratuitas como QQ e WeChat focam em avatares e hierarquias de usuários, não é a mesma que uma internet brasileira, com sua ênfase em memes políticos e relações de gênero (Miller, 2018, p.3, tradução nossa)³⁴.

É nesses aspectos, que a antropologia digital de Miller (2018), evidencia a diversidade e densidade de temáticas investigadas e como os sujeitos se apropriam das tecnologias digitais para construir suas identidades a partir das diferenças, relações e modos de vida. Como a subjetividade também se constrói no momento da interação. Esse entendimento reforça que o ambiente digital deve ser analisado como um espaço situado, atravessado por marcadores culturais, políticos e sociais específicos. As tecnologias não operam de maneira neutra ou homogênea; ao contrário, são apropriadas de forma singulares por diferentes grupos sociais, que nelas imprimem suas práticas, resistências e modos de existência.

Na perspectiva da antropologia digital de Miller (2018), o digital torna-se um campo de performatividade cotidiana, no qual sujeitos constroem e negociam suas identidades em meio a contextos locais e globais. As interações nas redes não apenas refletem, mas também produzem subjetividades - em especial aquelas ligadas a marcadores como gênero, raça, sexualidade e classe. Assim, observar os usos sociais das tecnologias permite compreender como certos discursos ganham força ou são tensionados, e como os sujeitos ocupam

³⁴“[...] the digital is not an abstraction but rather the creation of a plethora of quite concrete forms and processes. Furthermore, these are always encountered in the context of their use and consequences for some particular population, which means they become subject to cultural differentiation.[...]. The Chinese internet, where free instant messaging services such as QQ and WeChat focus upon avatars and hierarchies of users, is not the same as a Brazilian internet, with its emphasis upon political memes and gender relations.” (Miller, 2018, p.3).

criativamente esse espaço para afirmar pertencimentos, disputar sentidos e articular formas de resistência frente a estruturas opressoras.

Essa compreensão da *internet* como espaço ativo e vivo de construção de subjetividades e disputas simbólicas se expande quando consideramos, por exemplo, os mundos virtuais analisados por Tom Boellstorff (2008). Em sua obra *Second Life*, o autor investiga as dinâmicas de construção de “Lugar e hora: Visualidade e terreno - Construções e objetos – Lag-Afk-Imersão-Presença”, enfatizando como a prática de *building* (construção de prédios) no ambiente digital influencia não apenas a economia e a socialização, mas também as noções de propriedade. Como observa Boellstorff (2008, p.89, tradução nossa), embora o *Second Life* possa inicialmente parecer uma representação do mercado capitalista neoliberal - onde tudo é mercadoria e propriedade privada -, também emergiram ali práticas alternativas, como doações, propriedades comunitárias e construções coletivas. Dessa forma, o espaço digital, longe de ser homogêneo, revela-se múltiplo e contraditório, abrindo possibilidade de ressignificação e agência mesmo dentro de estruturas hierárquicas.

Boellstorff (2008, p. 97) , em “*Builds and objects*” nos mostra que a criação de objetos e construções (*builds*) no *Second Life* é feita pelos próprios usuários (“*residents*”), e isso se torna central para a vivência no ambiente. O ato de “construir” não é apenas um passatempo: molda relações sociais, formas de interação, diferenciação e até quem participa ou não é excluído do espaço. Funciona como uma economia de mercadorias, onde a criatividade se transforma em valor e bens de troca. Além disso, a escassez de recursos digitais (*prims*) e de terreno virtual regula a economia dentro do jogo, existe um mercado de vendas, mas também práticas de doação e troca gratuita. “Segunda vida foi constituída como uma economia de mercadorias, com consequências para a compreensão da individualidade e da sociedade” (Boellstorff, 2008, p. 97, tradução nossa)³⁵.

Assim pensar a virtualidade, economia de troca e a construção de lugares e relações em mundos virtuais como *Second Life* reflete nos caminhos que esta pesquisa nos direciona, pois mesmo num espaço com uma lógica de mercado (*corporate underpinnings*³⁶) - das redes sociais: *X* e *Instagram* -, há uma presença forte de uma economia de presentes, baseadas em trocas de dons (*gift economy*³⁷), onde a interação é mais sobre o vínculo e a constituição de si com o outro do que sobre o valor mercantil do objeto, assim a própria prática etnográfica no

³⁵ “Second Life was constituted as a commodity economy, with consequences for understandings of selfhood and society” (Boellstorff, 2008, p. 97).

³⁶ “Fundamentos Corporativos”

³⁷ “Economia de Presentes”

virtual pode ser vista como um tipo de troca simbólica. Ele nos mostra que a experiência coletiva, “o estar juntos” sincronicamente, é o que faz o *Second Life* ser um “mundo”.

Em *Second Life*, dar algo -um objeto, uma construção, um presente digital - é criar laços e se construir no processo. Isso ecoa a lógica da dádiva de Marcel Mauss (2003), segundo a qual todo ato de dar implica um triplice obrigação: dar, receber e retribuir. No contexto digital, essa lógica se transforma, mas mantém sua estrutura fundamental: os presentes digitais - sejam casas, experiências, itens ou um código- não são apenas transações utilitárias, mas veículos de relação social e construção de identidade. Assim como as sociedades estudadas por Mauss, onde a troca de presentes estabelecia alianças, status e obrigações mútuas, no ciberespaço o ato de dar e receber consolida pertencimentos, reconhecimentos e formas de presença. O valor da dádiva, nesse ambiente, transcende o objeto em si e passa a ser medido pelo tipo de relação que se instaura.

Boellstorff (2008), ao afirmar que a etnografia pode ser entendida como uma forma de *gift exchange*, aprofunda essa perspectiva ao considerar que o próprio ato etnográfico - observar, representar, descrever - constitui uma troca simbólica entre o pesquisador e o campo. Ao se inserir em mundos virtuais, o pesquisador não apenas coleta dados, mas participa da criação e da significação da experiência coletiva. Sua presença não é neutra, como também não é neutro o presente dado em sociedades tradicionais. A etnografia, nesse sentido, não é apenas uma técnica de investigação, mas um gesto de oferta: ao descrever o outro, o pesquisador também se expõe, se compromete e, muitas vezes, retribui com reconhecimento, visibilidade e escuta. Portanto, tanto nas interações entre usuários de mundos virtuais quanto na metodologia etnográfica que os investiga, a lógica da dádiva reaparece como estrutura relacional e fundante da experiência humana, mesmo quando mediada por tecnologias digitais.

Isso se conecta com a ideia de que o contexto não é um plano de fundo, mas algo co-produzido na interação, algo bem estruturalmente similar ao que se dá na economia da dádiva. A presença do etnógrafo é uma “dádiva”, e há uma reciprocidade no compartilhar da experiência e da narrativa. Podemos pensar que este campo virtual também é esse “espaço transicional” onde o sujeito e ambiente se coconstituem. Assim, as *fake news* como economia da dádiva tóxica - produz efeitos negativos-, circulam como presentes, mesmo que tóxicos, estabelecendo relações sociais.

Se pensarmos com Foucault (2023), o *kit gay*, age como um dispositivo que produz controle e corpos dóceis, ajustando-os às normas disciplinares da sociedade, aquelas consideradas úteis. Desse modo, quando se ensina um modo de sexualidade possível, está-se insignando, inoculando o signo goela a baixo. Na analogia com *Second Life*, o indivíduo se

posiciona dentro de um grupo moral, consolidando laços de pertencimento. A lógica do “dom” se transforma: não é apenas um dado informativo, mas um presente que reafirma valores, crenças e identidades - mesmo que às custas da difamação e silenciamento de sujeitos LGBTQIAPN+.

O “*kit gay*”, opera como um artefato discursivo forjado por determinados grupos sociais para dar forma às suas ansiedades diante das transformações do campo da sexualidade e do gênero. Ao ser mobilizado como “símbolo de ameaça”, ele conecta medos difusos a elementos concretos da realidade - como a escola, a educação sexual e as políticas públicas de diversidade -, convertendo a pluralidade em um campo de perigo moral.

Trata-se de um falso objeto que, embora inexistente em termos materiais, possui forte potência política e simbólica: age como um fantasma social que circula intensamente no digital, alimentando fantasias coletivas e estruturando um regime de verdade baseado no pânico e na vigilância. Assim, o “*kit gay*” integra uma economia de saber-poder que permite a esses grupos externalizar suas inseguranças e governar condutas por meio da disseminação do medo, transformando o debate sobre direitos e cidadania em terreno fértil para a produção de discursos de controle e exclusão.

Esse processo simbólico alimenta práticas políticas e jurídicas repressoras, tornando o “*kit gay*” um catalisador de discursos morais e pânicos sexuais. Sua circulação no meio digital é facilitada pelas transformações tecnológicas e sociopolíticas que marcam o Brasil a partir de 2018, com o acirramento dos discursos conservadores em período eleitoral, a popularização dos *smartphones* e o aumento do acesso à *internet* e a pacotes de dados informacionais (Boellstorff, 2008); (Tokarnia, 2020).

Como no *Second Life*, as *fake news* têm um caráter sincrônico e assíncrono; são compartilhadas em tempo real (síncrona) nas redes sociais e aplicativos de mensagens, criando mobilidade instantâneas, e (assíncronas) porque ficam circulando e sendo reativadas ao longo do tempo, produzindo efeitos duradouros no imaginário coletivo. Assim a netnografia das *fake news* pode ser vista como um estudo das economias simbólicas e redes de afeto (Boellstorff, 2008).

Assim, esta pesquisa adota a netnografia como abordagem metodológica qualitativa, voltada à análise dos sentidos produzidos e reproduzidos nas redes digitais, com foco essencial nas *fake news* do chamado “*kit gay*”, compreendidas como dispositivos discursivos de regulação da sexualidade, da moral e do corpo. A netnografia, enquanto metodologia de investigação *online*, permite a imersão crítica nos contextos digitais, possibilitando a coleta, observação e análise dos discursos em ambientes como redes sociais,

plataformas, comentários, memes e demais formas de interação que compõem o ecossistema informacional contemporâneo.

Entretanto, a netnografia aqui não se dá de forma neutra ou descontextualizada: ela está atravessada por uma perspectiva decolonial, inspirada na teoria de Aníbal Quijano (2005), um dos principais formuladores do giro decolonial latino-americano. Para Quijano(2005), a modernidade ocidental, ao instaurar a colonialidade como lógica de dominação, instituiu a raça como princípio de classificação social e epistêmica, legitimando a exploração dos corpos e saberes afro-indígenas. Tal construção não apenas justificou a conquista das Américas, mas também criou um sistema de Poder que subsiste até os dias atuais, reatualizado por discursos como os das *Fake News* que demonizam corpos e identidades dissidentes, especialmente no que tange às questões de gênero, sexualidade e diferenças, e serão apresentados nos próximos capítulos.

A partir dessa perspectiva, este estudo parte da ideia de que a identidade nacional latino-americana – e, em particular, a brasileira – foi historicamente forjada a partir da subjetividade mestiças afro-indígenas, constantemente apagada ou inferiorizada nos projetos eurocêntricos de nação. Nesse sentido, a noção de **amefricanidade**, elaborada por Lélia Gonzalez (2023), é fundamental para compreender como essas experiências culturais, históricas e políticas se entrelaçam na constituição de identidades marcadas pela diáspora africana e pelos saberes ancestrais indígenas. Trata-se de uma América Africana, segundo Lélia Gonzalez (2023, p.107), cuja a “latinidade, por inexistente, teve trocado o T pelo D para, aí sim, ter o seu nome assumido com todas as letras: *Améfrica Ladina* (não é por acaso que a neurose cultural brasileira tem no racismo o seu sintoma por excelência)”.

A partir da noção de **amefricanidade**, Lélia Gonzalez (2023) nos oferece uma chave potente para pensar o Brasil e suas estruturas de poder, linguagem e subjetividade. A categoria, ao reposicionar os sujeitos afrodescendentes e indígenas no centro da produção de conhecimento, desafia as narrativas dominantes da modernidade ocidental, que apagaram sistematicamente essas vozes. A “Améfrica Ladina” nomeia, com precisão política e afetiva, uma territorialidade marcada por violências coloniais, mas também por resistências culturais fundadas em saberes outros, corporificados em práticas cotidianas, religiões de matriz africana, oralidades e estratégias de sobrevivência que sempre tencionaram os discursos dominantes.

Essa categoria se torna essencial para compreender como se estruturam, no Brasil, dispositivos contemporâneos de dominação e exclusão, como as *Fake News* do chamado “kit gay”. A construção dessa narrativa - disseminada por atores políticos conservadores a partir de 2011 e com grande impacto nas eleições de 2018 - insere-se num contexto de pânico moral e

sexual alimentado por um projeto de nação excludente, branco, heteronormativo e cristão. O uso das *Fake news* como ferramenta de mobilização política não é apenas uma distorção informacional, mas uma continuidade de apagamento epistemológico que a amefricanidade denuncia: um projeto de invisibilização e deslegitimação de outras formas de viver, educar e existir.

Ao compreendermos o Brasil sob o prisma da amefricanidade, percebemos que o discurso moralista das *fake news* contra a diversidade sexual e de gênero não é um fenômeno isolado, mas parte de um processo histórico de racialização e controle dos corpos dissidentes - especialmente aqueles não-brancos, femininos e LGBTQIAPN+. A “neurose cultural brasileira” mencionada por Gonzalez (2023), marcada por um racismo estrutural profundo, manifesta-se nas tentativas de silenciar práticas pedagógicas inclusivas, desqualificar corpos docentes dissidentes e demonizar qualquer proposta que afirme o direito à diferença.

Nesse sentido, a categoria de amefricanidade permite uma leitura interseccional e decolonial da crise democrática brasileira, articulando raça, gênero, classe e sexualidade como eixos de análise indispensáveis para compreender tanto a violência simbólica das *fake news* quanto os projetos de resistência que emergem dos territórios americanos. Mais do que uma denúncia, a teoria de Lélia Gonzalez (2023) é uma proposição de mundo: um mundo onde saberes de matriz africana e indígena não apenas sobrevivem, mas se insurgem como horizonte ético-político para a construção de outra sociedade possível.

Assim, ao buscarmos compreender a estrutura de poder que emerge das *fake news* em território brasileiro, recorremos a Aníbal Quijano (2005), cuja reflexão é fundamental. Para ele é justamente essa subjetividade, marcada pela *mistura*, pela *ancestralidade* e pela *resistência*, que precisa ser resgatada como forma de ruptura com a lógica colonial moderna. Ao analisar os discursos que circulam digitalmente, o trabalho busca tensionar a maneira como essas *fake news* atualizam as estratégias de silenciamento, inferiorização e regulação dos sujeitos racializados e generificados.

Dando continuidade a essa reflexão, o estudo se posiciona como uma leitura crítica e instigante que propõe escutar e visibilizar aqueles que historicamente foram desautorizados – os corpos dissidentes, afro-indígenas, *queer*, femininos e periféricos - reconhecendo-os como centros legítimos de produção de saber e existência. Compreende-se, assim, o ambiente digital não apenas como meio de circulação de informações, mas como um território de disputa, onde se travam embates simbólicos, narrativos e políticos em torno da representação e da dignidade dessas subjetividades.

Desta forma, o ato de compartilhar uma *fake news* é performativo, cria realidades, reforça alianças morais e políticas e mobiliza afetos comunitários, nos levando a refletir que a *fake news* é uma dádiva perversa, que mantém coesa uma comunidade baseada no medo e no ódio, pautada na expropriação, moralismos eurocentrados, etnocentrismos e racismos. Os “espaços virtuais”, conectam “mundos possíveis” como mediadores midiáticos. Desse modo, para melhor elucidar esse percurso netnográfico, iremos apresentar as fontes documentais e os critérios de seleção dos dados.

2.1 Fontes Documentais e Critérios de Seleção

O corpus da pesquisa é composto por postagens públicas em redes sociais, em especial no *X* (antigo *Twitter*) e no *Instagram*, que disseminaram narrativas relacionadas ao “Kit Gay” no período de 2018 a 2023, e estão marcados como recorte dessa pesquisa. A escolha desse recorte temporal está relacionada à centralidade dessas narrativas nas campanhas eleitorais de 2018 e à sua reatualização em ciclos políticos posteriores.

Dados macros importantes que nos ajudam a compreender o contexto das relações brasileiras diante dos marcadores sociais da diferença, como: a Posse de Jair Messias Bolsonaro em 2019; Incêndios na Amazônia (julho/agosto/2019); Marcha das Mulheres (março de 2019), pautas sobre feminismo interseccional, direitos LGBTQIA+ e combate à violência de gênero, Coletivos LGBTQIA nas periferias como Coletivo Amém³⁸, Casa Chama em SP, ganham visibilidade no *Instagram*; Libertação de Lula (8 de nov. 2019); Crescimentos das manifestações estudantis contra cortes na educação (maio 2019); Pandemia do Covid (fev. 2020); Crescimentos dos atos antirracistas no país inspirados pelo movimento *Black Lives Matter*³⁹ protestos contra o governo de Bolsonaro em (maio de 2021); candidatura de Lula à

³⁸ Disponível em: <https://www.instagram.com/coletivoamem?igsh=MTJoMTEldHhkZ3BvZw==>. Acesso em: 02 jun. 2025.

³⁹ *Black Lives Matter* - (Vidas Negras Importam) ou (Vidas Negras Contam) é um movimento ativista internacional, com origem na comunidade afro-americana. O movimento Black Lives Matter (BLM) emergiu em 2013, após a absolvição de George Zimmerman no caso do assassinato do jovem Trayvon Martin. Como analisa Taylor (2016), o surgimento do BLM marca um ponto de inflexão na luta antirracista contemporânea, ao articular mobilizações populares com estratégias digitais e redes transnacionais de denúncia contra a violência racial sistêmica. A hashtag *#BlackLivesMatter* transformou-se em catalisadora de ações coletivas e manifestações que questionam as estruturas policiais, jurídicas e sociais que perpetuam a necropolítica sobre corpos negros. No contexto brasileiro, o movimento também reverbera nas práticas educativas, como demonstra Pereira (2021), ao refletir sobre os impactos do BLM na construção de currículos antirracistas e no fortalecimento da imprensa negra como espaço de memória e resistência. A partir dessa perspectiva transnacional, o BLM contribui para a valorização de epistemologias negras e para a problematização da colonialidade do saber, tensionando os dispositivos de exclusão e silenciamento que historicamente moldaram a educação formal. (Taylor, 2016); (Pereira, 2019).

presidência (julho de 2022); Retorno de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência (1º de janeiro de 2023); ataque em Brasília (8 jan. 2023); Crise Humanitária Yanomami (2023); Reação do governo às plataformas digitais (2023); etc.

Os conteúdos selecionados e compilados na prática Netnográfica são filtrados com base nos seguintes critérios: 1. Pertinência temática: publicações que abordam diretamente o “Kit Gay” ou que fazem menção às disputas em torno das políticas educacionais e dos direitos sexuais e reprodutivos. 2. Alcance e engajamento: postagens com expressivo número de interações (curtidas, compartilhamento e comentários), indicativas de sua ressonância no debate público. 3. Fontes de produção dos discursos: publicações de agentes políticos, religiosos, influenciadores digitais, páginas institucionais e coletivos sociais, com ênfase em conteúdos provenientes de parlamentares e lideranças que mobilizam discursos moralizantes e de defesa da família tradicional.

As redes sociais analisadas (*X* e *Instagram*), tornam-se relevantes diante da circulação das *fake news* e dos discursos políticos, além de assumirem-se como plataformas mais utilizadas no Brasil, e capazes de promover engajamento de diferentes públicos. Assim, de acordo com Butler (2019), tais critérios de seleção se inter cruzam na possibilidade de apresentar a materialidade de sentidos que significantes vazios produzem, gerando uma ideia de sexualidade que remete a uma construção baseada em princípios externos à prática, situados em espectro transcendente. Dessa forma, a sexualidade se constitui como um produto da ação social, sendo construída e reafirmada cotidianamente. No contexto das disputas eleitorais, ao se citar ou imitar determinados discursos, produz-se uma subjetividade material que busca dar corpo a uma verdade construída no próprio discurso.

Com base na abordagem netnográfica e análise documental, considerando conteúdos disponíveis em ambientes digitais de acesso público. Por se tratar de postagens e interações já expostas voluntariamente em redes sociais abertas, os perfis de origem podem ser identificados, desde que preservados o contexto original das manifestações e respeitados os limites éticos da exposição. Essa escolha metodológica visa manter a integridade e a autenticidade dos discursos analisados, especialmente em se tratando de narrativas que articulam disputas simbólicas e sociais relevantes ao objeto da pesquisa. Ainda assim, a investigação será guiada por critérios de responsabilidade ética, com especial atenção à natureza sensível dos temas abordados e à proteção de sujeitos em situação de vulnerabilidade.

A seguir, os procedimentos de coleta (capturas/*printscreens*), decodificar as informações e os cruzamentos de contextos e de sentidos. Estes procedimentos, contribuem

para o mapeamento das narrativas de *fake news* sobre o kit gay; significantes vazios e estratégias de controle social e as implicações políticas e culturais no contexto brasileiro.

2.2 Procedimentos de Coleta: Redes sociais, Mídias e Discurso Político

A coleta de dados está sendo realizada por meio de uma abordagem netnográfica (Kozinets, 2002; Hine, 2000), permitindo a observação sistemática de práticas comunicacionais em ambientes digitais. Diferentemente de pesquisas que utilizam *software* para automatização de coleta, este estudo adotou o método manual, realizando buscas direcionadas por *hashtags* específicas em plataformas como X(antigo *Twitter*) e *Instagram*.

A escolha dessas plataformas se deve ao seu papel central na disseminação e viralização de discursos políticos e desinformação. O X, em particular, caracteriza-se por uma dinâmica voltada para debates políticos em tempo real, com alto engajamento de figuras públicas, jornalistas, *influencers* e ativistas, tornando-se um espaço privilegiado para a propagação e disputa de narrativas políticas (Anatoliy Gruzd; Raquel Recuero, 2019).

Segundo os autores Anatoliy Gruzd e Raquel Recuero (2019), a difusão das *Fake news* eleitorais é potencializada pelas redes sociais, por meio de três fatores principais: *algoritmos* que favorecem conteúdos alinhados às crenças do usuário; *polarização política*, na qual indivíduos compartilham conteúdos que reforçam sua visão de mundo; e *viés de confirmação*, em que os usuários acreditam mais facilmente em informações que confirmam suas opiniões prévias. Nas palavras dos autores, os pontos que se tornam relevantes para esta pesquisa são:

Como os atores tendem a compartilhar informações baseadas em suas próprias crenças e percepções, especialmente em contextos polêmicos, a mídia social tende a apresentar redes de conversação extremamente polarizada (Gruzd; Recuero, 2019, p.33).

As fakes news, assim, tomariam emprestado do jornalismo, pela emulação de seus padrões de linguagem, a credibilidade e a legitimidade para a narrativa falsa que propagam (Gruzd; Recuero, 2019, p.33)

Blogs filiados a um mesmo grupo político tendiam a conectar-se com outros blogs de mesma ideologia, com apenas algumas poucas conexões entre os dois extremos(Gruzd; Recuero, 2019, p.34)

As redes de bots operam de modo a (1) aumentar rapidamente a visibilidade de uma informação falsa e (2) a inflar o ‘status’ de alguns usuários, fazendo perceber determinada informação falsa como crível (Gruzd; Recuero 2019, p.34-35)

As *fakes news* são informações falsas, intencionalmente criadas para enganar, especialmente no contexto eleitoral. Seu impacto é amplificado pelas redes sociais, que

favorecem a polarização e a disseminação de desinformação por meio de *algoritmos*, *bots* e viés de confirmação. Tais compreensões, bem com o detalhamento das atuações jurídicas, não podem ser plenamente abordadas nesta trajetória de pesquisa, pois requerem estudos em fontes específicas, uma vez que os dados necessários não estão disponíveis em plataformas de acesso livre.

A pesquisa focou na identificação e análise de perfis políticos, influenciadores e veículos de mídia que disseminaram narrativas relacionadas às *Fake News* do “Kit Gay”, privilegiando conteúdos amplamente disseminados e de elevado engajamento (curtidas, compartilhamentos e comentários). O recorte temporal abrange o período de 2018 a 2023, contemplando publicações feitas durante as campanhas eleitorais e momentos de maior polarização política.

No instagram, a busca foi realizada manualmente por meio de hashtags recorrentes, como #kit gay, #ideologiadegênero, descartando perfis de usuários que não se expressavam em língua portuguesa. O processo envolve a seleção criteriosa de postagens com grande alcance e interação, garantindo a identificação dos principais atores envolvidos na disseminação dessas narrativas. No X, as buscas seguiram a mesma metodologia, priorizando *hashtags* e tópicos em tendência, bem como interações entre usuários e discursos políticos que impulsionaram pânico morais.

A pesquisa também analisa as estratégias discursivas utilizadas nesses discursos, incluindo:

- Apelo à moral e aos valores tradicionais e religiosos, frequentemente empregados para reforçar a ideia de uma ameaça à família e à sociedade brasileira.
- Uso de desinformação como estratégia de controle social, manipulando emoções e amplificando pânico morais.
- Mobilização de medos e inseguranças, associados à educação de gênero e sexualidade a riscos às crianças.
- Mobilizações de racismos e formas estruturais de colonialidades contemporâneas.

A pesquisa digital levanta questões éticas importantes, especialmente no que diz respeito à privacidade dos usuários e ao uso de dados públicos. Para garantir a integridade do estudo, os conteúdos acessados consideram as normas de ética acadêmica e serão analisados com base na Análise de Discurso. Trechos das postagens foram baixados para fins analíticos, respeitando os princípios éticos de uso acadêmico. Poderão ser utilizados *prints* e imagens ilustrativas das postagens analisadas, desde que não comprometam a identidade ou a integridade dos usuários. A identificação de perfis e postagens respeitará as políticas de privacidade das

plataformas, evitando exposição de indivíduos. Os dados analisados serão tratados de maneira agregada, com finalidade exclusivamente acadêmica.

Além disso, a pesquisa envolve o contato com discursos de ódio e informações sensíveis. Para manejar esses conteúdos, serão adotadas estratégias que minimizem impactos emocionais, incluindo um distanciamento analítico e a sistematização dos dados com base em categorias discursivas. A análise dessas narrativas permite compreender como tais discursos impactam corpos generificados e dissidentes, reforçando regimes de verdade que perpetuam discriminações e desigualdades raciais.

Este estudo, ao abordar a circulação de *Fake news* do “kit gay” nas redes sociais e seus efeitos nos discursos políticos, busca contribuir para o entendimento das estratégias de manipulação de opinião pública e da instrumentalização das redes digitais na construção de pânico morais.

2.3 Análise de Discurso como Ferramenta Metodológica

A Análise de Discurso (AD) torna-se uma ferramenta metodológica crucial para compreender as práticas discursivas, bem como as implicações nos processos de construção e circulação de significados dentro de determinados contextos sociais. No âmbito desta pesquisa, sobre a *fake news do Kit gay*, é imprescindível essa abordagem, pois torna-se ainda mais pertinente, uma vez que nos proporcionam a decodificação das estratégias de poder, dominação e manipulação da verdade que permeiam as narrativas de desinformação, que inferiorizam a cultura e a vida do outro.

Assim, a análise dos dados será conduzida a partir da Análise de Discurso, fundamentada nas contribuições de Michel Foucault (2017; 2023) e Judith Butler (2019; 2023; 2024). Esse referencial possibilita compreender como os discursos que sustentam as *fake news* do “kit gay” são construídos, quais enunciados os estruturam e de que maneira operam na produção de pânico morais e sexuais e práticas de resistência.

Além disso, a abordagem discursiva permite identificar os regimes de verdades e os efeitos da criação da ideia de raça que legitimam essas narrativas (Aníbal Quijano, 2005; Avtar Brah, 2016), evidenciando as relações de poder que atravessam sua circulação e os atores políticos e midiáticos envolvidos em sua disseminação. Também possibilita analisar os impactos dessas construções discursivas sobre corpos generificados e dissidentes, especialmente no contexto das disputas contemporâneas conceituais sobre gênero e sexualidade.

A investigação busca compreender as formas de resistência e as contra narrativas que emergem em respostas a essas estratégias discursivas, destacando os modos pelos quais grupos marginalizados têm tensionado e ressignificado tais discursos. A análise de Discursos (AD), aliada à abordagem netnográfica, constitui-se, assim, como um instrumento metodológico essencial para compreender a dinâmica dessas produções discursivas no ambiente digital, os diagramas do poder (Foucault, 2023) .

Essa articulação entre a análise do discurso (AD) e netnografia torna-se fundamental para esta pesquisa, pois (AD) permite examinar os significados e efeitos dos discursos, enquanto a netnografia oferece ferramentas para mapear a circulação e recepção dessas narrativas online. Nesse contexto, Judith Butler (2019), ao discutir o direito de aparecer e os regimes de visibilidade que moldam quais corpos são reconhecíveis no espaço público, contribui para refletir sobre como os espaços digitais reconfiguram os limites entre o público e o privado. Essa reflexão encontra eco em Boellstorff (2008), que ao estudar mundos virtuais destaca como o digital cria formas híbridas de presença social e performatividade. Assim, ao articular esses autores, compreende-se que o espaço *online* tensiona as fronteiras entre o que é considerado público ou privado, visível ou invisível, reforçando a importância de investigar como os discursos circulam e se consolidam nas redes.

Com base nessa compreensão, a análise do discurso ganha potência ao ser aplicada em ambientes digitais, uma vez que permite investigar como determinados enunciados se tornam hegemônicos e outros são marginalizados nos circuitos de circulação *online*. A netnografia, por sua vez, possibilita observar não apenas o conteúdo dos discursos, mas também seus percursos, reações, apropriações e disputas em redes sociais, fóruns e plataformas digitais. Ao considerar a fluidez entre público e privado destacada por Butler (2019) e Boellstorff (2008), torna-se evidente que os discursos digitais não operam em esferas claramente delimitadas, mas atravessam territórios afetivos, políticos e identitários. Assim, analisar as condições de produção e recepção dessas narrativas exige atenção às dinâmicas de poder e aos regimes de visibilidades que estruturam quem pode falar, quem é ouvido, e de que maneira os corpos e vozes dissidentes são enquadrados ou apagados na esfera digital.

A expansão do ambiente digital transforma profundamente as formas de aliança e resistência descritas por Butler, reconfigurando os espaços virtuais como novas praças públicas, onde a performatividade dos corpos assume materialidade diversas, mas continua a produzir efeitos políticos concretos. A análise do Discurso (AD) oferece, assim, uma chave metodológica potente para compreender como os sentidos, identidades e disputas são construídos nos diferentes territórios do social, sejam eles físicos ou digitais. Partindo dessas

perspectivas, o próximo capítulo explora a produção discursiva das *fake news* sobre o “kit gay”, investigando, os processos de subjetividade e os modos de controle social que atravessam essas narrativas.

3 PRODUÇÕES DE DISCURSOS E ESTRATÉGIAS DE DISSEMINAÇÃO

Iniciar este capítulo implica adentrar um campo de disputas simbólicas onde afetos, crenças e verdades são continuamente produzidos. As redes digitais configuram um espaço de observação privilegiando nelas, a linguagem não apenas descreve o mundo, mas performa, constituindo sujeitos, emoções e fronteiras morais. O olhar antropológico, atento à multiplicidade dos sentidos, permite perceber como esses discursos circulam, se repetem e ganham legitimidade, atravessando corpos e coletividades no digital.

Inspirada por Judith Butler (2019; 2023; 2024), compreende-se que todo discurso atua sobre corpos: regula sua visibilidade, delimita o que pode aparecer e o que deve permanecer invisível. A análise das *fake news*, especialmente a do chamado “kit gay”, revela como os regimes de verdade se articulam à produção de vulnerabilidades e à normalização de violências simbólicas.

Neste capítulo, mapeiam-se alguns perfis públicos de destaque e práticas discursivas que transformam discussões complexas e relevantes em narrativas simplificadas, esvaziadas de sentido e direcionadas à manutenção de dispositivos de ódio. Tais narrativas produzem impactos desiguais sobre corpos racializados, feministas, *trans* e periféricos tornando mais suscetíveis a processos de deslegitimação e estigmatização. Esmiuçar esses impactos e seus alcance evidencia como corpos são, frequentemente, representados como ameaças morais e figuras abjetas.

Os agentes políticos, por sua vez, acionam guerras culturais e espirituais contra políticas de gênero e diversidade, reforçando um imaginário de medo e controle. Isso se torna evidente quando a *fake news* do “kit gay” é mobilizada como estratégia de convencimento coletivo, ou como estratégia de governo, sustentada por uma lógica de rebanho que universaliza as diferenças dentro de fronteiras morais rígidas. Assim, o dispositivo da sexualidade se renova no espaço digital, atualizando formas de vigilância e regulação dos afetos, e definindo o que pode, ou não, aparecer no campo social e/ou digital.

A terceira parte desta pesquisa apresenta a análise sistemática dos dados empíricos coletados via netnografia, conforme os fundamentos de Robert Kozinets (2014), tendo como foco as redes sociais *X* (antigo *Twitter*) e *Instagram*, plataformas estratégicas para a circulação massiva das *fake news* sobre o chamado kit gay. O capítulo investiga como essas narrativas se constituem, quem são os sujeitos que as produzem e disseminam, e quais são seus efeitos performativos, sociais e políticos, com ênfase no contexto eleitoral brasileiro a partir de 2018 a 2023.

A análise será conduzida por meio da apresentação de imagens capturadas, quadros analíticos com categorização dos discursos, e trechos de comentários de *post* presentes em perfis identificados como centrais no ecossistema da desinformação. Na primeira seção, o capítulo se debruça sobre o mapeamento dos principais repertórios discursivos associados à figuração do “kit gay”, interpretados pela análise do discurso (AD). Utilizando o conceito de significante vazio proposto por Ernesto Laclau (2013), demonstra-se como termos como “ideologia de gênero”, “doutrinação” e “destruição da família” operam como âncoras semânticas que unem diferentes setores conservadores, religiosos e reacionário sob uma mesma gramática moralizante. Esses conteúdos, constantemente performados por políticos, *influencers*, líderes religiosos, militantes e *memes* virais que exemplificam a lógica afetiva e viral da desinformação.

O uso de quadros comparativos permitirá visualizar como certos enunciados se repetem, com pequenas variações, criando padrões reconhecíveis e altamente disseminados. A segunda parte do capítulo explora a relação entre essas estratégias discursivas e os dispositivos de controle social, articulando os aportes de Foucault (2023) sobre poder, saber e disciplina com a noção de performatividade de Judith Butler (2023). A disseminação das *fake news* não apenas propaga desinformações estratégicas, mas produz subjetividades: define o que pode ser dito, o que deve ser temido e quem deve ser excluído, além de reagregar o social a partir visões específicas de mundo. A análise de comentários - que serão citados diretamente, mostra como determinados perfis reproduzem um *ethos* de vigilância moral, construindo o corpo LGBT, como ameaça à infância e à nação.

O uso de imagens distorcidas de livros, materiais escolares e conteúdos falsificados será apresentado para demonstrar como o pânico moral é performado visualmente e compartilhado de forma estratégica. Em seguida, o capítulo incorpora a perspectiva interseccional de Avtar Brah (2016) e Lélia Gonzalez (2023), evidenciando como os efeitos desses discursos são desigualmente distribuídos. Corpos racializados, femininos, *trans* e periféricos são os principais alvos da violência discursiva e simbólica, sendo frequentemente representados como figuras abjetas ou inimigos morais. Serão trazidos fragmentos de comentários e interações que evidenciam essas práticas de exclusão e estigmatização, além de quadros com o mapeamento dos principais perfis públicos e anônimos que operam como vetores dessa lógica de abjeção. Por fim, a última seção examina as implicações políticas e culturais dessas *fake news*, em diálogo com Aníbal Quijano (2005) e sua teoria da colonialidade do poder e do saber, e Lélia Gonzalez (2023) com a amefricanidade. Serão analisadas as estratégias digitais de guerra cultural utilizadas por agentes políticos que instrumentalizam as

redes para atacar políticas públicas de gênero e diversidade, por outro lado, mostrando como as agências contra lógicas racistas, sexistas e neoliberais emergem diante das tecnologias de controle; como os sujeitos constroem formas de comunicação alternativas, ativistas digitais e práticas de re-existências no território brasileiro.

As plataformas *X* e *Instagram* serão abordadas como espaços tecnopolíticos que não apenas permitem a circulação desses conteúdos, mas operam como dispositivos coloniais contemporâneos, nos quais a epistemologia dominante exclui, silencia e deslegitima saberes e corpos dissidentes. A presença de tabelas com exposições dos dados coletados, com os tipos de estratégias (emocionais, religiosas, visuais, descontextualizações) permitirá sistematizar como esses discursos atuam como dispositivos de regulação social.

3.1 Mapeamento das Narrativas da *Fake News* sobre o “kit Gay”

Iremos acompanhar, neste subtópico, as principais associações que possibilitam um reagregamento do social para o mapeamento dessas narrativas, diretamente vinculadas aos conceitos de “ideologia de gênero”, “doutrinação” e “destruição da família”. Dessa forma, busca-se compreender como as narrativas das *Fake News* sobre o “kit gay” passam a construir uma composição significativa, capaz de se instituir como um dispositivo de sexualidade.

Nesse sentido, compreende-se que “ideologia de gênero” (Miskolci, 2017) é um conceito amplamente utilizado para deslegitimar as políticas de gênero e os direitos da população LGBTQIA + em períodos eleitorais. Esse termo sugere uma suposta imposição ideológica nas escolas e na sociedade. Outro conceito fortemente mobilizado é o de doutrinação, entendido como a alegação de que crianças e adolescentes estariam sendo “influenciados ideologicamente” por conteúdos sobre gênero e sexualidade. Tal argumento leva à ideia de que, a longo prazo, ocorreria a destruição da família, afetando diretamente a estrutura da família tradicional brasileira.

Entretanto, durante a realização da pesquisa, verificou-se que diversas publicações originais relacionadas a *fake news* do kit gay, amplamente disseminadas entre 2018 a 2023, já não se encontram mais disponíveis nas plataformas digitais. Esse desaparecimento não é um simples obstáculo empírico, mas evidenciou o caráter volátil e estratégico das redes sociais como espaços de produção e apagamentos discursivos.

Seguindo a perspectiva foucaultiana, tal dinâmica pode ser compreendida como parte da própria atuação do dispositivo da sexualidade, que reorganiza e renova constantemente os enunciados a partir de novas condições de possibilidade discursiva. Para ilustrar esses usos,

apresentaremos *posts* e trechos de postagens consideradas emblemáticas, disponíveis em domínios públicos, que não serão reproduzidos comentários em mapeamentos lineares de usos recorrentes, pois estes se encontram difusos nas falas populares e apresentam um fluxo intenso de dados e informações que poderiam comprometer ou individualizar sujeitos. Assim, enfatizamos que o objetivo é evidenciar os principais usos e associações dessas narrativas.

Nos *posts* abaixo das figuras de nº 3, 4, 5, 6, identificado nas páginas oficiais do *Congresso em Foco*, e do *Jornal O Globo* na plataforma *X* (antigo *Twitter*) (16. Out. 2018) e de Jair Messias Bolsonaro, observam-se, respectivamente, as publicações: **“TSE diz que ‘kit gay’ não existiu e proíbe Bolsonaro de disseminar notícia falsa”** e **“É #FAKE que Haddad criou ‘kit gay’ para crianças de seis anos”**. Tais mensagens evidenciam a circulação de uma imagem amplamente compartilhada nas redes sociais do ex-presidente brasileiro Jair Messias Bolsonaro, sobretudo nos períodos que antecederam sua candidatura em 2018. Nesse contexto, destaca-se o *post* (figuras 5,6) publicado em sua página na plataforma *X* (antigo *Twitter*), com a seguinte afirmação: **“HADDAD O CANDIDATO DO KIT GAY: As crianças de 6 anos terão aula de homoafetividade nas escolas”**.

A partir dessas postagens, observa-se a produção de um enunciado político que mobiliza a desinformação como estratégia discursiva, articulando moralidade, sexualidade e medo social para deslegitimar o adversário político e reforçar narrativa de pânico moral. De acordo com Ernesto Laclau (2013), **“kit gay”** se configura como um termo polissêmico e inexistente formalmente; nunca houve um kit oficial com esse nome. Neste caso, evoca medo da doutrinação sexual das crianças, conecta ensino infantil à suposta ideologia de gênero. **“Crianças de seis anos”**; idade explícita, vulnerável e simbólica. Intensifica a sensação de ameaça, sugerindo que inocentes estão sendo alvo de manipulação. **“Haddad”**, político conhecido por propostas progressistas em políticas de educação, personaliza a ameaça, criando alvo concreto para o medo moral. Neste caso observamos uma associação entre política e ameaça moral: (Haddad + kit gay) sugere que o governo promoveu algo nocivo e perigoso às crianças brasileiras. Percebe-se a conexão com vulnerabilidade infantil - Idade de **“seis anos”**, cria a sensação de urgência e perigo imediato, reforçando o pânico moral. Significante vazio principal: **“kit gay”** - não tem definição objetiva, mas funciona como ponto de articulação entre diferentes medos: educação sexual, ideologia de gênero, destruição da família.

Figura 3 – Página do Congresso em Foco no X(antigo – Twitter).



Fonte: *printscreen* – captura de tela, 03. Abril. 2025.

Figura 4 – Página do Jornal O Globo no X(antigo – Twitter).



Fonte: *printscreen* – captura de tela, 03. Abril. 2025.

Figura 5 – Página de Jair Messias Bolsonaro no X(antigo – Twitter).



Fonte: *printscreen* – captura de tela, 03. Abril. 2025.

Figura 6 – Página de Jair Messias Bolsonaro (antigo – Twitter).



Fonte: *printscreen* – captura de tela, 03. Abril. 2025.

Nesta perspectiva, podemos perceber um engajamento discursivo, uma página com 8.647 postagens e 27,1 mil seguidores configura-se como um espaço altamente movimentado capaz de influenciar e mobilizar os algoritmos por meio de sua ampla circulação e engajamento nas redes sociais. Esse cenário evidencia como o dispositivo de sexualidade é mobilizado para obtenção de ganhos eleitorais pelas redes sociais e para consolidação de processos políticos, incontornáveis para pensar a sociedade contemporânea atravessada por debates públicos e pelas tensões dos regimes democráticos.

Nota-se que as agências⁴⁰ Personalizadas e performáticos dos agentes envolvidos não apenas mobilizam taxonomias nas esferas econômica, social e política, mas também fazem circular afetos norteadores, que assumem sentidos de medo, tristeza ou mesmo de cooptação das vulnerabilidades infantis. Neste sentido, compreende-se como as determinações políticas

⁴⁰ Agência Sociais - no sentido usado pelo antropólogo Bruno Latour (2012), não se restringe a humanos, mas abrange tanto pessoas quanto objetos não-humanos, que atuam e modificam um “status” dentro de uma rede de associações.

circunscrevem o simbólico na esfera pública, performatizando a desinformação e as incertezas como círculos de verdades incontestes.

Em *Quem tem medo de gênero?*, Butler (2024, p. 10) nos lembra que “nas recentes campanhas estadunidense [...] o termo é tratado como código para a pedofilia ou para uma forma de doutrinação”. Sob essa ótica, “gênero” passa a ser construído também como uma ameaça geopolítica, totalitária e democrática, reproduzindo um *ethos* da vigilância moral mundial que orienta o controle dos corpos e das subjetividades.

No contexto brasileiro, essa vigilância moral é reatualizada por meio das *fake news* do “kit gay”, que articulam medo, sexualidade e infância como instrumentos de manipulação política e moral. Através dessas narrativas, a desinformação opera como uma tecnologia de poder que não apenas reforça estruturas heteronormativas e patriarcais, mas também produz sujeitos e afetos governáveis, sustentando regimes de verdade que moldam a percepção social sobre gênero e educação.

No **Posts** da figura de nº 7 publicado pela UOL Notícias em 4 de novembro de 2022 desmente uma série de *fake news* disseminadas nas redes sociais durante o período eleitoral de 2023, envolvendo o ex-deputado Jean Wyllys. O título do *post* já indica o tom de alerta: *Não é a primeira vez que @jeanwyllys_real é alvo de desinformações. “A extrema-direita vem me usando em sua tentativa de criar pânico moral há anos”, falou o ex-deputado.*

A sequência de postagens publicadas pela UOL no *X(antigo Twitter)* expõe como a desinformação opera discursivamente para criar efeitos de verdade. Entre as mensagens desmentidas, destacam-se: *Jean Wyllys não disse que pretende banir a Bíblia do ‘território nacional’; O ex-deputado também não é o ‘provável ministro da Educação em 2023’, como afirma a fake news; A suposta fala também não foi encontrada nos principais portais de notícias nem em perfis oficiais.* Por fim, a Uol reforça: *Post inventando citação foi desmentido por Jean Wyllys nas redes sociais.*

Durante o processo de mapeamento das *fake news* sobre o chamado “kit gay”, ao realizar uma busca apenas com o termo “pânico moral”, a primeira reportagem indicada pelos algoritmos foi justamente a da UOL sobre Jean Wyllys. Esse resultado evidencia como as plataformas digitais associam automaticamente o conceito de pânico moral a narrativas de cunho moralizante e sexualizado, produzidas para sustentar enquadramentos políticos específicos.

À luz de Ernesto Laclau (2013), entende-se que expressões como “ministro da Educação”, “banir a Bíblia” funcionam como pontes semânticas entre diferentes campos discursivos, religião, sexualidade, família e Estado, articulando-se em torno de uma ameaça

imaginária, o mesmo eixo de ameaça moral. Esses significantes não possuem um conteúdo fixo, mas ganham força justamente por sua indeterminação, permitindo que múltiplos sentidos sejam projetados sobre eles, especialmente os que evocam medo e repulsa.

Nesse contexto, a figura de Jean Wyllys opera como um dispositivo discursivo, no sentido foucaultiano, pois reúne saberes, práticas e enunciados que produzem efeitos de verdade sobre o “perigo” representado pela diversidade sexual. A circulação dessas narrativas, ainda que desmentidas, produz e reforça uma economia moral que legitima mecanismos de controle, vigilância e exclusão social. Sob a perspectiva de Judith Butler (2023), esses discursos também funcionam como performances reiterativas, que produzem e consolidam identidades, ao mesmo tempo em que delimitam quem pode ou não ser reconhecido como legítimo no espaço público. O pânico moral, portanto, é performado reiteradamente: a cada repetição da *fake news*, o “outro sexual” é reinscrito como ameaça à família, à nação e à moral.

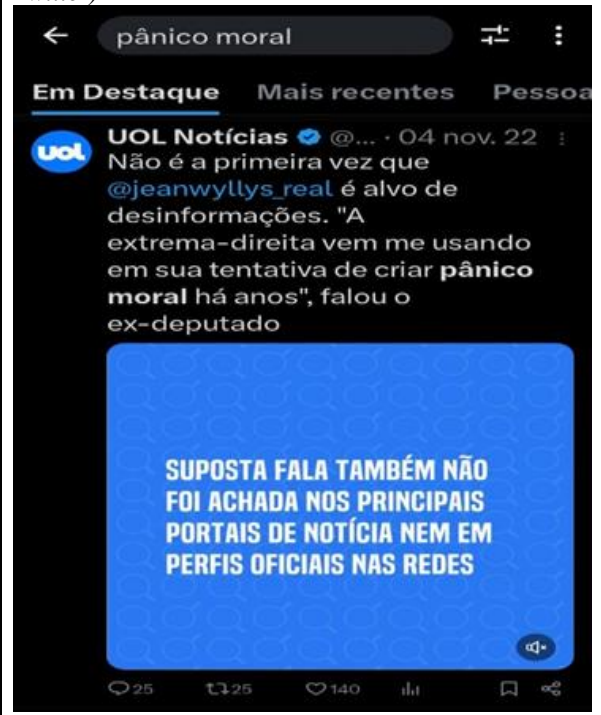
Desse modo, o *post* da UOL, ao desmentir tais narrativas, revela não apenas o funcionamento das *fake news* como tecnologias discursivas de poder, mas também como o campo semântico da moralidade é manipulado por algoritmos e discursos para sustentar regimes de verdades e exclusão. A própria dinâmica de busca e recomendação algorítmica torna-se parte do dispositivo que articula desinformação, controle e performatividade política. O simples retorno algorítmico da busca já manifestou o entrelaçamento entre as agências sociais dos atores em rede, poder discursivo e tecnologia digital, em que a máquina não apenas organiza informações, mas reproduz hierarquias morais e políticas que alimentam o pânico moral contemporâneo.

Figura 7 – Página de UOL Notícias no X(antigo – Twitter)



Fonte: *printscreen* – captura de tela, 27. Abril. 2025

Figura 8 – Página de UOL Notícias no X(antigo – Twitter)



Fonte: *printscreen* – captura de tela, 27. Abril. 2025

Entre 2016 e 2018, Eduardo Nantes Bolsonaro (PL-SP)⁴¹ Utilizou suas redes sociais para difundir narrativas associadas à chamada “cura gay”, reproduzindo e legitimando discursos que reforçam o controle moral sobre corpos e sexualidades dissidentes. As postagens que alternam ironia, suposta racionalidade técnica e apelos à liberdade individual, exemplificam a atuação de uma gramática afetiva de poder que se consolidava no período pré-eleitoral de 2018, mesma conjuntura de circulação das *fake news* do “kit gay”.

Na publicação de 18 de fevereiro de 2018, exposta na figura de nº 6, o deputado escreve: “*Cura gay? Então se um homem se socorrer de um psicólogo porque entender ser o melhor para si assumir sua homossexualidade, isso é heterofobia?*” A mensagem mobiliza termos que, sob a ótica de Ernesto Laclau (2005), funcionam como significantes vazios: “cura gay”, “heterofobia” e “liberdade” são expressões ambíguas, carregadas de valor emocional, que produzem sentidos políticos variáveis conforme o grupo que as enuncia.

De forma antropológica, pode-se compreender esse discurso como parte de uma ritualização digital da moralidade, na qual certos valores, como “liberdade”, “família” e “ciência”, são acionados para sustentar um regime de verdade moral. Ao usar a figura do

⁴¹ Eduardo Nantes Bolsonaro - Nascido em 10 de julho de 1984, é advogado, policial e deputado federal (PL-SP), tomando posse em: 01 fevereiro de 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/92346/biografia>. Acesso em: 06 out.2025.

“psicólogo” como autoridade técnica e neutra, a postagem cria um *ethos* de legitimidade científica, invertendo a proibição ética do Conselho Federal de Psicologia (2018) e naturalizando práticas de patologização já superadas. A homossexualidade, tratada como algo “revertido”, reinscrever o corpo LGBTQIA+ no domínio do tratável e curável, um ponto central da crítica foucaultiniana ao poder disciplinar.

O uso de “heterofobia”, termo inexistente na tradição dos direitos humanos, **revela um mecanismo de inversão simbólica**: o grupo historicamente majoritário (heterossexual) é representado como vítima, enquanto as minorias sexuais são enquadradas como opressoras. Esse deslocamento e ambiguidade são características do pânico moral. Assim, a narrativa da “cura gay” produz o LGBTQIA+ como o “demônio popular” (*folk devil*) (Cohen, 1972)⁴², atuando como instrumento de reordenação das hierarquias sociais e raciais, ao reposicionar quem ameaça e quem é ameaçado.

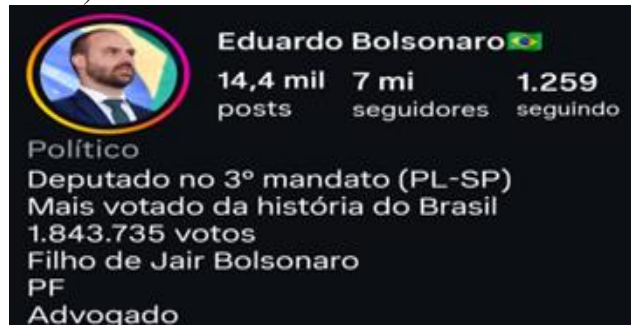
Sob a lente antropológica, esse tipo de discurso funciona como marcador identitário e moral, construindo fronteiras simbólicas entre “nós” e “eles”. O humor e a ironia, expressos na pergunta “só eu que acho incoerente?”, produzem efeitos de comunidade, reforçando pertencimento e distinção política entre seguidores. Assim, mais do que simples opinião, o *tweet* é um ato performativo, que ativa crenças, reorganiza afetos e cria coesão em torno de uma moral sexual conservadora.

Nessa operação discursiva, há também uma sobreposição entre política e religião, onde a moral sexual se torna o eixo de uma luta cultural mais ampla. O gênero e a sexualidade, tal como observa Judith Butler (2024), tornam-se “fantasmas totalizantes” que condensam ansiedades sociais e políticas. A defesa da “liberdade de escolha” serve, assim, como máscara simbólica para a negação da diversidade sexual, transformando o debate sobre ética profissional e direitos humanos em disputa moral sobre autoridade e controle dos corpos.

Assim, o discurso da “cura gay” e sua circulação digital devem ser compreendidos como práticas culturais e políticas, não como desvios de opinião. Eles integram o mesmo ecossistema narrativo do “kit gay”, reproduzindo o medo moral e deslocando as causas concretas da insegurança social, como crises econômicas, violências e desigualdades, para a sexualidade e o gênero, agora tomados como inimigos morais e políticos.

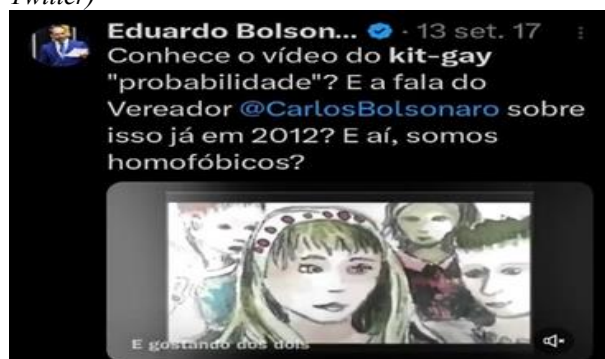
⁴² Essa ambiguidade é central ao que Cohen (1972) denomina “pânico moral”, no qual determinados grupos ou discursos são construídos como “inimigos da sociedade”. Assim, a narrativa da “cura gay” produz o LGBTQIA+ como um “demônio popular” (*folk devil*). – Stanley Cohen (1942-2013), sociólogo e antropólogo britânico, foi o primeiro a sistematizar o conceito de “pânico moral” em *Folk Devils and Moral Panics* (1972), analisando como a mídia e as instituições constroem figuras sociais percebidas como ameaças à ordem moral, em processos que legitimam políticas de controle e repressão.

Figura 9 – Página de Eduardo Bolsonaro no X(antigo – Twitter)



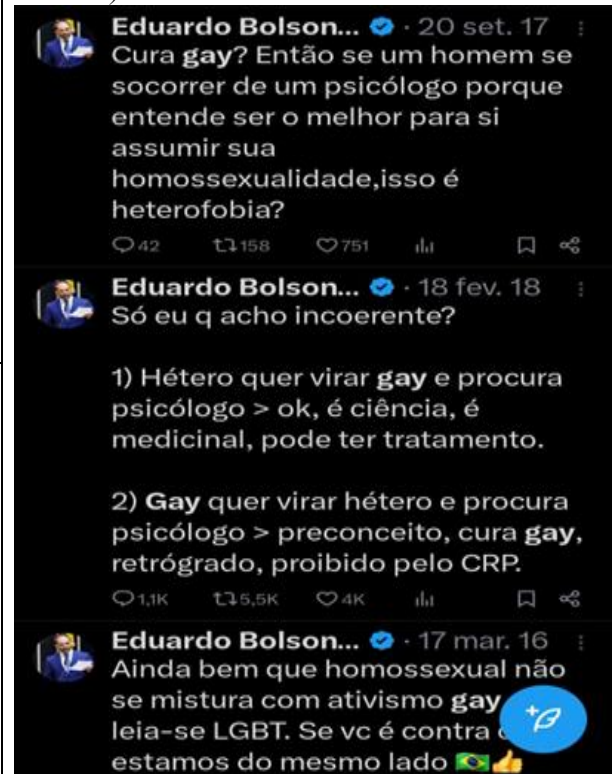
Fonte: *printscreen* – captura de tela, 22. janeiro. 2025

Figura 10 – Página de Eduardo Bolsonaro no X(antigo – Twitter)



Fonte: *printscreen* – captura de tela, 22. janeiro. 2025

Figura 11 – Página de Eduardo Bolsonaro no X(antigo – Twitter)



Fonte: *printscreen* – captura de tela, 22. janeiro. 2025

O Post referente a figura de nº 12, do *meme* que redesenha a sigla - LGBT, compartilhado amplamente em redes associadas a Eduardo Bolsonaro, oferece uma oportunidade de compreender a circulação de significados e a construção de mundos simbólicos nas comunidades digitais. Originalmente, a sigla LGBT consolida identidades de diversidades sexual e de gênero; no *meme*, contudo, seu sentido é esvaziado e ressignificado em uma chave conservadora: L – Liberty (Liberdade), G – Gun (Arma), B – (Bolsonaro), T - (Trump).

Figura 12 – Página de Eduardo Bolsonaro no X(antigo – Twitter)



Fonte: *printscreen* – captura de tela, 22. janeiro. 2025

Do ponto de vista socioantropológico, este deslocamento revela como práticas culturais digitais criam e reforçam significados compartilhados. A transformação da sigla funciona como um ritual simbólico de legitimação ideológica, no qual valores como liberdade, armas e líderes políticos se tornam ícones centrais, enquanto as identidades LGBTQIA + são ridicularizadas e deslegitimadas. A palavra *Liberty*, polissêmica e de conotação positiva, serve como significante universal, difícil de contestar, e é instrumentalizada para sustentar uma narrativa de direita; Gun (arma) personifica poder e autodefesa, enquanto Bolsonaro e Trump simbolizam líderes conservadores que se apresentam como protetores de valores e da “liberdade”, invertendo críticas que acusam de autoritários.

No humor com gosto de ódio⁴³, é uma prática cultural performativa, que une participantes em um riso coletivo e reforça a coesão ideológica do grupo. A nova versão da sigla, apresentada como inovadora e legítima do humor nas redes sociais, funciona como dispositivo de exclusão simbólica, em que vulnerabilidades sociais reais (como violência, desigualdade econômica ou crises ambientais) são apagadas e substituídas por símbolos de poder. O meme, assim, não é apenas uma piada: é uma performance política e cultural, que redefine o que é relevante ou digno de atenção na esfera pública.

Nesse sentido, o mecanismo de deslocamento do meme evidencia a operação do fantasma totalizante do gênero, como observa Judith Butler (2024, p. 11): “Quando o ‘gênero’ absorve uma série de medos e se torna um fantasma totalizante para a direita contemporânea, as variadas condições que de fato dão origem a esses medos perdem seus nomes”. Aqui, o meme atua como ritual digital de apagamento e rearticulação simbólica, transformando debates sobre direitos LGBTQIA + em objetos de escárnio e reconfigurando a sigla LGBT como veículo de valores conservadores.

Do ponto de vista antropológico, essa observação demonstra que memes e narrativas digitais não são meros conteúdos humorísticos, mas práticas culturais coletivas que articulam identidade, poder e comunidade, oferecendo uma janela para compreender como certos grupos antidemocráticos significam elementos de intolerância para fortalecer ideologias, excluir dissidentes e consolidar hierarquias simbólicas no espaço digital.

⁴³ “Humor com gosto de Ódio” é a parte 2 do livro *Discursos de Ódio e Racismos Recicladados nos Séculos XX e XXI* (Carneiro, 2024), no qual se encontra o artigo intitulado “Humor e Ódio na Esfera Pública Digital, de Elias Thomé Saliba. O autor desvela a prática recorrente da apropriação do humor como alternativa para o uso de elementos de intolerância, funcionando como uma máscara coletiva na *internet*. (Saliba, 2024).

Nos **frames religiosos** mobilizados por **Silas Malafaia** nas redes sociais, desde em 2010, como “*criminalizam a opinião*” e “*ameaçam a família*”, observa-se a consolidação de um discurso que associa moralidade religiosa e ação política. Esse enunciado foi reatualizado de modo contundente no período eleitoral de 2018, agora vinculado à escola e às crianças, produzindo pânico morais em torno da suposta “doutrinação sexual”. O episódio em torno do PLC 122/2006 ⁴⁴, que buscava criminalizar a homofobia, marca um dos primeiros momentos em que o discurso anti-LGBTQIA se organiza nacionalmente (Cleonardo, 2019).

Malafaia inaugura, nesse contexto, um estilo de atuação pública fundamentalista, em que a fé é apresentada como instrumento de vigilância cívica: “os crentes devem exercer sua cidadania”, afirma ele, vinculando a prática religiosa ao controle das políticas públicas. A partir de 2011, o pânico moral adquire materialidade didática, quando o discurso religioso passa a ser difundido em conteúdos audiovisuais e campanhas que transformam o “combate a homofobia” em “ensino da homossexualidade”.

Embora muitas das postagens originais contendo a *fake news* do “kit gay” tenham sido removidas como *X(Twitter)*, *Instagram* e *Facebook*, suas reverberações permanecem registradas em relatórios de agências de checagem, decisões do TSE e estudos acadêmicos. Esses registros não apenas demonstram a circulação massiva do conteúdo, com milhões de interações em 2018, mas evidenciam sua reatualização discursiva em novos enquadramentos, como “ideologia de gênero” e “doutrinação sexual”, nos anos seguintes. O “kit gay” transforma-se, assim, em um símbolo recorrente do imaginário nacional-cristão, articulando fé, nação e moralidade.

Desde as eleições de 2018, e novamente em 2022, como exposto na figura 9, reaparece o lema “Deus, Pátria, Família”, evocando o integralismo e o moralismo cristão da ditadura militar, como signos de uma identidade coletiva e moral. Termos como “liberdade” e “opinião” são ressignificados: “liberdade” para a significar “liberdade de expressão contra a censura”, ecoando o mesmo argumento usado por Malafaia em 2010 contra o PLC 122, enquanto “eleições limpas e transparentes” desloca o debate para a retórica de fraude eleitoral, outra *fake news* central em 2018. Esses termos constroem uma fronteira simbólica entre “nós” moral e cristão e um “eles” corrupto, imoral e anticristão (Laclau, 2013).

⁴⁴A atuação de Silas Malafaia contra o PLC 122: análise de suas páginas no Twitter e no Facebook. **PragMATIZES - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura**, [S. l.], n. 13, p. 92–112, 2018. DOI: [10.22409/pragmatizes.v0i13.10462](https://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10462). Disponível em: <https://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10462>. Acesso em: 15 out. 2025.

O “kit gay” é, portanto, mais do que uma *fake news*: é um dispositivo discursivo que reorganiza a gramática do medo, reativando o projeto político do fundamentalismo religioso dentro do espaço público. Mesmo quando a sexualidade não é mencionada diretamente, as postagens de Malafaia acionam os mesmos pilares simbólicos, religião (Deus), nação (pátria), moralidade (família) e liberdade (censura) estruturam um regime de verdade que legitima o controle moral e político sobre corpos e saberes dissidentes.

O perfil de Silas Malafaia nas redes sociais, autodefinido como “*uma voz em defesa da Verdade*”, esposo, pastor-presidente e fundador de instituições religiosas, performa uma identidade pública centrada na autoridade moral e espiritual. Essa autodescrição já enuncia o lugar de enunciação de um cristianismo político que reivindica o monopólio da verdade e o dever de intervir na esfera pública. Em suas publicações, o discurso pastoral se converte em arma ideológica, transformando a fé em instrumento de vigilância e regulação da vida social, onde “defender a verdade” equivale a combater a diferença, a pluralidade e os direitos das minorias sexuais.

Nas redes, Malafaia atualiza antigas retóricas religiosas, como a ameaça à “família” e à “liberdade de opinião”, para sustentar o imaginário de um país em risco moral. Desde os embates contra o PLC 122/2006 até a ressignificação do lema “Deus, Pátria e Família” nas eleições de 2018 a 2022, seu discurso articula religião, política e moralidade em um projeto nacional-cristão. Essa atuação exemplifica o fundamentalismo religioso que permeia a política brasileira contemporânea: uma racionalidade teológica que disputa o espaço público, produz pânico morais e redefine a própria ideia de cidadania, convertendo a fé em estratégia de poder e controle simbólico.

Figura 13 - Página de Silas Malafaia no Instagram



Fonte: *printscreen* – captura de tela, 6 de outubro. 2025

Figura 14 - Página de Silas Malafaia no Instagram



Fonte: *printscreen* – captura de tela, 6 de julho. 2025

Desse modo, o mapeamento das narrativas em torno da *fake news* do “kit gay” revela que tais discursos operam por meio de significantes vazios, como “família”, “liberdade”, “crianças” e “moral”. Esses termos, aparentemente universais e consensuais, funcionam como pontos de condensação semântica, capazes de unir afetos, medos e identidades políticas sob um mesmo horizonte simbólico. Ao circular nas redes e ser mobilizados por lideranças religiosas e políticas, esses significantes esvaziam-se de conteúdo preciso, tornando-se instrumentos de manipulação discursiva e de construção de inimigos morais.

Assim, o pânico moral não é apenas um efeito emocional, mas uma tecnologia de poder que reorganiza o campo político e simbólico. Ele traduz disputas epistemológicas em conflitos morais e transforma medos em métodos de governo das sensibilidades sociais. No próximo tópico, aprofundaremos como esses significantes vazios e suas rearticulações, funcionam como estratégias de controle social, produzindo subjetividades, exclusões e formas de vigilância moral no espaço público contemporâneo.

3.2 Significante Vazios e Estratégias de Controle Social

A partir das postagens analisadas, é possível perceber como determinados termos, “família”, “liberdade”, “crianças”, “Deus” e “ideologia de gênero”, funcionam como significantes vazios (Laclau, 2013), capazes de reunir afetos, moralidades e identidades em torno de um “nos” imaginado. Esses enunciados não possuem um conteúdo fixo, mas operam como pontos de condensação simbólica que permite múltiplas leituras, mobilizando o medo, a fé e a ideia de pertencimento nacional. Nesse processo, o discurso religioso e moral assume centralidade, constituindo uma tecnologia de controle social que articula fé, política e segurança moral.

No entanto, como argumentam Avtar Brah (2016) e Lélia Gonzalez (2020; 2023), essas construções discursivas não atuam de forma abstrata: elas se ancoram em corpos específicos e hierarquizados pela colonialidade. O pânico moral, ao ser acionado por significantes vazios, reinscreve a violência sobre corpos racializados, femininos, trans e periféricos, que passam a ser o “outro” ameaçador da nação e da moral. Assim, a retórica da “proteção da família” e da “defesa da inocência das crianças” torna-se um mecanismo de regulação social, produzindo exclusões e disciplinando diferenças sob aparência de defesa de valores universais.

A narrativa do “kit gay” foi amplificada por políticos de alto alcance (Jair Bolsonaro e família) durante a campanha de 2018 e 2022, contribuindo para a construção de pânico moral. Damares Alves, Michele Bolsonaro, Silas Malafaia, entre outras lideranças políticas e religiosas evangélicas e também políticas favoreceram o repertório religioso-moral que ajudou a transformar a desinformação em tema de mobilização social. Disparos massivos nas redes sociais e contratações de mecanismos centrais de distribuições em 2018. Neste caso os Significantes vazios condensam medos difusos, ideologia de gênero, sexualização da família, ataque à religião, corrupção moral.



Essas lideranças combinam autoridade simbólica e política, mobilizando seguidores por meio de significantes religiosos e familiares, estruturando narrativas que reforçam valores conservadores. As estratégias variam: Michele Bolsonaro foca em imagens e simbologias, Damares Alves em narrativa política-moral, Marco Feliciano em confronto e defesa ativa de base. Juntas, essas práticas funcionam como mecanismos de controle social, influenciando comportamentos, opiniões e polarizando o debate público nas redes.

Nos *posts* de perfil, na figura 15 – Gestão simbólica da imagem: Michele Bolsonaro foca em *storytelling* visual e narrativo, presença familiar e religiosa, que legitima valores e influencia a percepção do público sem precisar de debates diretos. Os significantes vazios mobilizados, “Serviço ao Senhor, família, honra, glória, força”, evocam moralidade, devoção religiosa e um perfil de inspiração/ papel feminino idealizado.

Nas figuras 16, 17 – Amplificação de narrativas moralizantes: Damares Alves e Marco Feliciano, usam *frames* das postagens frequentes sobre pautas conservadoras, gerando engajamento e reforçando normas sociais específicas. Os significantes políticos mais mobilizados por Damares: “Deus, família, valores cristãos, educação moral”, são utilizados para mobilizar pautas conservadoras, especialmente sobre gênero e educação; Por Marco

Feliciano: “Fé, política, liderança, evangelização”, mistura de poder político e religioso, reforçando autoridade moral e legitimidade para ações sociais e políticas. Esses significantes não são apenas retóricos; atuam como marcadores de identidade e pertencimento, atraindo seguidores que compartilham valores conservadores e reforçando coesão grupal *online*.

A construção discursiva em torno do chamado “kit gay” mobilizou diferentes estratégias retóricas que associavam a escola à corrupção moral das crianças, e um vigilantismo social. Entre os argumentos mais recorrentes estava à proteção da infância, expressa em formulações como “kit gay, para crianças de seis anos”, “estão sensualizando nossos filhos na escola” e “é um kit para transformar crianças em homossexuais”. Essas frases não possuem sempre um autor único, mas circularam amplamente em falas parlamentares, sermões religiosos e, sobretudo, em postagens digitais. Nesse sentido, Jair Bolsonaro desempenhou papel central na difusão dessa narrativa ao afirmar, no Congresso Nacional, em lives e em entrevistas, que o material do Programa Escola sem Homofobia tinha a intenção de “incentivar a homossexualidade” entre estudantes. Assim como demonstrado na postagem da figura 2 feita por uma página do jornal O Globo, “TSE diz que “kit gay” não existiu e proíbe Bolsonaro de disseminar notícias falsas”.

A análise dos perfis de Damares Alves, Michele Bolsonaro e Marco Feliciano nas redes sociais revela como determinadas lideranças mobilizam significantes religiosos e familiares para consolidar autoridade moral e política. Nesse contexto, a perspectiva de Avtar Brah (2016) sobre interseccionalidade e marcadores sociais da diferença permite compreender como esses perfis articulam gênero, classe e religião para criar formas de pertencimento que reforçam a coesão do grupo conservador e, ao mesmo tempo, definem fronteiras de exclusão. As postagens que exaltam valores familiares e cristãos funcionam como instrumentos de identificação coletiva, promovendo engajamento seletivo e reforçando hierarquias simbólicas nas interações digitais.

Complementarmente, Lélia Gonzalez (2020; 2023) contribui para compreensão da operação desses discursos como parte de um racismo estrutural e patriarcal, ao evidenciar como as narrativas sobre moralidade e fé reproduzem padrões de dominação sobre mulheres, corpos dissidentes e grupos racializados. A visibilidade conferida a certas lideranças femininas, como Michele Bolsonaro e Damares Alves, atua não apenas como representação simbólica, mas também como mediação de práticas normativas que disciplinam comportamentos, orientando seguidores sobre o que é considerado legítimo ou desejável no espaço social e virtual. Assim, a intersecção entre gênero, fé e política nas redes configura um dispositivo de controle social, em que as identidades e subjetividades são reguladas e polarizadas de maneira estratégica.

Figura 18 - Página de Eduardo Bolsonaro no X (antigo Twitter) (21 jul. 2018).



Fonte: *printscreen* – captura de tela, 22 janeiro. 2025

Figura 19 - Página de Eduardo Bolsonaro no X (antigo Twitter) (21 jul. 2018).



Fonte: *printscreen* – captura de tela, 22 janeiro. 2025

O post analisado, figura 18, que ironiza a abordagem do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) sobre a homossexualidade indígena, expõe a maneira como as redes sociais tornam arenas de disputa simbólica em torno do gênero, sexualidade e pertencimento étnico. A reação dos comentários, marcada por negação e violência simbólica, evidencia o funcionamento de um controle discursivo colonial, em que o “índio verdadeiro” é construído como figura heteronormativa, masculina e imune às “influências externas” da modernidade. Essa representação reafirma o imaginário colonial que associa a identidade indígena à pureza cultural e à natureza, excluindo corpos dissidentes como corpos “corrompidos” ou “não autênticos”.

No entanto, como argumenta Avtar Brah (2016), a identidade não é fixa, mas se constitui como um campo de forças contraditórias, permeado por relações de poder e também por práticas de resistência e rearticulação. As reações negativas, longe de eliminarem o debate, acabam por visibilizar o conflito e abrir espaço para novas vozes, como as de indígenas LGBTQIA+ que passam a se posicionar nas redes, questionando o monopólio da fala sobre o que significa “ser índio”. É nesse ponto que se evidenciam as fissuras do controle social marcado pela violência, onde o discurso normativo é tensionado pela própria exposição de sua violência e inconsistência.

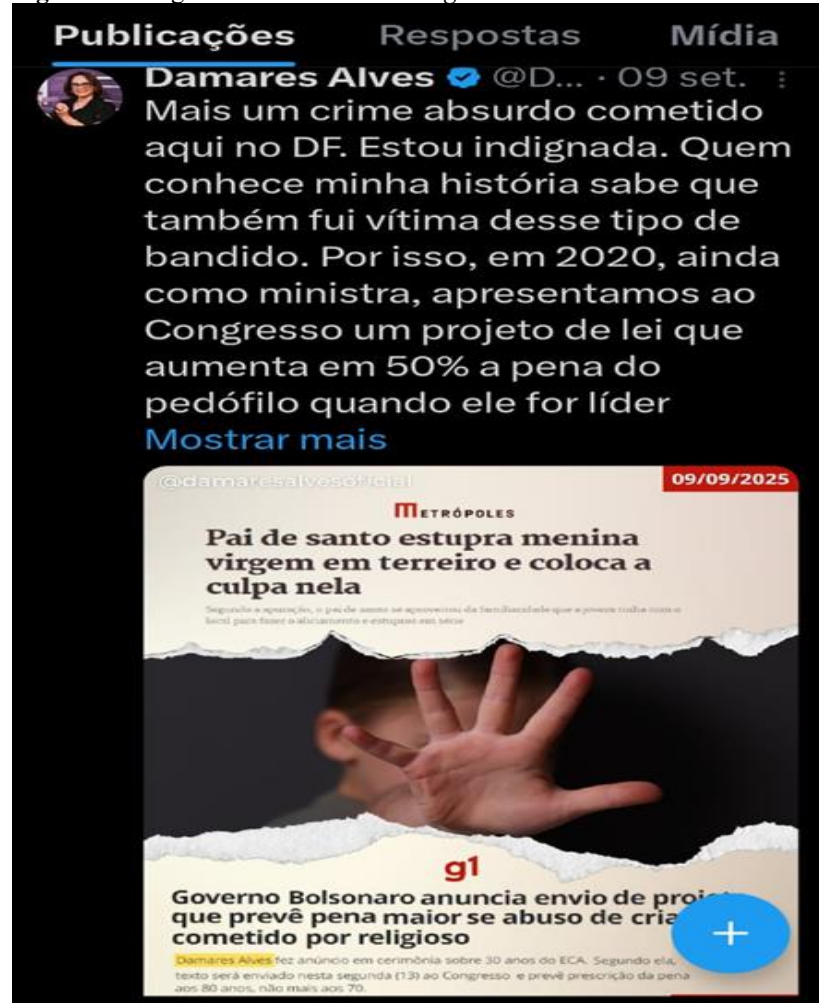
De forma complementar, Lélia Gonzalez (2023) ressalta que a colonialidade do poder e do saber no Brasil se expressa também na tentativa de silenciar corpos que não se

encaixam na matriz eurocristã de gênero e raça. No entanto, como enfatiza a autora, “nas brechas do sistema, a gente se reinventa”: e é justamente nessas brechas digitais que indígenas LGBTQIA + reconstróem narrativas e experiências contemporâneas. As redes, portanto, tornam-se territórios de enunciação decolonial, onde o corpo indígena dissidente desafia tanto o racismo quanto a heteronormatividade, denunciando o caráter colonial das violências discursivas e propondo outras epistemologias de existência.

Neste *post*, da figura 20, *print screen* página do dia 09 setembro de 2022, presente na página do *Instagram* de Damares Alves, podemos observar a atuação contemporânea do dispositivo da sexualidade, e as reatualizações do discurso moral-religioso que sustentam a lógica das *fake news* do “kit gay”, em suas múltiplas camadas discursivas, dentro da chave das implicações políticas e culturais. Ao associar a figura do “pai de santo” a um crime sexual, como a pedófilia, o enunciado produz uma equivalência simbólica entre religiosidade afro-brasileira e perversão sexual, reativa-se o mesmo regime discursivo que sustenta as *fake news* do kit gay: o da infância em perigo e da sexualidade, aqui, se desloca para novas arenas, mas conserva sua função colonial de ordenar corpos e práticas sob o olhar da moral cristã. Essa atualização revela a persistência da colonialidade do poder (Quijano, 2025), que racializa e hierarquiza religiões e afetos, e permite compreender como o discurso político se estrutura na fusão entre fé e Estado, operando pela criminalização de outro racializado e pela legitimação de políticas autoritárias sob o signo da “proteção”. O dispositivo de sexualidade se desloca - do “kit gay nas escolas” para o “abuso em terreiros”, mas continua operando na produção de inimigos morais e legitimação de políticas de controle.

Segundo Quijano (2025), a colonialidade organiza o poder através da naturalização de hierarquias raciais, epistêmicas e morais, ao selecionar o caso de um pai de santo (e não, por exemplo, um padre ou pastor), o discurso reforça o regime colonial de saber, no qual religiões afrodescendentes são inferiorizadas e criminalizadas. Essa é uma atualização do ser e do saber: o corpo negro e a religiosidade africana seguem sendo produzidos como o “outro” perigoso. Neste mesmo discurso, podemos reconhecer a expressão de uma governamentalidade cristã, onde o estado moraliza o corpo, o desejo e os afetos, inscrevendo o poder religioso dentro da gestão política da população.

Figura 20 - Página de Damares no *Instagram* - *Post*: 09 setembro de 2022



Fonte: *printscreen* – captura de tela, 5 outubro. 2025

A interseccionalidade evidencia que determinados corpos, sempre são os alvos, são eles: os indígenas, as crianças, os negros e negras, os pobres, as mulheres, os judeus, os ciganos, os mulçumanos, os lgbtqiapn+ e pessoas periféricas, não são reconhecidos como inocentes a serem protegidos, mas como ameaça ou corpos já sexualizados. O discurso das *fake news* sobre o “kit gay” reforça uma política seletiva de proteção: protege-se o corpo da “criança idealizada”, branca, heteronormativa e cristã, enquanto outras continuam expostas à violência policial, à fome, à exploração sexual e ao racismo estrutural.

Nesse sentido, como aponta Lélia González (2023), pensar o Brasil implica reconhecer a centralidade do racismo e da experiência das mulheres negras e ameríndias na produção social. O “kit gay”, compreendido como um dispositivo de colonialidade moral, atua no policiamento da sexualidade para assegurar garantir a hegemonia da família patriarcal branca e cristã. As mulheres negras e indígenas, historicamente representadas como hipersexualizadas ou moralmente desviantes, são excluídas tanto do imaginário na “infância inocente” quanto das

políticas públicas de educação sexual, tornando-se mais vulneráveis à crimes de pedofilia, misoginia e LGBTfobia (Ferreira; Anderson; Alencar; 2025).

Além disso, a criminalização de professores que abordam gênero e sexualidade atinge com maior severidade as mulheres negras na docência, já submetidas à precarização do trabalho e ao racismo institucional. A retórica da proteção infantil, portanto, revela-se seletiva e racializada, funcionando como instrumento de manutenção de privilégios de classe, raça, gênero e religião.

Essa dinâmica encerra o ciclo das estratégias de controle social observáveis nos discursos analisados e abre caminho para refletirmos sobre as implicações políticas e culturais desse processo no contexto brasileiro contemporâneo. Essas dinâmicas revelam como os significantes vazios e as estratégias de controle social operam na manutenção das hierarquias de poder e na legitimação de discursos moralizantes. A partir delas, é possível compreender as implicações políticas e culturais que essas narrativas produzem no contexto brasileiro.

3.3 Implicações Políticas e Culturais no Contexto Brasileiro

Neste subtópico, a reciclagem dos discursos de ódio, da guerra e da mentira (cinismo) nas redes sociais evidencia que as estratégias de controle social não se encerram com a exclusão de postagens ou perfis. Pelo contrário, elas se adaptam, usam *frames* novos nos *posts*, sendo rearticuladas em novas narrativas que reafirmam hierarquias raciais, de gênero e religiosas, ao mesmo tempo em que mascaram sua continuidade histórica sob aparente novidade.

As manifestações de 2025, centradas nas pautas de anistia e punição de agentes políticos e militares envolvidos em tentativas de golpe de Estado, reativam dinâmicas discursivas já presentes nas *fake news* do “kit gay”. Nas redes sociais, observou-se a emergência de novas campanhas e *frames* nas redes sociais moralizantes, de base religiosa e militarista, que associam justiça à perseguição, e responsabilização política por “ataque à fé” ou “ameaça à família”.

As implicações políticas e culturais observadas nos *posts* das lideranças religiosas e políticas analisadas, entre elas Silas Malafaia, Damares Alves e Michele Bolsonaro, revelam que o discurso digital se tornou um campo de disputa simbólica e moral no Brasil contemporâneo. Seguindo Mariza Peirano (2002), compreende-se a política como prática simbólica situada e ritualizada, em que gestos, palavras e imagens produzem o sentido do poder.

Assim, as postagens que evocam marchas “pela liberdade” ou clamam por “anistia geral” não são simples manifestações de opinião: são rituais de reafirmação da autoridade moral e da pureza da nação, nos quais fé e política se entrelaçam.



Fonte: *printscreen* – captura de tela, 03 outubro. 2025.



Fonte: *printscreen* – captura de tela, 03 outubro. 2025

Os dados coletados mostram que os significantes mobilizados nas campanhas de 2018, “família”, “Deus”, “criança” e “liberdade”, são reciclados em novos contextos como a condenação de Jair Bolsonaro e a preparação para as eleições de 2026. Essa atualização

confirma que os discursos de ódio e de guerra cultural não cessam com o fim de um ciclo político; ao contrário, adaptam-se, mantendo vivos os dispositivos coloniais de poder

A partir de Aníbal Quijano (2005), compreende-se que essa retórica produz uma colonialidade moral que reitera hierarquias raciais, sexuais e epistêmicas . O apelo à “nação cristã” e à “liberdade de opinião” reatualiza o mesmo eixo civilizatório eurocristã denunciado por Lélia Gonzalez (2020): um sistema que exclui e inferioriza corpos negros, indígenas e dissidentes. Nas redes, o espaço público torna-se novamente um território de exclusão moral, no qual a branquitude e a heteronormatividade ocupam o centro legítimo da nação.

Conforme Avtar Brah (2006), as redes sociais operam como espaços de fronteiras, no quais pertencimento e exclusão são continuamente negociados. As postagens analisadas demonstram que o pertencimento é definido não por cidadania, mas por identificação moral religiosa. Trata-se de uma comunidade afetiva sustentada pelo medo e pela pureza, em que a violência simbólica é travestida de devoção e amor à pátria. Assim, as plataformas digitais funcionam como arenas de guerra cultural, nas quais o discurso da fé se funde ao da violência simbólica, legitimando afetos políticos de ódio e medo.

Essas práticas configuram rituais políticos digitais nos quais o religioso e o político se fundem em performances de controle social e subjetivação. O digital, assim, não apenas reproduz a colonialidade do poder, mas também reencena seus mitos fundadores. Ao mesmo tempo, é nesse terreno conflitivo que emergem novas formas de reexistência, que serão examinadas no capítulo seguinte, *Fake news do kit gay: Performatividade, Poder e Controle Social*, a partir das dimensões performativas e afetivas da linguagem.

Diante desse cenário, compreender a circulação e transformação dos discursos de ódio, guerra e mentira nas redes implica reconhecer o entrelaçamento entre colonialidade, capitalismo e tecnopolíticas. Tal análise permite evidenciar como o campo digital brasileiro se torna um espelho amplificado das disputas históricas entre poder e resistência, fé e ciência, silêncio e visibilidade.

4 *FAKE NEWS* DO KIT GAY: PERFORMATIVIDADE, PODER E CONTROLE SOCIAL

Este capítulo apresenta a análise dos dados produzidos durante a observação etnográfica realizada nas plataformas *X* e *Instagram*. Após a exposição do arcabouço teórico e da metodologia nos capítulos anteriores, o objetivo aqui é examinar como as *fakes news* associadas ao “kit gay” operam como dispositivos de poder, performam identidades e modulam afetos no território digital. A análise está organizada em três eixos: a performatividade dessas narrativas, os regimes de verdade que sustentam sua circulação e os perfis que compõem o ecossistema de engajamento.

Em vez de retomar a fundamentação teórica já apresentada anteriormente, o foco recai sobre os modos como esses discursos operam no cotidiano das redes digitais, configurando padrões de interação, modos de subjetivação e reatualização do poder patriarcal e colonial. Busca-se compreender como essas narrativas não apenas circulam, mas adquirem força performativa, ativam regimes de verdade e organizam as alianças políticas ancoradas em discursos de ódio e projetos moralizantes de nação.

Na primeira seção, observa-se que os conteúdos relacionados ao “kit gay” funcionam como atos performativos que reiteram e reforçam normas de gênero e sexualidade. As *fakes news*, comumente acompanhadas por imagens manipuladas e apelos religiosos, não apenas informam: elas produzem sujeitos, reforçam hierarquias normativas e geram feitos políticos tangíveis. Os elementos emocionais e sensacionalistas mobilizados por essas publicações de pânico moral, especialmente por meio da retórica da infância em perigo, como operador central na manutenção da heteronormatividade (entendida aqui como prática universalista a partir dos encontros coloniais entre sociedades europeias, americanas, africanas e asiáticas). Tais mecanismos reforçam percepções morais sobre a família, sexualidade e risco social. A performatividade observada nos dados não é aleatória: ela opera como instrumento de estabilização discursiva no qual sujeitos dissidentes são posicionados como abjeto e a diferença é construída como ameaça.

A segunda seção aprofunda a compreensão sobre como essas *fake news* se constituem como regimes de verdade para determinados grupos. Com base em Foucault (2023) e Quijano (2005), analisa-se de que forma a colonialidade do poder se expressa nas práticas contemporâneas de subjetivação, especialmente nas práticas discursivas que legitimam a exclusão, censura e silenciamento de corpos e saberes dissidentes. O ambiente digital, embora amplie a circulação de vozes, funciona simultaneamente como extensão dos dispositivos

modernos de governo da vida, reforçando epistemologias hegemônicas. Os sujeitos que reproduzem e defendem essas narrativas se percebem como guardiões da moral pública, fundamentando suas ações em valores religiosos, nacionalistas e conservadores para justificar ataques a políticas públicas, discursos científicos e conteúdos educacionais.

A visualidade exacerbada, o uso estratégico de imagens de crianças, símbolos religiosos e nacionais, bem como o uso sistemático de uma linguagem alarmista, operam como gatilhos afetivos. A lógica algorítmica das plataformas intensifica a circulação desses conteúdos, favorecendo uma gramática de comoção que alimenta o circuito da desinformação. Esse ecossistema configura um campo de disputa simbólica no qual o “kit gay” funciona como um significante flutuante, apropriado para a consolidação de posições políticas reacionárias e para a disciplinarização de corpos, afetos e práticas sociais divergentes.

A análise realizada neste capítulo evidencia que as *fake news* associadas ao “kit gay” operam como vetores centrais de uma guerra cultural em curso no Brasil contemporâneo. Ao disputar sentidos sobre verdade, infância, escola, família e sexualidade, essas narrativas ultrapassam o campo de desinformação e configuram dispositivos complexos de controle social. Elas produzem efeitos políticos, moldam percepções coletivas e atualizam regimes de normalização que atuam sobre corpos, afetos e subjetividades.

Ao dialogar com diferentes matrizes epistemológicas, de Foucault (2023) e Quijano (2005) à antropologia crítica das resistências, a análise permitiu identificar engrenagens de poder que sustentam essas narrativas e garantem sua continuidade e circulação nas plataformas digitais. Ao mesmo tempo, tornou-se possível observar fissuras nesse processo: espaços nos quais emergem resistências, contra-discursos e práticas de agência que tensionam ou desestabilizam o campo hegemônico. Assim, este capítulo demonstra que a circulação das *fake news* do “kit gay” não pode ser compreendida apenas como fenômeno informacional, mas como operação política que articula afetos, algoritmos, moralidades e projetos de sociedade, reorganizando fronteiras normativas e disputas sobre quem deve, ou não, ter o direito de existir, aparecer e falar no espaço público.

4.1 *Fake News* e Performatividade nas Redes Sociais

A observação netnográfica realizada nas plataformas *X*, *Instagram* e *internet* evidenciam que os conteúdos relacionados ao “kit gay” operam como atos performativos que atualizam regimes de moralidade e controle sexual no espaço digital. A circulação destas

narrativas não se limita ao compartilhamento de informações falsas: ela convoca afetos, produz sujeitos e mobiliza discursos políticos.

Um exemplo significativo dessa performatividade pode ser observado na seguinte postagem realizada no X pelo então ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, em 03 de setembro de 2019:

AGU se manifesta sobre quem compete legislar sobre Ideologia de Gênero, sendo competência FEDERAL. Determinei ao @MEC_Comunicação, visando o princípio da proteção integral da CRIANÇA, previsto na Constituição, preparar PL que proíba ideologia de gênero no ensino fundamental.

Figura 29 – Página de Jair Bolsonaro no Instagram.



Fonte: *Printscreen* – captura de tela, 21. Jan. 2025.

Essa publicação recebeu expressivo engajamento (aproximadamente 3,8 mil comentários, 6,7 mil compartilhamentos e 33,5 mil curtidas), demonstrando como a retórica de proteção infantil funciona como catalisadora de mobilização. O apelo à defesa da criança, escrito em caixa alta, opera como gatilho afetivo. Aqui, não se informa: performa-se uma ameaça. A linguagem constrói um inimigo interno e convoca o público a reconhecê-lo e combatê-lo.

Outra postagem analisada reforça esse padrão discursivo: “Nada tenho contra homossexuais, meu problema é como o “**kit gay**” nas escolas para crianças de 5 e 6 anos!” (X, Jair Bolsonaro, 14 nov. 2015).

Figura 30 – Página de Jair Bolsonaro no Instagram.



Fonte: *Printscreen* – captura de tela, 21. Jan. 2025.

Nesse enunciado, o “kit gay” aparece como significante moral condensado: não é descrito, é pressuposto. Sua existência não precisa ser comprovada, pois opera no campo da imaginação social no “Silêncio do social”. A frase funciona como *boundary work*, separando o “bom cidadão” da ameaça sexualizada, produzindo um antagonismo moral que estrutura alianças políticas.

Esses exemplos ilustram um movimento recorrente identificado no campo empírico: **as fake news sobre o “kit gay” não se referem a pessoas LGBT reais**, mas a uma figura fantasiosa e abstrata mobilizada para produzir pânico sexual. A ameaça não é concreta: é construída discursivamente. A materialidade reside no afeto, não no objeto. Como demonstra Foucault (2023), dispositivos de sexualidade produzem tanto enunciações quanto zonas de silêncio. No corpus analisado, a vida cotidiana de pessoas LGBT parece apagada: sua existência é substituída pela ficção do perigo iminente. O medo torna-se tecnologia de governo, bem como a indignação, uma forma de participação política.

A análise evidencia ainda que essas publicações operam por meio de elementos visuais e simbólicos recorrentes, como imagens de crianças, bandeiras nacionais, textos em caixa alta e linguagem moralizante. Tais signos orientam interpretações e guiam afetos, reforçando uma estética de vigilância moral.

Seguindo Butler (2023), a performatividade aqui não é apenas enunciação, mas repetição ritualizada de normas. O que se repete não é o fato, mas a ameaça. A norma heterossexual reaparece como natural e necessária, enquanto o dissenso é construído como perigo. A performatividade da *fake news* produz subjetividades e regula pertencimentos. Assim, o “kit gay” não se apresenta como conteúdo estável, mas como objeto etnográfico distribuído. Ele circula entre *hashtags* (#ideologiadegênero, #protejaseusfilhos), *memes*, vídeos, comentários, reportagens religiosas e discursos parlamentares. Seguindo Hine (2020), o campo não foi delimitado territorialmente, mas pela circulação do objeto, permitindo observar como o enunciado atravessa fronteiras *on/offline* e se converte em política pública, projeto eleitoral e moralidade cotidiana.

Essa circulação é impulsionada pelas infraestruturas técnicas das plataformas, que favorecem conteúdos emocionalmente marcados. A viralização, portanto, não é aleatória, mas estruturada por uma lógica algorítmica sensível ao medo e ao conflito. Termos como “kit gay” são ativados periodicamente conforme calendários eleitorais, crises políticas e disputas morais.

Em síntese, a análise indica que a *fake news* sobre o “kit gay” opera menos como transmissão de um conteúdo falso e mais como mecanismo de produção de regimes de gênero e sexualidade no espaço digital. Sua força está na performatividade, na capacidade de afetar,

mobilizar e produzir certezas, e não apenas circulam discursos, mas também se fabricam sensibilidades, pertencimentos e fronteiras morais. É a partir desse campo de tensões, entre o medo, proteção da infância, moralidade e controle, que se torna possível avançar para a investigação sobre como essas narrativas constroem verdades, configuram sujeitos e ativam formas específicas de poder. Estamos diante de uma ecologia discursiva que produz efeitos, e eles são políticos.

4.2 Produções de Verdade, Subjetivação e Poder

A partir da perspectiva foucaultiana, a circulação das *fake news* sobre o “kit gay” não opera prioritariamente pelo conteúdo da afirmação, mas por sua capacidade de se estabilizar enquanto verdade *partilhada*. A lógica que sustenta sua reprodução não é casual, mas performativa: ela age produzindo efeitos, modelando percepções, afetos e condutas no espaço digital. Nesse sentido, como afirma Foucault (2023), o regime de verdade não é aquilo que se corresponde ao real, mas aquilo que tem *poder de funcionar como verdade*.

Durante o trabalho etnográfico nas plataformas *X* e *Instagram* e na *internet*, tornou-se evidente que a repetição atua como tecnologia de validação. Quanto mais um conteúdo circula, mais verdadeiro se torna. A postagem abaixo, publicada por uma figura pública com grande capital político, sintetiza esse mecanismo.



Ao compartilhar um trecho do vídeo descontextualizado, atribuindo-o ao suposto “material oficial” do Ministério da Educação, o enunciador não busca provar. Ele convoca,

ativa e reafirma um campo de disputa moral. A pergunta final, “*E aí, somos homofóbicos?*”, não abre espaço para reposicionamento discursivo: desloca o foco de *fake news* para sua crítica, convertendo quem a contesta em inimigo moral. Esse é um modo de subjetivação: *assumir-se vítima para justificar a produção do ataque*.

Esse tipo de discurso reforça o que Quijano (2005) chama de *Colonialidade do Poder*: um sistema global que naturaliza hierarquias e produz epistemes dominantes, classificando corpos, saberes e forma de vida como legítima ou desviantes. A observação etnográfica mostrou que usuários que compartilham esse conteúdo não se apresentam como disseminadores de informação falsa, mas como *guardiões da moral nacional*, defensores da inocência infantil e da integridade da família. Nesse mecanismo, identidades dissidentes, especialmente corpos LGBTQIA+, são reinscritas na posição do perigo, da ameaça moral, *do outro que deve ser controlado*.

A circulação intensiva desse material faz com que a mentira deixe de depender da fonte e passe a depender da densidade afetiva da circulação. Como sugere Byung-Chul Han (2022), trata-se de uma forma de psicopolítica em que o poder não opera mais pela disciplina direta, mas pela captura emocional, pelo engajamento, pela sensação de pertencimento. A verdade, assim, é aquilo que mobiliza, não aquilo que corresponde ao real.

Além disso, a estrutura algorítmica reforça essas narrativas. Meus registros de pesquisa de campo indicam práticas como (*shadow banning*)⁴⁵ sobre conteúdos dissidentes, enquanto materiais alinhados ao discurso moralizante recebem ampla circulação, não apenas orgânica, mas também impulsionada por padrões de engajamento afetivo baseados em indignação, medo e pânico sexual. Isso reforça a pergunta etnográfica fundamental: quem tem o direito de aparecer? Quem tem o direito de falar?

Nesse cenário, o “kit gay” não se comporta como notícia, mas como dispositivo. Ele articula atores humanos (políticos, influenciadores, militâncias conservadoras) e não humanos (algoritmos, *hashtags*, vídeos editados, imagens de livro inexistentes, plataformas digitais), configurando uma rede híbrida que produz efeitos concretos no mundo social. Seu funcionamento político: *estar contra o “kit gay” torna-se identidade*.

⁴⁵ *shadowbanning* - banimento fantasma, em tradução livre - é uma restrição silenciosa, um bloqueio que é imposto por plataformas (como Instagram, TikTok, Twitter/X) que reduz o alcance e a visibilidade das postagens ou do perfil de um usuário sem que ele seja explicitamente bloqueado ou notificado. SEBRAE. *O que é shadowbanning e como não cair nesse problema*, 22 set. 2022. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-que-e-shadowban-e-como-nao-cair-nesse-problema,5533ee9c14733810VgnVCM100000d701210aRCRD>. Acesso em: 02 nov. 2025.

O que se vê é um projeto global de administração moral da sexualidade alinhado a um padrão de poder internacional que reinscreve a heterossexualidade como norma e a diferença uma ameaça. A circulação dessa *fake news* participa da produção de uma intersubjetividade contemporânea marcada por: medo organizado; hostilidade moralizada; vigilância horizontal; rejeição à pluralidade; espiritualização da sexualidade como campo de batalha.

Assim, o que está em jogo não é a veracidade de um material inexistente, mas a construção de um modo de ser no mundo: um sujeito que percebe a diversidade sexual como perigo, que se sente autorizado a vigiar e controlar, que interpreta políticas públicas inclusivas como ataque ao núcleo moral da nação. É um sujeito que assume uma identidade real. Se a colonialidade do poder produz classificações, essa *fake news* produz *afetos coloniais*, medo, repulsa, indignação, que naturalizam hierarquias e autorizam violências. Entretanto, esse mesmo campo digital também produz resistências, disputas narrativas, denúncias e iniciativas de responsabilização. A existência dessas contraposições indica que o regime de verdade não é total, mas permanece no campo de luta.

Se, por um lado, a circulação do “kit gay” mostra como regimes de verdade se estabilizam por meio de afetos conservadores e algoritmos de amplificação, por outro, a etnografia revela que essa ordem discursiva não opera sem resistência. Iniciativas como o coletivo “*Sleeping Giants, Fakeing News: Fraudulent news and the fight for truth, Global Council to Build Trust in Media Desinformation Index (GDI), Journalism Trust Iniciativa*”⁴⁶, entre outras” (Segurado, 202, p.105), por exemplo, emergem como formas contemporâneas de contra-conduta, no sentido foucaultiano, ao identificar, monitorar e publicizar empresas que financiam, por meio de anúncios automáticos, plataformas associadas à desinformação. Em uma das postagens observadas, o perfil convoca marcas a se posicionarem: “*Sua empresa sabe que está financiando discurso de ódio?*”⁴⁷ A pergunta, assim como no *post* analisado anteriormente, não pretende obter respostas; ela funciona como um ato performativo de interpelação ética.

Ao acionar a lógica da responsabilização pública (*public shaming*), o *Sleeping Giants* desloca o eixo do debate da moralidade sexual para a esfera econômica e institucional, revelando que a desinformação não é um fenômeno espontâneo, mas um ecossistema sustentado

⁴⁶ “Gigantes Adormecidos, Notícias Falsas: Notícias fraudulentas e a luta pela verdade, Índice de Desinformação do Conselho Global para Construir Confiança na Mídia (GDI), Iniciativa de Confiança no Jornalismo.”(Segurado, 2021, tradução nossa).

⁴⁷ SLEEPING GIANTS BRASIL. *Quem somos- descubra como combatemos fake news*. Homepage. São Paulo: Sleeping Giants Brasil. [s.d.]. Disponível em: <https://sleepinggiantsbrazil.com/>. Acesso em: 1. Dez, 2025.

por fluxos financeiros, interesses políticos e infraestrutura técnica. A investigação de campo sugere que tais ações produzem efeitos concretos: após campanhas direcionadas, algumas empresas suspendem seus anúncios, resultando na redução temporária do alcance de determinados *sites*, o que indica que, no ambiente digital, o poder não circula apenas pelo discurso verbal, mas também pelo controle dos mecanismos de visibilidade e monetização.

Estas práticas desfazem a ideia de um espaço digital homogêneo ou inevitavelmente dominado pelo conservadorismo moral. Elas evidenciam que os regimes de verdade são inevitáveis, contestáveis e permanentemente negociados. Nesse sentido, o *Sleeping Giants* não apenas confronta *fake news*: ele desnaturaliza a economia política da desinformação e explicita que a circulação do ódio e do pânico moral depende de sustentação material, tecnológica e institucional, e não apenas do desejo individual de acreditar.

Assim, o campo analisado mostra que a disputa não é apenas sobre o que é verdadeiro, mas sobre quem tem legitimidade para produzir verdade e quais vidas são autorizadas a existir no espaço público digital. É nesse terreno de tensões e disputas que o próximo tópico se insere, aprofundando a relação entre produção de verdades, subjetivação e poder a partir das dinâmicas de interação e engajamento observadas.

4.3 Padrões de Interação e Perfis de Usuários com Maior Engajamento

Neste subtópico, acompanharemos a observação netnográfica, nas plataformas *X* e *Instagram*, que evidencia a circulação da *fake news* do “kit gay”, sustentada por um conjunto heterogêneo de atores, mas atravessado por padrões claros de moralidade, afetos e posição social. Não se trata de um grupo aleatório: são sujeitos que, embora distintos, compartilham uma gramática comum de termos moral, defesa da infância e performatividade conservadora.

No campo analisado emergem, de modo recorrente, três tipos de perfis com maior engajamento:

1. Lideranças religiosas neopentecostais, frequentemente associadas à bancada BBB;
2. Influenciadores de extrema direita, com uso sistemático de desinformação como estratégia política;
3. Usuários comuns que se apresentam como “pais protetores da família brasileira”, mobilizando narrativas de cuidado às minorias, medo e sacralização da infância.

Esses grupos articulam marcadores de classe, gênero e raça que lhe conferem autoridade moral para disciplinar o debate público sobre sexualidade. A predominância de

sujeitos associados à branquitude e à classe média conservadora opera como elemento central na produção de “verdades morais” sobre gênero e sexualidade, ressoando o que Quijano (2005) denomina colonialidade do poder, um padrão mundial de dominação que naturaliza hierarquias e distribui visibilidades e silêncios.

A circulação dessas narrativas não se limita a usuários anônimos. Atores políticos de grande alcance também acionam o “kit gay” como operador discursivo. Em agosto e outubro de 2022, por exemplo, o então candidato Jair Messias Bolsonaro publicou no X afirmações que retomavam, sem provas, a associação entre partidos de esquerda e a “ideologia de gênero”.



Esses *posts*, observados no fluxo de campo, não apenas reproduzem a lógica da *fake news*: eles ativam afetos coletivos, especialmente medo, indignação e sentimento de vigilância moral. A escolha de símbolos nacionais (a bandeira nacional), referências religiosas e convocações à defesa da infância produz um ambiente afetivo propício ao pânico moral, permitindo que a *fake news* circule com forte densidade emocional, mais do que factual.

Os comentários, compartilhamentos e *hashtags* associadas a esses conteúdos configuram o que se pode chamar de uma economia afetiva, na qual o medo, a urgência e a

comoção são mobilizadas para legitimar exclusões. As imagens de crianças, cruzes, bandeiras e frases alarmistas operam com gatilhos afetivos que produzem cliques, curtidas, atenção e engajamento: não se trata de informar, mas de regular os afetos e modelar condutas. Aqui, o dispositivo não está apenas “no conteúdo”, mas no modo como circula, nas relações que estabelece e nos efeitos de verdade que produz, a partir da repetição massiva e do acoplamento com tecnologias como os algoritmos, a engenharia das redes, *bots* e sistemas de recomendação.

Nos *posts* analisados, especialmente aqueles publicados por figuras políticas de grande alcance, como o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, é possível identificar uma comunidade interpretativa homogênea, altamente mobilizada por afetos morais, convicções religiosas e percepções de ameaça aos valores tradicionais.

Um exemplo aparece nos comentários do post “MINHA COR é o Brasil”, observa-se um padrão de engajamento no qual os usuários formam aquilo que Butler denomina uma assembleia que, mesmo mediada digitalmente, “produz o caráter público do espaço” (Butler, 2019). Os comentários: “nossa cor é verde e amarela”, “mito”, “te amo sonaro”, reiteram uma identidade nacional homogênea, branca, cristã e moralmente superior, definindo os contornos de quem pertence ao “nós” da comunidade bolsonarista.

Tal performance coletiva opera por exclusão: minorias raciais, sexuais e de gênero são expelidas simbolicamente desse “nós”, reforçando desigualdades que Butler (2019) descreve quando afirma que “a condição de precariedade é diferencialmente distribuída”. Assim, os perfis com maior engajamento são aqueles que não apenas apoiam o conteúdo, mas que tornam certas vidas menos vivíveis, ecoando a crítica de Butler (2019) à instrumentalização de identidades para negar a precariedade de outras populações. Esses comentários funcionam como rituais de validação, reforçando a coesão do grupo e seu alinhamento ideológico.

No *post* do dia 07 de outubro de 2022 em que Bolsonaro critica Lula relacionando temas como aborto, drogas e religião, o padrão se repete: os comentários mais engajados reforçam a narrativa anticorrupção e mobilizam medos morais de forma explícita. Um seguidor escreve: “sou completamente a favor do seu governo, mas[...] vi agora que mesmo sem o PT ganhar está existindo dentro dos colégios banheiros unissex, e outras frustradas do tipo...”.

Esse tipo de intervenção é emblemático pois demonstra como os usuários internalizam e atualizam elementos do repertório desinformativo, como a ideia de “banheiro unissex”, “ideologia de gênero” ou “frustradas” que ameaçariam crianças e escolas. Esses conteúdos emergem como extensões discursivas da própria *fake news* do “kit gay”, reativando constantemente o imaginário de risco sexual, moral e pedagógico.

Figura 33 – Página de Jair Bolsonaro no *Instagram*



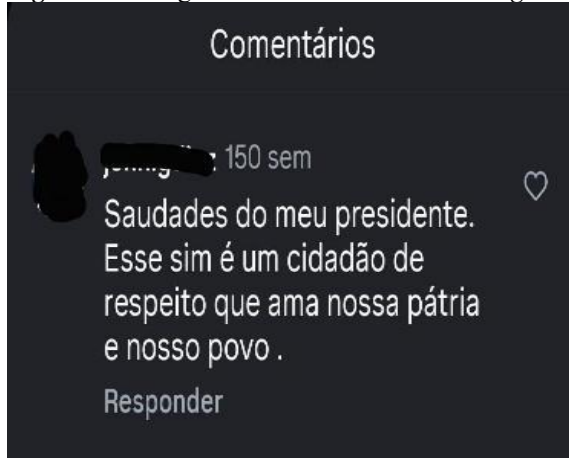
Fonte: *printscreen* – captura de tela no *Instagram* (Jair Messias Bolsonaro, 9, Janeiro.2023), 22. Nov. 2025.

Figura 34 – Página de Jair Bolsonaro no *Instagram*



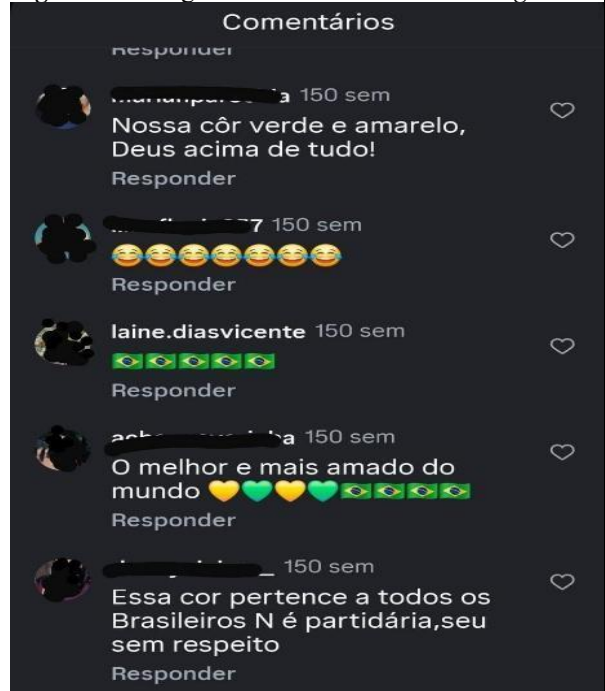
Fonte: *printscreen* – captura de tela no *Instagram* (Jair Messias Bolsonaro, 9, Janeiro.2023), 22. Nov. 2025.

Figura 35 – Página de Jair Bolsonaro no *Instagram*

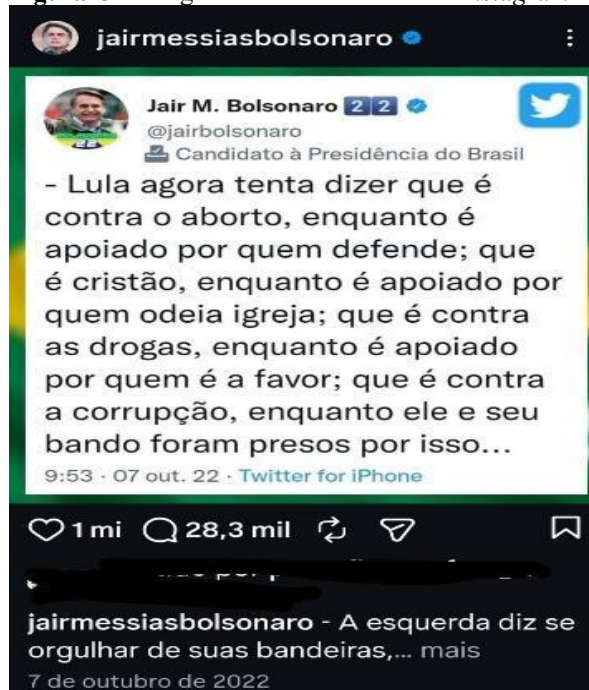


Fonte: *printscreen* – captura de tela no *Instagram* (Jair Messias Bolsonaro, 9, Janeiro.2023), 22. Nov. 2025.

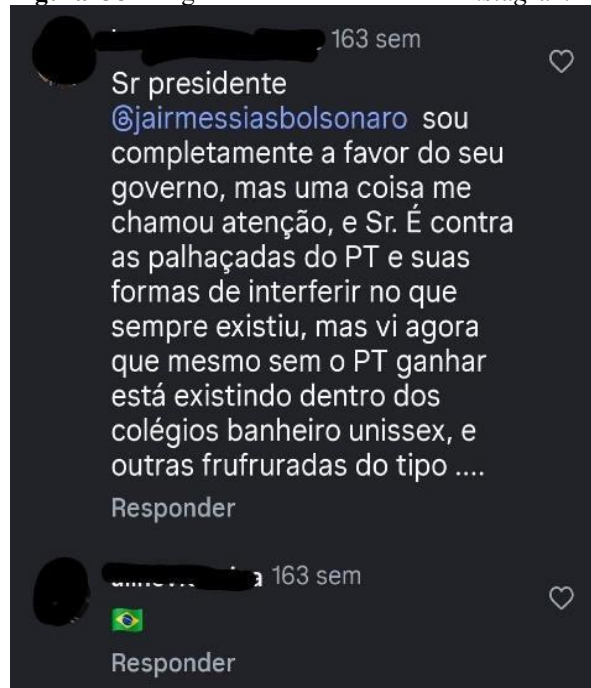
Figura 36 – Página de Jair Bolsonaro no *Instagram*



Fonte: *printscreen* – captura de tela no *Instagram* (Jair Messias Bolsonaro, 9, Janeiro.2023), 22. Nov. 2025.

Figura 37 – Página de Jair Bolsonaro no *Instagram*

Fonte: *printscreen* – captura de tela no *Instagram* (Jair Messias Bolsonaro, 9, Janeiro.2023), 22. Nov. 2025.

Figura 38 – Página de Jair Bolsonaro no *Instagram*

Fonte: *printscreen* – captura de tela no *Instagram* (Jair Messias Bolsonaro, 9, Janeiro.2023), 22. Nov. 2025.

É importante destacar que a análise dos comentários em publicações de Jair Bolsonaro não significa que esta pesquisa se restringe à sua rede digital. O recorte inclui diferentes ambientes da plataforma *X* e do *Instagram*, com especial atenção a espaços nos quais a *fake news* do “kit gay” apresenta maior circulação e repercussão. A escolha de *posts* deste ator político decorre de sua centralidade como amplificador de conteúdos desinformativos nas eleições de 2018 e 2022, funcionando como um ponto estratégico para observar padrões discursivos mais amplos. Assim, Bolsonaro não é o objeto da pesquisa, mas parte de um ecossistema maior no qual a desinformação sobre gênero e sexualidade se mobiliza, se intensifica e ganha legitimidade entre grupos específicos de usuários.

Esse ecossistema discursivo produz subjetividades específicas. Muitos usuários se posicionam como “vigilantes da moral pública”, uma identidade que surge reiteradamente nas interações observadas. Eles patrulham perfis, denunciam professores, produzem alertas e convocam cruzadas morais para “defender as crianças”. Há uma forte dimensão de vigilância horizontal, pessoas policiando umas às outras, que remete à análise foucaultiana sobre tecnologias de poder: são práticas que disciplinam a circulação de saberes sobre sexualidade, classificando corpos dissidentes como perigosos, abjetos ou moralmente suspeitos.

Essas subjetividades moralizantes se tornam possível porque encontram respaldo nas plataformas, que, através de seus algoritmos, ampliam conteúdos com forte carga emocional

e reduzem a visibilidade de discursos dissidentes, o *shawdonban* sobre perfis de minorias sociais observado no campo é um exemplo disso. No território digital, essas interações reiteram padrões coloniais de gênero e sexualidade: reafirmam a heteronormatividade como ordem natural; racializa a ideia de “proteção da infância”; e reforçam epistemologias que concebem a escola pública como espaço ameaçado por “ideologias”.

Assim, a *fake news* do “kit gay” não é apenas uma peça de desinformação, mas uma tecnologia política, que atualiza sensibilidades coloniais no século XXI. Produz uma intersubjetividade baseada em medo organizado, percepção do outro como ameaça e necessidade permanente de defesa da nação, o que aproxima esse fenômeno da psicopolítica digital escrita por Byung-Chul Han (2022).

Os perfis de maior engajamento não atuam isoladamente; eles compõem um ecossistema híbrido formado por: atores humanos (usuários, influenciadores, políticos, etc.); artefatos técnicos (algoritmos, *hashtags*, *bots*); plataformas (*X*, *Instagram*); afetos (medo, indignação, moralização) e valores (religiosos, nacionalistas, conservador). A *fake news* ganha força porque emerge dessa rede distribuída. Sua agência é coletiva e relacional, e a performatividade do discurso só se efetiva quando atravessa tecnologias, afetos e estruturas políticas.

A partir desses achados, podemos afirmar que esses perfis de engajamento não apenas difundem uma mentira, mas atuam como atores cede produção e manutenção de um regime de verdade, no qual a desinformação opera como dispositivo disciplinador dos corpos dissidentes. Esses elementos reorganizam a vida social nas plataformas e moldam subjetividades, inaugurando novas formas de disputa moral no campo da cultura digital. Assim, as reflexões aqui construídas preparam o terreno para a conclusão deste trabalho, onde se retornam os objetivos propostos, os resultados alcançados e as implicações críticas dessa análise para o debate contemporâneo sobre cultura digital, poder e verdade.

As análises desenvolvidas neste capítulo demonstram que a disseminação das *fake news* do “kit gay” não se limita à circulação de conteúdo falso, mas opera como um dispositivo político capaz de produzir subjetividades, modificar comportamentos e reorganizar alianças ideológicas. Ao articular afetos, tecnologias e valores morais, essas narrativas tornam-se parte estruturante da disputa contemporânea sobre escola, sexualidade, cidadania e Estado. A partir desses resultados, passamos agora às considerações finais, onde retomo os objetivos da pesquisa, apresento as contribuições alcançadas e discuto os desdobramentos possíveis desta investigação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encerrar esta pesquisa é, de certo modo, voltar ao início com outros olhos. O estudo das *fake news* do chamado “kit gay” me levou a percorrer caminhos onde políticas, moralidade, religião e afetos se entrecruzam, moldando vidas, conexões e subjetividades. Nesta seção final, reúno os resultados alcançados, revisito os objetivos que orientam o trabalho e reflito sobre o lugar que essas narrativas ocupam no Brasil, bem como sobre os mundos possíveis que se abrem a partir desta análise.

No capítulo 1, a análise realizada demonstrou que as *Fake News* do “kit gay” constituem um dispositivo discursivo que articula poder, sexualidade e controle social, operando como atualização contemporânea do dispositivo da sexualidade foucaultiano. Sua circulação entre 2018 e 2023 evidenciou o uso estratégico dessas narrativas por grupos conservadores e religiosos para produzir pânicos morais, sobretudo no campo da educação, e reforçar regimes de verdade que regulam corpos e subjetividades. Ao mobilizar afetos, moralidade e valores heteronormativos, tais discursos se consolidam como ferramentas políticas que moldam debates públicos, influenciam decisões legislativas, e atualizam a colonialidade nas práticas de exclusão de corpos dissidentes. Dessa maneira, o capítulo mostrou como a desinformação em território digital se converte em tecnologias de governo, revelando sua centralidade na produção de projetos políticos anti-gênero no Brasil. Tais projetos nos levam a questionamentos sobre a legitimidade e autonomia da nossa democracia.

O segundo capítulo metodológico evidenciou que a combinação entre análise documental e netnográfica constitui um caminho fundamental para compreender a circulação das *fake news* do “kit gay” e seus efeitos discursivos entre 2018 e 2023. A pesquisa assumiu uma perspectiva qualitativa e situada, ancorada em referenciais decoloniais que permitem tensionar epistemologias dominantes e reconhecer a centralidade das vozes subalternizadas nos ambientes digitais. Ao articular autores como Foucault (2017; 2023), Butler (2019; 2023; 2024), Brah (2016), Quijano (2005) e Gonzalez (2020; 2023), o estudo sustentou uma abordagem que entende a produção de discursos como práticas de saber-poder atravessadas por marcadores sociais da diferença, entre eles: gênero, raça, sexualidade e moralidade.

A netnografia, inspirada em Kozinets (2014), Hine (2000), Tom Boellstorff (2008) e nas contribuições da antropologia interpretativa, revelou-se especialmente produtiva para mapear dinâmicas digitais caracterizadas pela mutabilidade do campo, pela disputa simbólica e pela performatividade dos sujeitos. Essa abordagem permitiu observar interações, performances identitárias e estratégias de disseminação das *fake news* (uso de *frames*, símbolos e mensagens,

para alinhar as páginas ao grupo de interesses), compreendendo o ambiente digital como campo político e histórico onde regimes de verdade são continuamente produzidos, negociados e contestados. A análise documental, envolvendo legislações, discursos parlamentares, portais de notícias e publicações em redes sociais, ampliou essa compreensão ao situar as *fake news* do “kit gay” em um cenário de intensas disputas morais e políticas.

O capítulo também evidenciou que a pesquisa na *internet* exige reflexividade, responsabilidade ética e reconhecimento da posicionalidade do pesquisador, especialmente quando se trata de temas sensíveis como sexualidade e gênero. A partir das contribuições de Haraway (2009), Brah (2016) e da antropologia, compreendeu-se que o digital não desmaterializa os corpos, mas intensifica marcadores sociais e desigualdades situadas já existentes no mundo físico. Nesse sentido, a pesquisa reforça que os ambientes virtuais devem ser analisados como territórios culturalmente significativos, nos quais tecnologias, afetos e discursos se entrelaçam para produzir subjetividade e reforçar (ou tensionar) estruturas de poder.

A sistematização metodológica permitiu por meio de uma imersão situada criar uma lente múltipla capaz de identificar padrões de disseminação, significantes recorrentes e estratégias políticas que operam as *fake news* do “kit gay” como dispositivos de sexualidade, dessa forma nos permitiu está entrando em um universo moral, simbólico e político que tem coerência interna. Esses achados fundamentam as análises desenvolvidas nos capítulos seguintes e evidenciam como performatividade, moralidade e regimes de verdade são produzidos e circulam no ambiente digital contemporâneo.

A definição das fontes documentais e dos critérios de seleção mostrou-se decisiva para construir um corpus sensível às disputas políticas que marcaram o período de 2018 a 2023. As postagens coletadas na *internet* no *X* e no *Instagram*, selecionadas pela pertinência temática, engajamento e perfil dos emissores, foram contextualizadas em um cenário político permeado por crises, contradições e disputas morais. A netnografia permitiu observar como essas narrativas se intensificaram em momentos de instabilidade e como mobilizam significantes vazios associados à sexualidade, gênero e proteção da infância.

Os procedimentos de coleta realizados manualmente e orientados por *hashtags* e tendências, evidenciaram que a circulação das *fake news* do “kit gay” se articula a mecanismos algoritmos, assimetrias em fluxos de sentidos. A análise mostrou que agentes políticos, influenciadores, perfis religiosos e mídias digitais desempenham papéis centrais na ativação de pânico morais, reforçando discursos que apelam à moralidade, à defesa da família e ao medo das políticas educacionais. O tratamento ético das postagens e a atenção aos conteúdos sensíveis

permitiram conduzir a pesquisa preservando a integridade dos sujeitos e reconhecendo os efeitos desses discursos sobre corpos generificados e racializados.

Já, a Análise do Discurso, articulada à abordagem netnográfica, revelou-se essencial para compreender como os regimes de verdade se consolidam e como certos enunciados ganham força política nas redes. A partir de Foucault (2017; 2023), Butler (2019; 2023; 2024), Quijano (2004) e Brah (2016), foi possível identificar os processos de subjetivação, controle social e racialização que atravessam a construção e circulação das *fake news* do “kit gay”. Essa articulação metodológica permitiu observar tanto a produção das narrativas quanto suas contra narrativas e formas de resistências, mostrando que o espaço digital opera como arena de disputas simbólicas e como extensão das práticas de poder que configuram o social.

A análise aqui desenvolvida evita os riscos de interpretar a desinformação a partir de esquemas binários que historicamente sustentam racionalidades coloniais. Não se trata de propor leituras baseadas no evolucionismo histórico (como se houvesse sociedades mais ou menos “avançadas”), nem de recorrer a dualismos ontológicos rígidos (verdade/mentira, civilização/barbárie) ou maniqueísmos éticos (bem/mal). Pelo contrário, compreender as *fake news* do “kit gay” como dispositivo implica reconhecer a complexidade relacional que atravessa sujeitos, tecnologias e afetos, sem reduzir os atores analisados a essências fixas ou a estágios de consciência. Esse cuidado teórico-metodológico desloca a análise para um campo em que o foco não está em julgar moralmente os sujeitos a partir daquilo que sabemos ou acreditamos saber a seu respeito, mas em compreender como regimes de verdade são produzidos a partir das diferenças, disputados e incorporados nas práticas cotidianas, evidenciando que tais narrativas operam dentro de uma trama histórica marcada pela colonialidade do poder e pela fabricação de subjetividades no ambiente digital brasileiro. É distinguir analiticamente bem, para entender as alianças que se formam.

A análise desenvolvida no terceiro capítulo permitiu compreender, de maneira sistemática, como a *fake news* do chamado “kit gay” opera como dispositivo de sexualidade no ambiente digital, articulando discursos, afetos e práticas políticas que regulam corpos e produzem fronteiras morais. O mapeamento das narrativas que circulam nas plataformas X e Instagram revelou que esses conteúdos, não apenas mobilizam regimes de verdade, mas constituem sujeitos, alteram percepções públicas e sustentam mecanismos de vigilância moral no contexto político brasileiro entre 2018 e 2023.

Os resultados evidenciam que expressões como ideologias de gênero, doutrinação e destruição da família funcionam como significantes vazios (Laclau, 2013), agregando

distintos setores conservadores e religiosos em torno de uma mesma gramática moralizante. Através desse repertório, diferentes atores políticos, influenciadores, líderes religiosos e usuários comuns, produzem e reiteram narrativas capazes de converter debates complexos sobre educação e direitos humanos em ameaças simbólicas, catalisando pânicos morais amplamente disseminados nos territórios digitais.

A pesquisa também demonstrou que a circulação dessas narrativas é marcada por uma economia afetiva intensa, na qual medo, indignação e repulsa são mobilizados como estratégias de engajamento algoritmos. A netnografia apontou que a performance desses afetos, expressa em comentários, *memes*, imagens distorcidas e *posts* virais, produz efeitos sociais desiguais recaindo sobretudo sobre corpos racializados, femininos, *trans* e periféricos, que emergem como alvos preferenciais da desinformação e da estigmatização, pois encontram-se à margem da sociedade.

Os dados revelam ainda que a volatilidade dos conteúdos, muitos deles apagados ou removidos ao longo do tempo, constitui parte do próprio funcionamento da *internet* das plataformas digitais como espaços de produção e apagamentos discursivos, ou mesmo silenciamentos de corpos dissidentes. Essa dinâmica confirma a leitura foucaultiana de que o dispositivo da sexualidade se reorganiza continuamente, adaptando-se às condições de possibilidades de cada conjuntura política.

Além disso, a pesquisa demonstrou como agentes políticos centrais, especialmente figuras públicas como Jair Messias Bolsonaro, Eduardo Bolsonaro e setores da extrema direita digitais, utilizam as *fake news* do “kit gay” como estratégias de governo e de guerra cultural, instrumentalizando a moralidade sexual para produzir consensos, angariar apoio eleitoral e reforçar fronteiras identitárias, e isto perpassa pela dinâmica da família, na rotina do trabalho, nos deslocamentos pelas redes, até mesmo quando um *post*, vira assunto no almoço *offline*. A experiência *online* é sempre vivida por um corpo. A associação entre infância, ameaça e sexualidade, recorrente nas postagens analisadas, consolidou-se como um elemento estruturante dessa retórica, revelando as múltiplas camadas do SER social, estamos ali interagindo, não tem jeito.

Os resultados também apontam que memes e reconfigurações simbólicas, como a ressignificação da sigla LGBT em chave conservadora, operam como performances de ódio humorístico, que naturalizam exclusões e reforçam coerções ideológicas internas aos grupos que os produzem e compartilham. Tais práticas confirmam o papel das mídias sociais como arenas tecnopolíticas que reproduzem hierarquias coloniais de saber/poder, silenciando e deslegitimando corpos e perspectivas dissidentes, em consonância com a colonialidade do

poder (Quijano, 2005) e com a crítica amefricana (Lélia Gonzalez, 2020; 2023), diante deste poder “situado” no território brasileiro.

Por fim, a análise revelou que a desinformação, longe de ser um simples erro factual, constitui uma tecnologia de poder capaz de produzir subjetividades governáveis, reiterar normatividades heteropatriarcal e alimentar atmosferas de suspeição, vigilância e exclusão. Ao mesmo tempo, identificou-se que, diante dessas ofensivas discursivas, emergem também práticas de resistência e reexistência, articuladas por ativistas e coletivos que disputam sentidos e visibilidades no ambiente digital.

Assim, o conjunto dos dados e interpretações apresentados permite afirmar que a *fake news* do “kit gay” se consolidou como um dos principais eixos estruturantes da política moral contemporânea no Brasil, desempenhando papel decisivo nas disputas eleitorais, nos regimes de verdade sobre gênero e sexualidade e na formação de subjetividades no interior da *internet* e das plataformas digitais, que afetam a vida concreta das pessoas.

O capítulo 4 apresentou que as *fake news* do “kit gay” funcionam como atos performativos que reforçam normas de gênero e sexualidade, produzindo medo moral e deslocando a atenção das desigualdades reais. Essas narrativas operam como regimes de verdade, articulando colonialidade, guerra cultural, e tecnologias digitais que amplificam e naturalizam hierarquias raciais, sexuais e morais. A netnografia evidenciou que lideranças religiosas, agentes conservadores e perfis que se apresentam como “protetores da infância” impulsionam essas mensagens, criando uma economia afetiva baseada no choque e no controle dos corpos dissidentes. Assim, o “kit gay” não é apenas uma mentira, mas um dispositivo de poder que regula subjetividades e sustenta projetos políticos conservadores, resultados que preparam o terreno para a conclusão da pesquisa.

Concluir esta pesquisa é reconhecer que compreender as *fake news* do “kit gay” como dispositivo de sexualidade foi também compreender um pedaço do Brasil, suas tensões, seus medos e a forma como produz sentidos sobre corpos e moralidades. Ao longo do percurso, tornou-se claro que essas narrativas não foram apenas ruídos de campanhas eleitorais, mas expressões de um imaginário social onde disputas políticas, religiosas e afetivas se entrelaçam e moldam profundamente a vida cotidiana. Nesse caminho, pude alcançar o que propus no início: analisar como esses discursos foram produzidos, ativados e ressignificados entre 2018 e 2023.

O primeiro objetivo específico, *identificar a disseminação, os atores e os efeitos dessas fake news para os corpos generificados*, foi alcançado ao revelar como agentes políticos, religiosos, midiáticos se articulam estrategicamente para produzir pânicos morais que recaem

sobretudo sobre corpos dissidentes, LGBTQ+, não conformes ao padrão hegemônico. Vi emergir efeitos concretos: medos, silenciamentos, ataques, tentativas de controle. São marcas que ultrapassam o discurso e tocam vidas reais.

O segundo objetivo, *mapear conteúdo das fake news*, se materializou na sistematização de seus principais elementos simbólicos: símbolos escolares distorcidos, sexualidades inventadas, imagens fabricadas para provocar indignação moral. Esse mapeamento mostrou que essas *fake news* se sustentam em camadas profundas de afetos e crenças, funcionando como mitologias contemporâneas que se repetem, se adaptam e persistem ao circular em plataformas digitais.

O terceiro objetivo, *descrever os grupos sociais produtores dessas fake news a partir de marcadores sociais da diferença*, foi alcançado ao identificar que tais narrativas são mobilizadas sobretudo por grupos situados em posições de poder social: homens brancos, heterossexuais, lideranças religiosas conservadoras, mulheres antifeministas e agentes políticos alinhados a projetos de moralização da vida pública. São grupos que, a partir de seus privilégios, constroem discursos que legitimam fronteiras simbólicas e exclusões. Ao reinscrever desigualdades históricas, esses grupos constroem uma retórica que legitima exclusões e reforça fronteiras morais sobre quem pode existir publicamente e sob quais condições.

Desse modo, o objetivo geral da pesquisa também se cumpriu: analisar a produção de discursos das *fake news* do “kit gay” como dispositivo de sexualidade nas campanhas políticas brasileiras de 2018 a 2023, evidenciando como operam na fabricação de verdades, no governo dos corpos e na manutenção de uma ordem social atravessada por vigilância, medo e disputas culturais. Ao articular antropologia, filosofia e estudos da cultura, estudos de gênero, procurei mostrar que essas narrativas não são apenas ferramentas políticas, mas tecnologias de subjetivação que moldam maneiras de viver, de aparecer e de imaginar o outro no Brasil.

Finalizo este percurso com uma convicção ética: estudar esse fenômeno é também um gesto de cuidado com as vidas afetadas por ele. É reafirmar que nenhuma análise é neutra quando se trata de existências colocadas à margem. E, é com este compromisso que nasce a continuidade dessa pesquisa: aprofundar o diálogo entre antropologia, ciência e política, investigando como regimes de verdade são produzidos e como podem ser transformados para abrir espaço a mundos mais justos, plurais e habitáveis. Que estas páginas, ao serem lidas, carreguem algo dessa intenção: lembrar que por trás de cada dado, discurso ou controvérsia, existem vidas, e são elas que devem permanecer no centro da nossa atenção acadêmica e humana.

Acrescento, por fim, que este trabalho também reafirma a potência das metodologias qualitativas e netnográfica em contexto de intensa circulação digital. Escutar vozes fragmentadas que emergem nas redes, observar seus padrões de repetição e compreender os afetos que sustentam essas narrativas foi essencial para revelar a espessura social das *fake news* do “kit gay”. Esta pesquisa demonstra que é possível, e necessário, produzir conhecimento que una rigor analítico e sensibilidade, teoria e responsabilidade ética, ciência e humanidade. Que este gesto investigativo permaneça como horizonte para a minha trajetória acadêmica e para os caminhos que ainda se abrirão para um doutorado.

REFERÊNCIAS

AMARAL, A; NATAL, G; VIANA, L. Netnografia como aporte metodológico da pesquisa em comunicação digital. **Revista Sessões do Imaginário – Cinema/Cibercultura/Tecnologia da Imagem** – do Programa de Pós Graduação em Comunicação Social(PUCRS), v. 13, n.20, 2008. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/famecos/article/view/4829>. Acesso em:19 fev.2025.

ASCENCIO, Ana F Gomes; CAMPOS, Edilene A. V.de. **Fundamentos de programação de computadores: algoritmos**, Pascal e C/C++. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. 3 ed. Campinas, SP: Papirus, 1994.

BOELLSTORFF, Tom. **Coming of age in second life**: an anthropologist explores the virtually human / Tom Boellstorff. Princeton University. 2008.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 26, p. 329–376, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644745>. Acesso em: 28 maio. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação. Registro taquigráfico do seminário conjunto das Comissões de direitos Humanos e de Educação e Cultura, realizado em 15 maio 2012, às 9h54min. Versão para registro histórico. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2012.85p. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=11&tpReuniaoEvento=Semin%C3%A1rio&dtReuniao=15/05/2012&hrInicio=09:54:00&hrFim=14:20:00&origemDiscurso=&nmLocal=Plen%C3%A1rio%20Principal%20-%20CD&nuSessao=0571/12&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=09:54&sgFaseSessao=&Data=15/05/2012&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=Permanente&dtHoraQuarto=09:54&txEtapa=> . Acesso em: 20 set. 2021.

BRASIL. Senado Federal. Pronunciamento do Senador Magno Malta em 3 abr.2012.Discurso durante a 51ª Sessão Deliberativa Ordinária. Brasília, DF: Senado Federal,2012. Disponível em:<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/pronunciamento/392319> .Acesso em: 23 ago. 2021.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. 24ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.2023.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e políticas de ruas**: notas para uma teoria performática de assembleia. Trad. Fernanda Siqueira Miguens. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2019.

BUTLER, Judith. **Quem tem medo de gênero?**. Trad. Heci Regina Candiani. 1ª ed. São Paulo: Editora Boitempo.2024.

COHEN, Stanley. *Folk Devils and Moral Panics: The Creation of the Mods and Rockers*. Lodon: MacGibbon and Kee, 1972.

DELLA COLETA, Ricardo; BENITES, Afonso. Onda conservadora cria bancada bolsonarista no Congresso. **El País**, 7 out. 2018. Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/categorias/583503-onda-conservadora-cria-bancada-bolsonarista-no-congresso> .Acesso em:06 jan.2025.

FEITOSA, Cleyton. Do “Kit Gay” ao “Ministério da Família”: a desinstitucionalização das políticas públicas LGBTI+ no Brasil. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, Curitiba, v. 14, n.43, p. 74-89, jan/jun 2021. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt/article/view/11487> .Acesso em: 06 jan. 2025.

FERREIRA, Kirla Korina Anderson; ANDERSON, Klaissa Veronica dos Santos; ALENCAR, Breno Rodrigo de Oliveira (Orgs.).**Como combater a misoginia e o discurso de ódio nas redes sociais**. Belém: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA, Campus Belém, Diretoria de Pesquisa, Pós- Graduação e Inovação - DPPI, 2025. 18 p.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**. Volume 15. A vontade de saber. Rio de Janeiro/ São Paulo, Editora Paz & Terra. 2023.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização, introdução e Revisão Técnica de Roberto Machado. p. 270.2017.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Método de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

FREITAS, Altieri Dias de. Notas sobre o contexto de trabalho do grupo Modernidade/Colonialidade: universidade, horizontes utópicos e desafios teóricos. **Realis: Revista de Estudos AntiUtilitaristas e PosColoniais**, v. 8,n. 2, p.1-22, jul./dez. 2008. ISSN 2179-7501. Disponível em:<https://periodicos.ufpe.br/revistas/realis/article/view/241453> .Acesso em: 06 jun.2025.

FREITAS, Tânia de Freitas; LINS, Beatriz Accioly; PARREIRAS, Carolina. **Estratégias para pensar o digital**. Cadernos de Campo. São Paulo. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/181821/168729> Acesso em 23 Abril. 2020.

G1. *Após postar vídeo com pornografia, Bolsonaro pergunta o que é ‘golden shower’*. G1, 6 mar.2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/06/apos-postar-video-com-pornografia-bolsonaro-pergunta-o-que-e-golden-shower.ghtml> . Acesso em: 06 jan. 2025.

G1. *Saiba o que Dilma, Serra e Marina disseram sobre o aborto*. G1, 07 set. 2010. Disponível em: <https://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/10/saiba-o-que-dilma-serra-e-marina-ja-disseram-sobre-o-aborto.html>. Acesso em: 11 mar. 2025.

GAMA, Sophia. **Notícias Câmara Municipal de Curitiba – CMC**, 15 jun. 2022. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/noticias/guerra-de-desinformacao-as-fake-news-nas-eleicoes-de-2018>. Acesso em: 28 maio. 2024.

GARÇONI, Inês. *Cresce o número de criadoras de conteúdo digital que tratam a sexualidade, prazer e saúde íntima*. O GLOBO, 13 maio 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/ela/relacionamento/noticia/2022/05/cresce-o-numero-de-criadoras->

[de-conteudo-digital-que-tratam-de-sexualidade-prazer-e-saude-intima.ghtml](#). Acesso em: 20 jan. 2025.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**/Clifford Geertz. 1 ed. [reimpr.]. Rio de Janeiro: LTC -Livros de Técnicos e Científicos Editora LTDA. 2012

GEERTZ, Clifford. Religião, tema do futuro por Clifford Geertz. **Jornal Le Monde**. 2006. Link: https://www.lemonde.fr/idees/article/2006/05/04/la-religion-sujet-d-avenir-par-clifford-geertz_767967_3232.html. Acesso:04 junho.2024.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Organização de Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: _____. Primavera para as rosas negras: escritos de Lélia Gonzalez. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.p . 55-64. (Nota: Texto originalmente publicado em 1983, disponível em repositórios acadêmicos).Disponível em: Acesso

em:https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/10316/1/06_GONZALES_L%C3%A9lia_Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira_1.pdf . Acesso em: 02 jun. 2025.

GRUZD, Anatoliy; RECUERO, Raquel. Cascatas de Fake News Políticas: um estudo de caso no Twitter. Scielo. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gal/a/Kvxg4btPzLYdxXk77rGrmJS/?lang=pt> . Acesso em 03 abr. 2025.

HAN, Byung-Chul. *Infocracia: digitalização e a crise da democracia*. Tradução de Gabriel S. Philipson.Petrópolis,RJ: Vozes, 2022.5.reimpr., 2024.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 5, p. 7–41, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 21 abr. 2025.

HINE, Christine. *Virtual Ethnography*. Lodon. Editora: Sage Publications. 2000.

HUGO, Victor; OLIVEIRA, Luciana de. G1, 21 jan. 2025. **Como Musk conseguiu cargo no governo Trump e o que esperar a partir de agora**: De crítico a aliado do novo presidente, dono do X aumenta sua influência nos EUA. Ele vai comandar um departamento não oficial que dará conselhos ao governo sobre onde cortar gastos e desregular vários setores. Disponível em: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2025/01/21/como-musk-conseguiu-cargo-no-governo-trump-e-o-que-esperar-a-partir-de-agora.ghtml>. Acesso:02 de mar. 2025.

Jornalismo, Fake News & Desinformação: Manual pra Educação e Treinamento em Jornalismo. Série UNESCO sobre educação em jornalismo. 2019.

JUNIOR. Cleonardo Mauricio. *Como os evangélicos discutem política? A constituição do crente-cidadão entre jovens universitários da igreja de Silas Malafaia*. 2019. 168 f. **Tese** (Tese em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2019.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. "Crítica às noções de ‘ideologia de gênero’ e ‘doutrinação afetivo-sexual’." **Educação & Sociedade** 33.119 (2012): 1055-1072.

KOZINETTS, Robert V. *Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online*. Tradução: Daniel Bueno. Revisão técnica: Tatiana Melani Tosi, Raúl Ranauro Javales Júnior. Porto Alegre: Penso, 2014.

LACLAU, Ernesto. **A RAZÃO POPULISTA**. Tradução: Carlos Eugênio Marcondes de Moura. Editora Três Estrelas, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. *Dicionário de Estudos de Gênero e Sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo. Cosac Naify. 2003.

MIGNOLO, Walter D. **A ideia de América Latina**. Tradução de Carlos Ribeiro. Rio de Janeiro: Ravan, 2005.

MILLER, Daniel, SLATER, Don. Etnografia on e off-line: cibercafés em Trinidad. **Horizontes Antropológicos** [online], v. 10, n. 21, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/byXgK3hjvpRs4snhb8MSbGy/?lang=pt#>. Acesso em 19 Set. 2021.

MILLER, Daniel. (2018) 2023. "Antropologia digital". Em *The Open Encyclopedia of Anthropology*, editado por Felix Stein. Fac-símile da primeira edição em *The Cambridge Encyclopedia of Anthropology*. Online: <http://doi.org/10.29164/18digital>. Acesso: 02 de mar. 2025.

MISKOLCI, Richard. "A invenção da ideologia de gênero: a emergência de um cenário político-discursivo e a possibilidade de novas articulações." **Revista Crítica de Ciências Sociais** 114 (2017): 115-136.

MONTERO, Paula. Religião, Pluralismo e Esfera Pública no Brasil. **Novos estudos CEBRAP** [online]. São Paulo, 2006, n.74, p. 47-65. Epub 19 Jun. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002006000100004>. Acesso em: 21 Out. 2021.

MOUFFE, Chantal. **Por um populismo de esquerda**. São Paulo. Autonomia Literária. 2020.

ORTNER, Sherry B. Teoria na antropologia desde os anos 60. *Mana: Estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 419-466, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/vW6R7nthts99kDJjSR79Qcp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 fev. 2025

PARREIRAS, Carolina. Etnografia e ética no contexto digital. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 23, n. 49, p. 115-135, 2017.

PARREIRAS, Carolina. Pesquisa etnográfica em ambientes digitais: desafios éticos e metodológicos. In: __. **Antropologia e internet: pesquisas, métodos e debates**. São Paulo: Annablume, 2020.

PASSARINHO. Nathalia. Dilma Rousseff manda suspender kit anti- homofobia, diz ministro. **G1 notícias**, 25 maio 2011. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/05/dilma-rousseff-manda-suspender-kit-anti-homofobia-diz-ministro.html>. Acesso em 14 jun. 2024.

PEIRANO, Mariza Corrêa. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n.42, p. 377-391, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/n8ypMvZZ3rJyG3j9QpMyJ9m/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em 24 maio. 2025.

PEREIRA, Amilcar Araújo. Black lives Matter nos Currículos? Imprensa negra e antirracismo em perspectiva transnacional. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.50,n. 177,p. 6-25, abr./jun. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053145589> .Acesso em: 27 maio. 2025.

POLIVANOV, Beatriz Brandão. Etnografia virtual, netnografia ou apenas etnografia? Implicações dos conceitos. **Esferas**, v. 1, n. 3, 16 jul. 2014.

PRANDI, Reginaldo; SANTOS, Renan William dos; BONATO, Massimo. Igrejas evangélicas como máquinas eleitorais no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, Brasil, n. 120, p. 43–60, 2019. DOI: [10.11606/issn.2316-9036.v0i120p43-60](https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i120p43-60). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/155530>.. Acesso em: 20 jan. 2025.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Aníbal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: **CLACSO**, 2005, p. 117- 142.

RECUERO, Raquel;GRUZD, Anatoliy. Cascatas de fake news políticas: um estudo de caso no Twitter. **Galáxia (São Paulo, online)**, n.41, p.31-47, maio/ago. 2019. Disponível em:<https://www.scielo.br/j/gal/a/Kvxg4btPzLYdxXk77rGrmJS/?lang=pt> .Acesso em: 19 fev. 2025.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento; São Paulo: Pólen, 2017. Disponível em: <https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2024/08/ribeiro-djamila-o-que-e-lugar-de-fala.pdf>.Acesso em 02 jun. 2025.

ROCHA, P. J.; MONTARDO, S. P. Netnografia: incursões metodológicas na cibercultura. **E-Compós**, [S. l.], v. 4, 2005. DOI: 10.30962/ec.55. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/55> . Acesso em: 19 fev. 2025.

SALIBA, Elias Thomé. Humor e ódio na esfera pública digital. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). **Discursos de ódio: o racismo reciclado nos séculos XX e XXI**. 1. Ed. São Paulo: Perspectivas, 2024.p.145-168.

SANTOS. Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo:Cortez, 2010. Disponível: https://www.professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/epistemologias_do_sul_boaventura.pdf . Acesso em: 2 jun. 2025.

SEGURADO, Rosemary. *Desinformação e democracia: a guerra contra as fake news na internet*. 12. ed. São Paulo: Hedra, 2021.

SENADO Federal, Atividade legislativa, 03 Abr 2012. Pronunciamento de Magno Malta em 03/04/2012. Discurso durante a 51ª Sessão Deliberativa Ordinária, no Senado Federal. Brasília, DF, Senado Federal, 2012. Disponível em:

<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/pronunciamento/392319>. Acesso em 23 Ago. 2021

SINGER, André. **O lulismo em crise**. Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo. Companhia das Letras. 2020.

SOUZA, Valéria Cristina Lopes dos Santos. *A atuação da Fake News do Kit Gay como dispositivo da sexualidade: produção de discursos e disputas pela hegemonia*. 2022. 89 f. **Monografia** (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão. São Luís. 2022.

STENGEL, Márcia; SOARES, Samara Sousa Diniz. **A netnografia e a pesquisa científica**. Disponível em <https://www.scielo.br/j/pusp/a/W5cDdNM99Bk9btBs6ffx45G/?lang=pt> . Acesso em 27 Abril. 2024.

TAYLOR, Keeanga- Yamahtta. O surgimento do movimento #BlackLivesMatter [vidas negras importam]. Tradução de Maira Mee Silva e Deivison Mendes Faustino. Revisão de Renata Gonçalves. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 22, n. 40, p. 108-115, jul./dez. 2018. Dossiê: Vidas Negras Importam. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ls/article/download/46658/31122>. Acesso em: 27 maio. 2025.

TOKARNIA, Mariana. **Agência Brasil**, 29 abril 2020. Celular é o principal meio de acesso à internet no país. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-04/celular-e-o-principal-meio-de-acesso-internet-no-pais> . Acesso em: 19 fev. 2025.

UOL. 26 maio 2011. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2011/05/26/nao-aceito-propaganda-de-opcoes-sexuais-afirma-dilma-sobre-kit-anti-homofobia.htm>. Acesso em: 29 Agos. 2021

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**/Max Weber; tradução José Marcos Mariani de Macedo; revisão técnica, edição de texto, apresentação, glossário, correspondência vocabular e índice remissivo Antônio Flávio Pierucci. São Paulo. 2010.